



**INSTITUTO LATINO-AMERICANO DE ARTE,
CULTURA E HISTÓRIA (ILAACH)**

FILOSOFIA

**O VALOR DA PALAVRA: ACORDES PARA UMA METACRÍTICA AO SABER
DESCOLONIALIDADE, IDENTIDADE E PENSAMENTO AUTÓCTONES
(UM ENSAIO SOBRE A MULTIPLICIDADE DOS VERSOS)**

RICELI JUAN BASSI SIMONELLI CARDOSO

Foz do Iguaçu
2020



**INSTITUTO LATINO-AMERICANO DE ARTE,
CULTURA E HISTÓRIA (ILAACH)**

FILOSOFIA

**O VALOR DA PALAVRA: ACORDES PARA UMA METACRÍTICA AO SABER
DESCOLONIALIDADE, IDENTIDADE E PENSAMENTO AUTÓCTONES**

(UM ENSAIO SOBRE A MULTIPLICIDADE DOS VERSOS)

RICELI JUAN BASSI SIMONELLI CARDOSO

Trabalho de Conclusão de Curso para aquisição do Título de Licenciatura Plena em Filosofia pela Universidade Federal da Integração Latino-Americana (UNILA).

Linha de Pesquisa: De-colonial; Metalinguística.

Orientador: Prof. Carlos Francisco Bauer

Foz do Iguaçu
2020

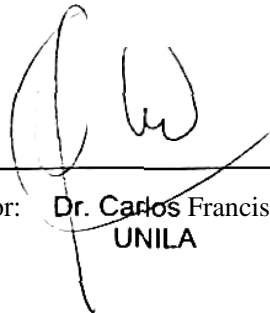
Riceli Juan Bassi Simonelli Cardoso

O VALOR DA PALAVRA: ACORDES PARA UMA METACRÍTICA AO SABER
DESCOLONIALIDADE, IDENTIDADE E PENSAMENTO AUTÓCTONES
(UM ENSAIO SOBRE A MULTIPLICIDADE DOS VERSOS)

Trabalho de Conclusão de Curso para aquisição
do Título de Licenciatura Plena em Filosofia pela
Universidade Federal da Integração Latino-
Americana (UNILA).

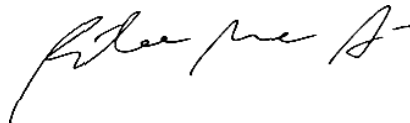
Orientador: Carlos Francisco Bauer

BANCA EXAMINADORA



Prof. Orientador: **Dr. Carlos** Francisco Bauer
UNILA

Prof.Dra Idete Teles dos Santos
UNILA



Prof. Dra. Barbara Maisonnave Arisi
Vrije Universiteit Amsterdam

Foz do Iguaçu, 13 de março de 2020.

TERMO DE SUBMISSÃO DE TRABALHOS ACADÊMICOS

Nome completo do autor(a): RICELI JUAN BASSI SIMONELLI CARDOSO

Curso: FILOSOFIA

| | Tipo de Documento |
|------------------------|-------------------------------------|
| (X) graduação | (.....) artigo |
| (.....) especialização | (X) trabalho de conclusão de curso |
| (.....) mestrado | (.....) monografia |
| (.....) doutorado | (.....) dissertação |
| | (X) tese |
| | (.....) CD/DVD – obras audiovisuais |
| | (.....) _____ |

Título do trabalho acadêmico: O Valor da Palavra: Acordes para uma MetaCrítica ao Saber Descolonialidade, Pensamento e Identidade Autóctones (Um Ensaio Sobre a Multiplicidade dos Versos)

Nome do orientador(a): Carlos Francisco Bauer

Data da Defesa: 13 / 03 / 2020

Licença não-exclusiva de Distribuição

O referido autor(a):

a) Declara que o documento entregue é seu trabalho original, e que o detém o direito de conceder os direitos contidos nesta licença. Declara também que a entrega do documento não infringe, tanto quanto lhe é possível saber, os direitos de qualquer outra pessoa ou entidade.

b) Se o documento entregue contém material do qual não detém os direitos de autor, declara que obteve autorização do detentor dos direitos de autor para conceder à UNILA – Universidade Federal da Integração Latino-Americana os direitos requeridos por esta licença, e que esse material cujos direitos são de terceiros está claramente identificado e reconhecido no texto ou conteúdo do documento entregue.

Se o documento entregue é baseado em trabalho financiado ou apoiado por outra instituição que não a Universidade Federal da Integração Latino-Americana, declara que cumpriu quaisquer obrigações exigidas pelo respectivo contrato ou acordo.

Na qualidade de titular dos direitos do conteúdo supracitado, o autor autoriza a Biblioteca Latino-Americana – BIUNILA a disponibilizar a obra, gratuitamente e de acordo com a licença pública *Creative Commons Licença 3.0 Unported*.

Foz do Iguaçu, 13 de Março de 2020.

Assinatura do Responsável

Dedico este trabalho à minha avó Maria, bugre, a quem não tive o privilégio de conhecer com vida.

Dedico este trabalho, igualmente, a minha mãe Conceição, a minha irmã Vitória e à minha filha Héstia – por vingarem as boas sementes plantadas...

Dedico este trabalho, ainda, a Matheus Matos, pelo exemplo e por 13 anos de trabalho até poder conferir sentido à existência, pelo qual, através desta arte, me permito expressar por palavras.

AGRADECIMENTO

Agradeço primeiramente a Força do Universo Criador, aos exemplos titânicos que tive e tenho o privilégio de testemunhar, com vida e após a morte, pela herança da terra e da humanidade, ao excelente ensino e a oportunidade de poder aprender.

Agradeço a todos que puderam de alguma forma contribuir para presente obra; aos meus excelentes maestros, aos que me abriram as portas para dimensões ainda não exploradas sobre as relações desta existência, aos que se comprometeram verdadeiramente em sua arte, com suas vidas, dedicando-se ao conhecimento, e, que tanto puderam me auxiliar no mapeamento desta ventura que é o Saber.

Agradeço meu professor orientador não só pela excelente orientação neste trabalho, mas, sobretudo pela coragem, pela liberdade à mim concedida e pela amizade com que me prestigia na realização desta obra.

Aos professores da banca pelas excelentes classes e discussões que tivemos em espaços privilegiados à fala, que tanto puderam me enriquecer a ponto de se tornarem exemplos para mim de maestria.

Agradeço a meus pares como agradeceria á um espelho por haver o que refletir, [...é nós, tamo junto].

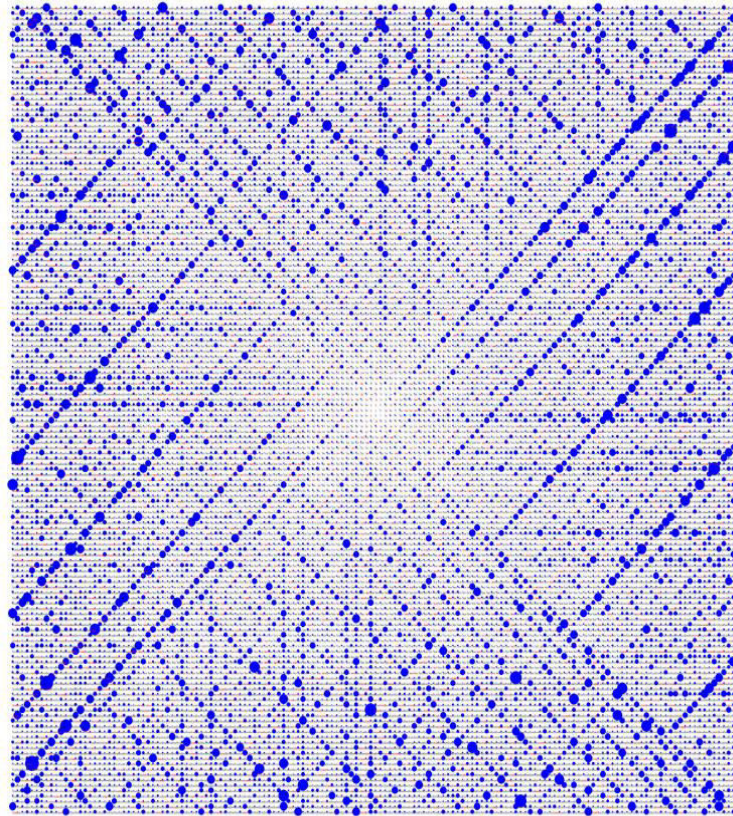
Agradeço ao silêncio e ao tempo que foi necessário para fecundação, para germinação, nutrição, florescimento e maturação dos frutos desta semente que se plantou em meu coração.

Mas agradeço principalmente aos desafios que se projetaram para minha própria superação... cada pedra atirada foi de grande ajuda para construir os degraus que me trouxeram até aqui. Foi também como pude erguer os muros onde plantei as mais belas flores que pude encontrar nesta vida.

Pros nossos camaradas, não hão palavras suficientes pra se agradecer.

Ao mensageiro e ao Guardião.

- *JurupaY*



*Salomão disse para mim
Nessa eu vou me assinar
Que essa é a verdade Pura
No mundo não tem Igual
Que essa é a Verdade Pura
No mundo Não tem Igual¹*

¹ Raimundo Irineu Serra: '*O Cruzeiro Universal*'; hino n° 51 – Salomão.

BASSI SIMONELLI CARDOSO, Riceli Juan. **O Valor da Palavra, Acordes para uma MetaCrítica ao Saber: Descolonialidade, Identidade e Pensamento Autóctones.** (Um ensaio sobre a Multiplicidade dos Versos) 2020. 86. Trabalho de Conclusão de Curso de Filosofia – Universidade Federal da Integração Latino-Americana, Foz do Iguaçu, 2020.

RESUMO

O presente trabalho tem por tema a análise epistemológica da identidade autóctone – desde uma perspectiva dês-colonial e em razão da fundamentação do pensamento Latino-Americano - contrário à juízos de ‘verdade’ que promovem a marginalização da história, da cultura, do pensamento, do território e da ancestralidade deste continente. Através da proposição das questões objetivadas em pesquisa, a redação do texto enfrenta argumentos como: 1) Poderia haver um ‘legítimo’ reconhecimento de uma cultura dita ‘outra’ através dos signos de sua própria cultura? 2) Até que ponto a identificação, o reconhecimento e a assimilação de saberes interfere na preservação da identidade entre *ethos* dessemelhantes? 3) Que a predicação de ‘primitivo’ como argumento qualitativo marginal ou inferior ao desenvolvimento ‘técnico’ dos povos originários, em relação à história do ‘Ocidente’, não só desrespeite a um princípio lógico de não contradição como igualmente a propriedade pelo qual se fundamentam suas identidades. A hipótese apresentada consiste em que haja(m) outra(s) episteme(s) distinta(s) daquela desenvolvida e apresentada, como univocamente ‘universal’ pela história do ‘Ocidente’. Os resultados compreendem um inevitável desdobramento acerca dos valores atribuídos conotativamente às culturas autóctones, ante os pressupostos de verdade em que se fundamentam as bases de uma perspectiva colonial. Para tanto, far-se-á necessária uma depuração conceitual e terminológica do exercício reflexivo e teórico à que se propõe este trabalho. O marco teórico central sobre o qual se fundamentam as seguintes linhas pertence, sobretudo, a esfera do ‘Pensamento De-colonial’, como projeto prático de uma ‘Descolonização epistemológica’ e que se propõe à fundamentação do pensamento Latino-Americano.

Palavras-chave: MetaCrítica. Metalinguagem. Decolonial. Descolonização. Epistemologia. Autóctone. Amáuta. Multiplicidade. Inteligibilidade. Singularidade. Palavra.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

| | |
|---|----|
| Figura 1 – Quipu Inca..... | 30 |
| Figura 2 – Yupana..... | 30 |
| Figura 3 – Chakana Andina..... | 30 |
| Figura 4 – Tonalpohualli Azteca | 31 |
| Figura 5 – Puquio em Nazca..... | 33 |
| Figura 6 – Sitio de Moray – Cuzco, Peru | 33 |
| Figura 7 – Esfera Celestial..... | 70 |
| Figura 8 – Aplicação de Rapé | 88 |
| Figura 9 – Yanomami (fotografia de Claudia Andujar)..... | 95 |

Sumário

| | |
|--|-----------|
| 1. TEMA..... | 11 |
| 2. PROBLEMAS..... | 11 |
| 3. OBJETIVO..... | 11 |
| 4. HIPÓTESE..... | 11 |
| 5. INTRODUÇÃO..... | 12 |
| 6. MARCO TEORICO..... | 19 |
| 6.1 DESCOLONIZAÇÃO EPISTEMOLÓGICA..... | 20 |
| 6.2 FILOSOFIA DA LIBERTAÇÃO..... | 21 |
| 6.3 FILOSOFIA INTERCULTURAL..... | 23 |
| 7. ETHOS & CIVILIZAÇÃO AUTÓCTONE..... | 24 |
| 8. SER E ESTAR..... | 33 |
| 9. ALETHEIA UNIVERSAL: INVESTIGACOES ACERCA DO PRINCÍPIO DE INDISCERNIBILIDADE DOS SERES DITOS IDÊNTICOS..... | 47 |
| 9.1 ORA O QUE É (!)..... | 47 |
| 9.2 QUÉ DEMOSTRATIO (?)...... | 51 |
| 9.3 O SER COMO ACONTECIMENTO SINGULAR..... | 54 |
| 9.4 UMA PEDAGOGIA <i>OUTRA</i> | 57 |
| 9.5 SOBRE A INVENÇÃO DO EMPIRICO..... | 67 |
| 10. ACERCA DA MULTIPLICIDADE DOS VERSOS..... | 70 |
| 11. AS PLANTAS DE PODER..... | 77 |
| 12. CONSIDERAÇÕES FINAIS..... | 88 |
| 13. EPÍLOGO..... | 91 |
| 14. REFERÊNCIAS..... | 92 |

ESTRUTURA GERAL DA PESQUISA

1. TEMA

Des-colonização Epistemológica | Fundamentação do Pensamento Latino-Americano

2. PROBLEMAS

1° - Poderia haver um 'legítimo' reconhecimento do 'outro' através dos sinais referidos à identidade dos seres pelos signos de sua própria *cultura*?

2° - Até que ponto a identificação, o reconhecimento e a assimilação de saberes interfere na preservação da identidade entre *ethos* dessemelhantes?

3° - Que a predicação de 'primitivo' enquanto argumento qualitativo marginal ou de inferioridade ante o desenvolvimento 'técnico' dos povos autóctones, em relação à história do 'Ocidente', não só desrespeite a um princípio lógico de não-contradição como igualmente a propriedade pelo qual se fundamentam suas identidades.

3. OBJETIVO

O presente trabalho se propõe a análise epistemológica da identidade autóctone – desde uma perspectiva des-colonial e em razão da fundamentação do pensamento Latino-Americano - contrário à juízos de 'verdade' que promovem a marginalização da história, da cultura, do pensamento, do território e da ancestralidade deste continente.

4. HIPOTESE

A hipótese apresentada no presente trabalho consiste em que haja(m) outra(s) episteme(s) distinta(s) daquela desenvolvida e apresentada, como univocamente 'universal', pela história do 'Ocidente'.

5. INTRODUÇÃO.

A presente obra pretende de forma objetiva examinar o valor da palavra sobre o *saber* humano. Do que é dito *Ser* - um *Saber* que se configura enquanto '*Universal*'. Tal como do discurso que fundamenta o que é *real* e *verdadeiro* pelo *ato de conhecimento, reconhecimento, percepção e identificação* '*demonstráveis*' à razão humana. Em síntese: (do que é ou seja) Inteligível.

A própria origem da *palavra*, não sendo aferível aos herdeiros de seu vir-à-ser (em manifesto), continua pois à constituir expressão comum à humanidade, pela preservação mesma destes '*sinais*' em referência ao que é dito *ser*. Tal arte promoveu ao enunciado a complexidade de relações pelo qual a inteligibilidade dos sentidos pode refinar-se enquanto discurso.

Já aqui seria preciso realizar uma primeira declinação à inteligibilidade do sentido pretendido neste discurso e nesta obra. Sendo esta, propriamente, uma '*crítica*' que declara como evidente que tais signos não possam ser aferidos de sentido caso não hajam sido assimilados pela experiência (...) que o signo como *palavra* é já sinal de um sentido que é comunicado², e, que a assimilação destes não poderia compreender um saber preconizado como universal pelo evento de sua manifestação particular, ante o qual aferiríamos um mesmo sentido a multiplicidade de formas pelo qual o *Ser* é dito *ser* - uma declaração manifesta como *acontecimento* (...) que ante a dessemelhança necessária a garantia da preservação do sentido identificado e referido à existência, como algo inteligível, não possa a existência de um único *signal* suplantar a contingência do qual necessariamente se distinguiria para poder ser enunciado.

Digo, que o *Ser* seja necessariamente preexistente à reflexão discursiva, ou, que o próprio vir-à-ser seja o sinal originário do manifesto de sua existência, pelo qual poderíamos inteligir relações de sentido enunciadas através destes *nomes*, as palavras, como *referência às coisas* possíveis de serem conhecidas (*entidades*), que indicam, por *sinais*, a dimensão de uma determinada relação poder ser inteligida, garantindo assim a universalidade pretendida ao *Saber*, tanto como a identidade dos seres e das relações inteligidas.³

Tal universalidade não se verifica, porém, no *signo*, mas, na própria

²Enrique Dussel: '*história de La Filosofia y filosofia de La liberacion*'. (1994). P. 268.

³Tal lógica se verificaria igualmente na doutrina de Scheler sobre os bens as coisas e seu valor, para o qual bastaria que assimilássemos os '*bens*' ao signo, as '*coisas*' ao *Ser* e os '*valores*' aos sentidos. *Max Scheler: "Il formalismo e l'etica materiale dei valori"* – Bompiani (2013). [33] I.Beni e Valori. P.51. 1º§.

realidade, para o qual o signo não seria senão a referência de uma relação aferida sobre o Ser (...) neste caso, uma dimensão inteligível é conferida pelo sinal ao referir à existência de um ente da realidade. O real, porém, não carece do signo para sua enunciação, daí não só que se manifeste a diversidade dos discursos pelo qual o ser pode ser inteligido, como potência que se efetiva, mas a existência própria aos sentidos que podem ser aferidos pela realidade através de sua observação.

Compreendemos, porém, que a multiplicidade de sinais para se referir à existência, não seja necessária senão à inteligibilidade do sentido daqueles que enunciam tais relações como evidentes (...) e, que a preservação de tais sinais se dê em relação a um princípio de eficiência para o Saber Humano (...) verificada no tempo pelo qual determinada relação é preservada através de um sinal.

Sinais ditos acerca de conteúdos ou relações universais, atribuídos como entidades verificáveis por relações demonstráveis, tal como os signos das relações 'matemáticas', são encontrados como valores econômicos necessários a administração geral dos povos, seja em relação à garantia de alimentos, à administração dos espaços relacionados à arquitetura, à engenharia, à cartografia geográfica, náutica e astronômica, à balística, à geometria, à aritmética, ao cálculo aplicado, enfim, como relações de sentido inteligíveis que tendem a ser preservadas por determinados sinais cujo conhecimento compreendemos como um *saber*.

Este saber, porém, afere-se sobre determinadas relações, mas não sobre todas relações possíveis do qual vem necessariamente a se distinguir, sua distinção porém não extingue a diversidade de relações existentes, antes às vigora, pretendendo à si o valor de um universal enquanto permanece ainda sobre um campo particular.

É justamente neste ponto onde se inicia este trabalho.

Digo, que o saber enunciado como matemático não seja uma propriedade grega, nem tão pouco egípcia, nem suméria, chinesa ou babilônica; que encontrávamos já entre os Maias prefigurações do conceito de nulidade (0) antes mesmo deste signo ser incorporado aos cálculos da primeira modernidade europeia ⁴, promovendo à seus calendários uma precisão e estabilidade superiores as configurações da tradição gregoriana.⁵

Digo que o *saber* não seja então uma propriedade particular à cultura ou do sinal enunciado, mas sim uma referência *singular* à algo inteligível (sobre o que é

⁴ Michael Coe: "The Maya". Penguin Books. 1980. P. 161. 1º§.

referente)⁶; e, que caberia a inteligibilidade deste *saber* somente aos que puderem perceber e preservar seu sentido através dos sinais que indicam para memória da própria cultura sua singularidade; portanto, seu acesso permanece crivado pela experiência, denotando que embora seus sinais sejam *particulares*, seu conteúdo se dê como *universal*; sendo a diversidade de sinais e de sentidos justificada pela diversidade cultural, ou reflexiva, que em cada povo se fez necessária para orientação de sua própria existência; e que esta diversidade se faz necessária, e não contingentemente à capacidade de inteligir sentido as relações no universo, do qual somos tanto agentes como testemunhas, pois são estes os sentidos que virão a configurar a manutenção da própria realidade presente através das volições humanas.⁷

Desde os gregos infere-se a importância do discurso sobre as relações estabelecidas para orientação de seu meio, não só como instrumento para se comunicar uma informação ou como mero veículo de expressões subjetivas, mas de forma a vindicar um valor de ‘verdade’ enunciado como evidente pelos argumentos apresentados em discurso, configurando assim a dimensão política desta arte. De Zenão⁸ a Protágoras⁹, encontraremos a opinião (*doxa*) revestir-se da propriedade de um *saber* (exemplarmente questionado por Górgias¹⁰) que tanto para Platão como para Aristóteles haverão de ser examinados para que não se comprometa o próprio valor de *verdade* dos enunciados.

Já na formação do complexo núcleo mito-ontológico indo-europeu¹¹ é conjurada a dualidade *teo-lógica*¹² pelo qual se orientará a estrutura ético-mítica da cultura grega (pré-clássica, clássica e helênica), exemplarmente ilustradas nas epopeias de Homero e Hesíodo, como “conjunto de valores que residem nas atitudes concretas ante a vida.”¹³

⁵ Alfredo López Austin, Leonardo López Luján. “*El pasado indígena*”. 2ª Ed. 2001. P. 162-163.

⁶ Frege, Gottlob: “*Estudios Sobre Semántica*”. Ed. Orbis, S.A. 1984. P.1. 1º§. (Publicado en *Zeitschrift für Philosophie und philosophische, Kritik*, Nueva Serie, n.º 100,1892, p. 25-50).

⁷ Para uma enriquecedora elucubração acerca do tema, ver Bauer, Carlos: “*Prisma Des-eurocentrador Del Espectro Eurocentrico: Destruccion, De-Construccion del Concepto de Eurocentrismo y Construcción de Alternativas Críticas*”. Córdoba, 2015.

⁸ Invocado no dialogo platônico, ‘*Parmênides*’, como mestre *dialético*, *aphorismático*, cuja oratória enalteceria tanto o discurso *político* como a reflexão filosofia.

⁹ Ilustre sábio e orador do sec. V. a.c notório pela proposição: “O homem é a medida de todas as coisas”

¹⁰ Ilustre Sábio e mestre retórico do sec. V a.c. notório pelo tratado do ‘*Não-Ser*’ e pela irônica refutação à Parmênides de Eleia.

¹¹ Dussel, Henrique: “*El Humanismo helénico*”. Clasco, 1975.

¹² “*Teo-lógica*” pois a razão final pelo qual os eventos da natureza são compreendidos - é dada segundo o Ser da Divindade, prefigurando a razão de ser, de um evento natural, à vontade ou realização de um Ser transcendental.

¹³ Riceur, Paul: “*Civilisation universselle et culture nationales*”. Esprit, 1961; p. 447.

Tal dualidade será imanente à prefiguração da razão que se desenvolverá sobre a natureza, pela tensão ontológica gerada entre o ‘reino das necessidades’ e o ‘cíclico devir das contingências’¹⁴, conduzindo assim à dimensão transcendental do SER. Tal razão não é originária do mito, mas é já uma clara ilustração da insuficiência autárquica (*αυτάρκης*)¹⁵ do homem em relação ao reino da natureza, conferindo aos que lhe forem familiares, aos que forem ‘*iniciados*’, ou, aos que tiverem conhecimento sobre suas Leis, o protótipo do homem ‘Sábio’; sendo o *próprio* entendimento sobre a natureza o meio pelo qual o homem se separa de sua unidade natural para vir à racionalizá-la como ‘Saber’. Razão esta diametralmente distinta à ‘equanimidade’ e a configuração de saberes pelo qual se orientam os povos autóctnes, ante o qual tal separação nunca há sido conjurada.

“Quando, por vezes, me falam em imaginar outro mundo possível, é no sentido de reordenamento das relações e dos espaços, de novos entendimentos sobre como podemos nos relacionar com aquilo que se admite ser a natureza, como se a gente não fosse natureza.” – Ailton Krenak¹⁶ ***Ideias para adiar o Fim do Mundo*** (2019)

Mui Ilustres e abundantes seriam os ‘saberes’ que estes referidos sábios derramariam sobre a terra por meio de suas reflexões sobre as propriedades do *Ser* e acerca das Leis conjuradas em mistério pela Natureza – promovendo à sua arte a razão mais eficiente pelo qual o homem poderia orientar-se em seu tempo, tanto em relação à divindade, como em relação a seus pares, dado que tal relação de conhecimento seja mais apropriada do que a ausência de uma finalidade ou sentido ante os eventos pelo qual se viam acometidos *em* natureza.

Serão, porém, os *sofistas* questionados, assim como os defensores das religiões primitivas, sobre os modos pelo qual a vida do corpo natural (*Bios*) se relacionaria ao Ser Transcendental, ante sua forma mais essencial (*Psique* ou *Alma*)¹⁷, compreendendo aqui o Ser transcendental como a essência última, ou, como o *verdadeiro* Ser das coisas do mundo, e da vida, por excelência.¹⁸

Caberia assim, aos amigos do Saber (*filósofos*), mais que aos ‘Sábios’ (*sofistas*), a *re-orientação* dos discursos sobre o Saber, não sendo porém a própria

¹⁴Dussel, Henrique: *‘Humanismo Helénico’*. Clasco, 1975. XXIV.

¹⁵Em relação à ‘autarquia’ (*αυτοκρατης*) ver: Anaxágoras B,12; Platão, *Timeo* 33d, 34b; Sobre a importância da ‘independência’ da Soberania e da *suficiência* como formas essenciais a moral política grega.

¹⁶Krenak, Ailton. *Ideias para adiar o fim do mundo*. São Paulo: Companhia das Letras. 2019. P.32. 3º§.

¹⁷Platão: (*Fedón*; 66b)

¹⁸Platão: "Es necesario decir que el mundo es verdaderamente un ser viviente, provisto de un

filosofia senão à superação da falta ilustrada através da racionalização do ser, o verdadeiro caminho de *bem-aventurança* pelo qual o homem retornaria a sua ‘idealizada’ felicidade original.

A completude da alma, assim, ausente de qualquer falta, legaria à contingência a expressão mais evidente de nosso próprio desconhecimento acerca da eterna razão de ser *do* mundo, ante um ser *no mundo* – propriamente através de uma ‘razão universal’.

Entre as elucubração sobre um Ser necessário e transcendente, em relação a contingência de saberes sobre as volições humanas, a filosofia se verá obrigada à preservar os fundamentos da religião primitiva sem poder contudo libertar-se de uma razão orientada pela necessidade.

Embora já em Platão encontremos o enaltecimento da *episteme* (ciência) para valoração do conhecimento, assim como a associação do *Saber* como a mais alta virtude que a alma humana poderia pretender¹⁹, seria com Aristóteles que a *verdade* se fundamentaria sobre propriedades demonstrativas, aferindo sobre ações declarativas a configuração do calculo silogístico²⁰ sobre o qual se deduziriam conclusões necessárias ante as premissas apresentadas, assim como distinguiria os modos de saber pelo qual a *verdade* se realizaria na alma humana²¹; sendo a *episteme* consolidada por demonstração, o vulgo das opiniões particulares sobre o mundo sensível (*doxai*), viria a ser distinguido das opiniões de cunho ‘eminente’ para valoração do verdadeiro (*endoxa*), inferindo sobre o discurso um método que justifica e seleciona, de modo verossimilhante à persuasão das crenças depositadas sobre as sensações (*pistis*)²², a indicação subjetiva (*entinema*) da validade das premissas depositadas sobre a própria *endoxa*.²³

Compreender-se-ia, portanto, que a persuasão dos discursos se daria quando os argumentos apresentados pela *endoxa*, como verdades aparentes, puderem ser persuasivos em cada caso particular.²⁴ Encontraremos neste ponto, ante aferições ‘públicas’ acerca do valor da verdade atribuída ao discurso, também o germe fundamental da ‘*paidéia*’ grega, propriamente, dita ‘pedagogia’ reunirá sobre a virtude do saber as

Alma y de un Intelecto, nacido de la acción de la previsión divina" (*Tim.* 30 B-C).

¹⁹ Platão (*República* – Livro IV 433c)

²⁰ Aristóteles (*Tópicos* 1, 100b 21-23).

²¹ Aristóteles (*Ética à Nicomaco*; Livro VI – “Z”; 3; 1139b:15-20).

²² Platão (*República* – Livro VI 510a)

²³ Aristóteles (*Retórica. I 1, 1354a, 8*)

²⁴ Aristóteles (*Retórica I 2, 1356 a19-20*)

bases constitucionais da própria organização da polis (cidade).²⁵

Sendo conferida excelência à Sabedoria entre as virtudes pelo qual a polis deveria ser orientada, junto à prudência (φρόνησις, *phronēsis*) e à fortaleza (ἀνδρεία, *andreia*) a cidade grega atingiria a almejada Justiça (δικαιοσύνη, *dikaiosynē*) com que fundamentaria à Legalidade pela qual a palavra se revestiria de poder e autoridade.

Uma dominação pelo *Saber* encontrava-se já inseminada (como herança ‘Téo’-‘onto’-‘lógica’) desde os pré-socráticos em sua relação investigativa para com a *natureza*. Seus questionamentos sobre a *razão* original e sobre as substâncias primeiras demonstram a inclinação de uma relação de *domínio* do Saber sobre as Leis Naturais; tomando a própria *Natureza* como um objeto de conhecimento, gerar-se-ia, através do ‘questionamento’, a necessidade de uma satisfação para a razão humana (um *fim*); esta satisfação proposta pelo *saber*, se configuraria a partir de uma relação *deflectiva* ante uma razão necessária, *reflexionada* com a finalidade de re-orientar as volições não segundo a satisfação de uma razão necessária à existência do homem ou da própria natureza, originalmente questionadas, porém, segundo a satisfação pelo Saber²⁶ e pela dominação voluntária²⁷.

Uma domínio pelo saber seria a forma mais remota pelo qual se poderia referir à intenção estabelecida pela vontade humana em relação à ordenação dos seres. Tal relação é encontrada por toda história da filosofia, senão, em relação direta ao próprio conhecimento, como uma orientação necessária da consciência sobre a volição dos seres, ou, para preservação de uma determinada condição de existência, para administração de espaços, recursos, pessoas e informações, ou, para aferição de um sentido sobre a existência. O domínio pelo saber transcorreria assim desde a economia até à educação, vindo à ser declaradamente relacionado com o *Poder* (Bacon), com a *Vontade de Potência* (Nietzsche), com formas legítimas de dominação (Weber), mas principalmente pelo que se viria à denunciar, através da eleição de um *domínio* do Saber, como uma Colonização Epistêmica das formas de relacionar e aferir sentido a existência dos seres e dos espaços.

Almejavamos nos retirar do reino da Natureza nos dirigindo ao império

²⁵ Para uma análise detalhada, ver Jaeger: **Paideia**, *a formação do homem grego*. Martins Fontes (2003).

²⁶ Pelo qual nos libertaríamos de nossa ‘ignorância’ sobre as Leis da Natureza e da ‘violência’ condicionada por sua inflexibilidade.

²⁷ Domínio dos objetos (*entes*) alheios à si, condicionados a realização de vontades particulares.

das *vontades*. Um ato de insurgimento humano, por excelência, onde deixaríamos de nos subordinar às forças da natureza para nos tornarmos seus senhores; sobre o arbítrio de 'leis' e 'saberes' que libertariam a humanidade das vicissitudes da existência.

Geradas ante o 'questionamento' sobre as razões originárias dos seres, tais sementes terão por fim a configuração de formas "*positivas*"²⁸ e 'totalizantes' sobre a determinação do homem e dos espaços, através da unificação hegemônica das crenças e da orientação das volições humanas pela instituição *política* do 'estado', pela instituição *eclesiástica* das *práticas* de *religare* e pela instituição *pedagógica* do 'Saber' - 'oficializadas' pela convenção humana da Lei, promoverão a disseminação de relações de domínio sobre a natureza, *re-orientadas* por concepções 'humanistas' e ideais de '*civilização*' que refletirão vertiginosamente sobre a autodeterminação dos povos da terra e conseqüentemente sobre todo continente 'americano'; que através do "controle das formas de conhecimento, cultura e da subjetividade humanas"²⁹ resultarão na colonização epistêmica do *humano* para a configuração do *individuo civilizado*, eleito *membro* da *polis*, distinto necessariamente daqueles que estão à margem do processo de 'civilização', e, que tem ser incluídos nesta boa nova que veio nos trazer *Cabral* (...) à quem tanto temos a *agradecer*.

Tanto quanto devemos à Alexandre e suas bibliotecas, assim como a toda *civilização* por terem preservado este '*bem*' e por fazer-nos lembrar que sobre as declarações de seu mestre 'aludindo a *barbaridade* dos povos *incultos*', *como tratarei no primeiro capítulo*, que também em Abya Yala havia *civilização*, com escravidão e tudo que se presa à uma boa aristocracia, como evidenciam-nos a existência das *mitas*; assim como haviam também sábios (*amautas*), e cálculos que prefiguraram inclusive a quadratura do círculo sobre o ângulo de 45° (em distinção à pretendida perfeição pitagórica das formas, os povos andinos elegiam a cruz quadrada *chackana*, o sincretismo do conceito de *equilíbrio* pelo qual a dualidade da realidade podia ser concebida e expressa em signo – o AYNI); que nestas terras produzia-se ciência da melhor qualidade sobre os altiplanos, com direito a experimentos genéticos e biológicos antes de qualquer *Monsanto*, através do cultivo de tubérculos e cereais; que uma diversidade *autárquica* inimaginável desde o período pré-clássico até a século XV d.C. se

²⁸Em relação à escola *positivista* de Conte, A.e às futuras declarações sobre como a orientação pelas ciências conduziria ao progresso da civilização por formas *positivas* de conhecimento.

²⁹Quijano, Anibal: "*Colonialidad Del Saber, Eurocentrismo y Ciencias Sociales*". Ed. Clacso. 2000. P. 209.2°§.

orientava sem a necessidade da determinação de fronteiras, e, que muitas *outras* formas de conhecimento são aqui cultivadas.

Tratarei no segundo capítulo de forma um pouco mais precisa sobre os fundamentos lógicos dos discursos 'oficiais' e de suas aferições sobre o Ser e sobre a *Verdade*.

No terceiro capítulo analisarei em cinco partes os princípios de identidade conferidos aos seres, investigando I - relações *aphorísticas* que propõe a investigação da propriedade da identidade e suas relações de sentido; II – questionando a *episteme clássica* apresentada pela herança filosófica, dentro dos próprios termos que conferem à ciência o depósito das crenças sobre princípios demonstrativos para aferição da verdade; III – Questionando o princípio de igualdade; IV – Questionando a arbitrariedade dos Signos; V – Questionando os valores da empiria para aferição de proposições lógicas *verdadeiras*.

No quarto capítulo apresentarei a tese acerca da *Multiplicidade dos Versos* pelo qual venho a inteligir a manifestação do pensamento em relação sintética ao Saber e ao pensamento *Amautas*.

No quinto capítulo tentarei elucubrar uma *outra* epistemologia, autóctone, legítima como Saber em relação à prefiguração das *ciências*, e, capaz de superar a dualidade originaria entre o reino das necessidades e o cíclico devir das contingências. Concluirei então a pesquisa aqui apresentada, pelo qual espero poder ter cumprido os objetivos almejados pela presente hipótese e poder assim contribuir ao respeito devido para com todos os povos humanos pela enriquecedora experiência que tem permitido-nos compreender algo sobre o universo.

6. MARCO TEÓRICO

O presente trabalho compreende um inevitável desdobramento acerca dos valores atribuídos conotativamente às culturas autóctones, ante os pressupostos de verdade em que se fundamentam as bases de uma perspectiva de colonização. Para tanto, far-se-á necessária uma depuração conceitual e terminológica do exercício reflexivo e teórico à que se propõe o presente trabalho.

O marco teórico central sobre o qual se fundamentarão as seguintes

linhas pertence, sobretudo, a esfera do 'Pensamento De-colonial'³⁰, como projeto prático de uma 'Descolonização epistemológica' e que se propõe à fundamentação do pensamento Latino-Americano.

6.1 DESCOLONIZAÇÃO EPISTEMOLÓGICA

Segundo Aristóteles ἐπιστήμη – *episteme* seria uma das formas pelo qual a alma realizaria a verdade, mediante sua afirmação ou negação³¹, sendo a razão pelo qual poderíamos vir a possuir a *ciência* absoluta de algo:

(...) Arbitramos possuir a ciência absoluta de algo e não, ao modo dos Sofistas, de um modo accidental, quando julgamos que conhecemos a causa pelo qual esse algo é, quando sabemos que essa causa é causa desse algo, e quando, além disso, não é possível que esse algo seja outro que não este. (Segundos Analíticos, I, 2 – *A Ciência e a Demonstração*; 71b 9-12).

Sobre os princípios basilares do conhecimento científico e suas 'evidências', nada elencaremos neste momento, tratando-se, no presente, apenas de referenciar um marco histórico à origem do conceito.

Acerca do término '*Colonial*' – referir-se-ia, como esclarece-nos Quijano, de uma herança mais estável que o *colonialismo* donde surgiu – e que se mantém, ainda hoje, como um padrão hegemônico de poder.

A análise da estrutura da poder apresentada por Quijano em '*Colonialidad del Poder, eurocentrismo y América Latina*' considera que a América se constituiu como a primeira *id-entidade* da modernidade, perfazendo espacial e temporalmente um novo padrão de Poder, cujo fundamento se baseia sobretudo na *ideia de raça*, justificando

³⁰ Afere-se relevante distinção entre os conceitos (DE)-colonial e (Des)-colonização. De acordo com Catherine Walsh em seu estudo sobre '**Interculturalidad, Estado y Sociedad: Luchas (de)coloniales de nuestra época**', "a supressão da 's' diferencia a intenção de *desfazer*, de reverter ou de desarmar a colonialidade, , em relação a intenção de provocar um posicionamento e uma atitude continua de transgressão, intervenção e insurgimento, onde podemos identificar, visibilizar e alentar lugares 'exteriores' e construções outras." Universidad Andina Simón Bolívar, Ediciones Abya-Yala,: Quito, 2009. Nota de rodapé P.14. Distingui-se assim o caráter (DES)-colonial como a passagem de um momento *colonial* para um momento *não-colonial*, enquanto a (DE)-Colonização parte do presente estado ou herança colonial para construir seu posicionamento. Acredito, particularmente, que ambos os termos convenham a presente tese, posto que só chegaríamos à um momento não-colonial a partir de um posicionamento em relação ao presente, cuja herança *colonial* não pode ser ignorada, porém, que nada estabelece 'irrevogavelmente' em relação ao nosso futuro , razão pelo qual então não valeria nenhum tipo de resistência, denuncia, intervenção ou palavra.

³¹ Aristóteles, *Ética à Nicomaco*, Livro VI, 3, 1139b 15-20 : “ (...) sendo estas em numero de cinco: Técnica (técnica), Episteme (Ciência), Phronesis (Prudência), Sofia (Sabedoria) e Nous (Intelecto)”.

sobre as diferenças biológicas, entre colonizadores/colonizados, o próprio exercício desta dominação e a articulação de todas as formas históricas de controle do trabalho, dos recursos, dos produtos, do capital e de mercado.

Todo o acidentado processo de colonização implicou igualmente em uma “colonização das perspectivas cognitivas, dos modos de produzir e outorgar sentido aos resultados da experiência material ou intersubjetiva, do imaginário, do universo de relações intersubjetivas do mundo, em suma, da cultura.”³²

Tais considerações são aquelas que inferem uma “*colonialidad* de poder” (...) donde podemos preterir o privativo ‘Des’, como um evento dissolutivo à herança histórica titulada como ‘Ocidental’, imposta como um princípio universal *homogeneizante*, e ruptor das propriedades étnicas que caracterizam a identidade e as dessemelhanças entre os povos.

Definirá Mignolo : “(...) A descolonização epistemológica seria o primeiro passo de uma nova comunicação inter-cultural, de um intermédio de experiências e de significações, como base de uma outra racionalidade que possa pretender, com legitimidade, à alguma *universalidade*. Pois nada menos racional, finalmente, que pretender que a específica cosmovisão de uma etnia particular seja imposta como racionalidade universal, ainda que tal etnia se chame Europa ocidental; porque isso, em verdade, é pretender para um *provincialismo* o título de universalidade.”³³

6.2 FILOSOFIA DA LIBERTAÇÃO

Ante os pressupostos de *universalidade* pelo qual se fundamentam juízos de verdade para além do campo teórico, se inferirá a *Filosofia da Libertação* como um evento de ruptura ou, como a inauguração de um novo discurso filosófico, cuja teoria se articula a partir de uma *práxis* de Libertação.

Será contra uma perversão entre os termos *clássicos*, tão bem definidos pelo nobre *estagirita*, sobre os campos das ciências teóricas, cujos princípios e causas, ora compreendidos como universais e necessários, sejam confundidos com o campo da *práxis* humana, cujos princípios e causas, possíveis e particulares, sendo próprios ao homem, encontrando, portanto, como finalidade, o seu próprio *bem* (tratando-se esta já de

³²Quijano, Anibal. “*La colonialidad del Saber*” - Clasco. 2000. P. 211. 2§.

³³Mignolo, Walter. “*Desobediência Epistémica*”- Ediciones del Signo. 2010. P. 16. 2º§.

uma dimensão *Ética* e não somente *epistêmica*) – que poderemos compreender o conceito da *analéctica* de Dussel, como ruptor de uma Totalidade teórica empregue enquanto exercício de poder.

Adverte-nos Dussel: “A filosofia não é política, porém tem função política”.

A filosofia analéctica (como *mirada* filosófica acerca do *Ethos* humano), em respeito ao *Outro*, se voltará contra a Totalidade para esclarecê-la, cumprindo a função dialéctica esperada de um discurso realmente pedagógico.³⁴

Contempla o autor, nas palavras de Salzar Bondy, à respeito da filosofia Latino-Americana: “(...) Ou será uma filosofia que pense no processo de liberação, des-ideológico e real, ou simplesmente será uma filosofia *sofística* e alienada, no sentido de imitadora do centro e corroborante da totalidade estabelecida, que pensa ideologicamente o irreal. Esta filosofia não pode morder a realidade e, neste caso, o filósofo não corre nenhum perigo, porque não faz nada nem arrisca nada, já que esta fora da realidade. É o sofista que ensina sistemas ideológicos para viver, porém não é o que vive proclamando a verdade”³⁵

Pressupõe-se que o que não pertence ao ‘centro’ esteja à *margem*, sendo esta a razão de ser dos *marginais* desta terra, de todos àqueles que foram prevaricados pelo cunho de uma intenção mercantil que lhes outorgou o pronome de *outro* e não de *próprio* – que lhes chamou de *índia* ou *bugre*³⁶ e que demandou a invenção *polarizada* do *Ocidente*.³⁷

Será assim justificado o conceito de ‘*transmodernidade*’ empregue por Dussel para descrever uma alternativa à pretensão eurocêntrica de que a Europa seja a produtora original da modernidade – segundo o qual a invenção ‘desta’ “América” não passa da intenção do ego europeu de constituir à *outros* sujeitos e povos como objetos e instrumentos que se podem controlar e utilizar para seus próprios fins civilizatórios.³⁸ Resulta que a modernidade seja inaugurada somente à partir do questionamento acerca da *humanidade* do sujeito autóctone, *outrificado* através do desconhecimento sobre sua existência; subjugado historicamente através da expropriação de sua terra, pelo

³⁴Dussel, Enrique. *Introducción a La filosofía de La liberación*. Texto Completos. versão digital.

³⁵Idem, P. 233. 2º§.

³⁶Termo *pejorativo* referido originalmente aos membros da Igreja Ortodoxa Grega, os *búlgaros*, considerados *heréticos* pelos membros da Igreja Universal, *católicos*; *posteriormente referido à não-cristãos, estrangeiros, pagãos e selvagens incultos* (...) Enciclopédia Livre.

³⁷Ver:Dussel, Enrique. *Historia de La filosofía y filosofía de La Liberación*. Ed. Nueva America. 1994.

³⁸Dussel, Enrique. *El encubrimiento Del Otro – hacia El origen Del mito de La modernidad*. Ed. Antropos. 1992. P. 104. 2º§

silenciamento de sua cultura e pelo extermínio de sua gente.

6.3 FILOSOFIA INTERCULTURAL

Através de uma reflexão dês-colonizadora e liberacionista, Carlos Bauer analisará criticamente a concepção do *cosmos*, da realidade e da natureza. Identificando uma concepção eurocêntrica de raiz cartesiana e uma concepção *quechumara* andina.³⁹ Sendo a visão cartesiana da realidade física, como mera *res extensa* (realidade extensiva), uma visão Totalizadora, hegemônica, de caráter empírico mundial, que não deixa espaço para outras cosmo-visões, distinguir-se-ia singularmente da visão Andina Quechumara, que concebe a vida como intrínseca ao cosmos – sendo a razão pelo qual se organizavam e também da produção de seu conhecimento; pelo qual Carlos Bauer abordará a relação entre a *cosmobiologia* e a *arqueoastronomia* referida à *semiopraxis* (semiótica-semântica) dos espaços sagrados.

Compreender-se-ia assim, como o cosmos e a astronomia, na visão físico-filosófica das culturas autóctones era sumamente útil à organização equânime e salutar de seus entes, preterindo uma relação *eco-simbiótica* de reciprocidade, representada pela *chakana andina* (ou cruz quadrada) como símbolo da dualidade complementar da realidade, de que resultaria não só a configuração de suas relações econômicas e simbólicas, mas igualmente epistemológicas; ante o qual é inteligida a unidade complexa dos seres constituintes do universo como igualmente constituintes de si mesmos, pelo qual o *todo* e suas *partes* configurariam a dinâmica necessária ao diálogo entre seres e saberes de que resulta o próprio vir-à-ser das coisas; cuja unidade encontra-se no de-limite estabelecido pelo encontro estabelecido entre a *unidade* e o *todo*, ou, pelo que se cruza consigo mesma enquanto ser constituinte do universo, dimensionando-se justamente como sujeito que constitui e constrói o ser das coisas do mundo de que faz parte – em distinção ao “*ego partior*”⁴⁰ (Eu divido, ‘eu’ parto a realidade), que, vinculado ao “*ego conquiro*” (Eu conquisto) colonialista, será formulado enquanto uma ‘*ontologia da totalidade*’ pela configuração moderna do ‘*ego cogitans*’ cartesiano, pelo qual a ‘*res extensa*’ é dividida pela subjetividade do ‘*pensante*’ de um sujeito absoluto, que reduz o *real* à uma totalidade homogeneizante, pelo postulado de

³⁹Bauer, Carlos F. *Filosofia Austral*. Ed. Philos. 2018. P. 69. 1º§.

⁴⁰ Idém. P.71.

‘*verdades*’ científicas, validas para todos tempos e lugares.⁴¹

Através da auto-reflexão acerca da singularidade da espécie humana, Carlos Beorlegui questionará a chamada antropologia científica dos seguidores darwinianos ante a legitimidade da dimensão transcendente de nossa espécie.⁴² Pergunta-se: seriam suficientes as posições das diferentes ciências humanas para dar conta de sua especificidade e peculiaridade? Não parece assim que ficamos apenas com um punhado de dados sobre as diversas dimensões existenciais da realidade humana e sua enorme riqueza de perspectivas? Não parece-nos que a própria natureza da proposição acerca do Ser e do sentido do Humano, como visão unitária e totalizante que supera a experiência fática, escapa as pretensões e possibilidades do científico?

Compreende-se assim que o modelo intercultural pretenda libertar a filosofia de toda interpretação unilateral e limitante, ante a convicção de que não exista nenhum modelo de filosofar que haja por se considerar como referente absoluto e definidor da essência que todos os demais *teriam* de *imitar*.⁴³ Ou seja, que se faz contra uma *universalidade* decretada monoculturalmente.

7. ETHOS & CIVILIZAÇÃO AUTÓCTONE

É de há muito sabido que nesta tão prospera terra, *plenamente madura*, como reconhecida pelo povo Kuna de Ayala - nomeada *Abya Yala* – tão abundante por seus frutos como pela diversidade de seus povos, que muitos de seus aclamados tesouros não se mitificados, quando não inevitavelmente extintos, devido a forma predatória com que apagamos da memória os caminhos deixados pelos primeiros povos que nela habitaram.

O próprio termo pelo qual me refiro, em presente, ao legado deste continente, como Abya Yala, é aqui utilizado em exercício dês-colonial como um *léxico político*. *América* é o nome pelo qual veio a ser referida a diferenciação feita pelo geógrafo Américo Vespúcio, sobre a até então considerada *Índia Ocidental*, de Cristóvão Colombo. O engano preservou-se desde 12 de outubro de 1492, data em que Colombo acredita ter

⁴¹ Idém. P. 41. 1º§.

⁴² Biorlegui, Carlos. *La Singularidad de la Espécie Humana. De La hominizacion a La humanizacion*. 2011.

⁴³ Biorlegui, Carlos. *História Del pensamiento filosófico Latino-Americano. Una busca incesante de La identidad*. Universidad de Deusto. 2010. p.822. 4º§.

chegado às Índias, por uma via náutica *ocidental* (em relação às rotas comerciais estabelecidas com o Oriente, desde a China até Antioquia, entre a Ásia tropical e Índia, que se juntavam às vias de navegação do mar Morto e Pérsico da atual Palestina; e que eram controladas pelos muçulmanos desde o fim das Cruzadas⁴⁴) - (...) até o início das expedições de Vespúcio que datam de 1497⁴⁵ a 1501, quando o mesmo, interpelado em sua rota rumo as ‘*Índias Ocidentais*’, por ‘tamanha’ massa de terra, se vê obrigado a declinar sua rota para o Sul a fim de contornar as “ilhas” a sua frente, quando aperceber-se de que estando tão ao Sul, não poderia esta tratar-se apenas de uma zona periférica do Leste da Ásia, mas sim de uma massa de terra totalmente separada do até então conhecido “*velho mundo*”, sendo este o continente pelo qual referir-se-ia como sendo um “Novo Mundo”.

Assevera-se ante este relato que a “descoberta” de Vespúcio representa um “novo mundo” somente para àqueles que eram e que continuam sendo ‘*estrangeiros*’ sobre esta Terra. O nome ‘*América*’ é uma referência própria à terra que Américo tem à sua frente, mas que era já habitada, e que ainda hoje refere genericamente seus habitantes originários pelo topônimo de “*índios*” ou “*indígenas*”, em referência a uma cultura e um espaço geográficos absolutamente distintos da verdadeira Índia e dos povos *indianos* (ditos Hindus).

Tal engano não é ledado (...), pois evidencia o caráter de colonização sobre o qual ainda hoje nos encontramos, não apenas sobre um domínio linguístico, religioso, político ou pedagógico, mas pela Soberania que se nega à estes povos, contrária à própria carta de constituição deste país:

Artigo 231 da Constituição Federal de 1988:

“São reconhecidos aos índios sua organização social, costumes, línguas, crenças e tradições, e os direitos originários sobre as terras que tradicionalmente ocupam, competindo à União demarcá-las, proteger e fazer respeitar todos os seus bens.”

⁴⁴Para maior esclarecimento acerca da real condição europeia ante o “descobrimento” desta terra chamada ‘novo mundo’, recomendo a leitura elucidadora e detalhada de três obras: I – Enrique Dussel; *El encubrimiento Del Outro: hacia El origem Del mito de La Modernidad*; 1992. II – Edmundo O’Gorman; *La Invencion de América: Investigacion acerca de La estrutura histórica Del novo mundo y Del sentido de su devenir*; 1976. III – Tzvetan Todorov; *A conquista da América: A questão do Outro*; 1982. Estes três livros constituem referência bibliográfica fundamental para presente obra.

⁴⁵A precisão é questionável, dada possíveis falsificações das cartas de Vespúcio, ainda que sua primeira carta date de 18 de julho de 1500, onde o mesmo refere sua partida em caravelas à 18 de maio de 1499, e sua última carta “*Mundus Novus*” date de 1502. (fonte: Pueblos Originários, textos y documentos. Versão

“§1º São terras tradicionalmente ocupadas pelos **índios** as por eles habitadas em caráter permanente, as utilizadas para suas atividades produtivas, as imprescindíveis à preservação dos recursos ambientais necessários a seu bem-estar e as necessárias a sua reprodução física e cultural, segundo seus usos, costumes e tradições.”

Esse marco estabelece um problema sem precedentes à disposição real à ‘*União*’ deste estado-nação, já que este seria constituído, neste momento, assim como antes de seu suposto ‘descobrimento’, como sendo composto por inúmeras nações, muitas das quais sequer tem interesse pela formação ou constituição de um ‘estado-nação’ – além de muitos dos territórios do qual seus povos sejam originários, encontrarem-se hoje inevitavelmente perdidos, como no caso das aldeias ribeirinhas às encostas das represas, seja pela construção de barragens e de hidroelétricas ou pela exploração de indústrias locais e mineradoras, que acarretam na perda irreparável da biodiversidade local; como nos casos da usina de Itaípu (PR), responsável pelo fim de uma das 7 maravilhas do mundo – o extinto Salto das Sete quedas; ou ainda (...) da bacia do rio Iguaçu (PR), da barragem da Vale do Rio Doce (MG), do vazamento químico em Cubatão (SP), do rompimento da barragem de Samarco em Mariana (MG) do vazamento da barragem de Cataguase (MG), do rompimento da barragem em Miraf (MG), do vazamento de óleo na Bacia da Guanabara (RJ), do desastre de Balbina (AM) – entre dezenas de pequenas e grandes intervenções na natureza, todas desastrosas à biodiversidade local. Não só, mas outra grande parte de seu território se encontra atribuído legalmente, ou por *grilagem*, aos que nesta terra aportaram entre o período de sua colonização e de sua constituição, e que hoje constituem parte massiva dos setores Latifundiários e Agropecuários, através de uma expropriação territorial ilegítima, que encontrou no *Utis Possidetis* a razão ou argumento para triplicação do território invadido no acordado Tratado de Madri, de 1750, introduzido neste conceito através de Alexandre de Gusmão, ante as nações que aqui já se encontravam e à quem futuramente reconhecerão como Legitimamente pertencentes.

Tão enraizado se encontra o caráter ‘Colonial’ deste reconhecimento, que mesmo 496 anos após a colonização, ainda expressamos na própria carta da Constituição Federal as marcas do profundo desconhecimento acerca destas culturas, referidas nominalmente como pertencentes à “*Índia*”(?).

Como enunciado por Daniel Iberê do povo M'bya Guarani, em discurso na

II conferência mundial da Ayahuasca, realizada no Acre em 2016:

“Nós guardamos o nosso Silêncio. Querem descobrir a nossa cultura, pois nós temos que olhar no coração e ver se ele é transparente. Se não for transparente, mil anos se passarão e vocês não saberão nada sobre nós! Passarão quinhentos anos e vocês não saberão nada sobre nós, a não ser o que nós queiramos lhes dizer! Nos mataram e, mesmo assim, não sabem nada sobre nós! Eu vou lhes dizer – sobre o desenvolvimento que disseram que viria. Nós olhamos e rimos. Sobre como nós devemos preservar a nossa floresta. Nós olhamos e rimos. – porque o parente que vem de longe, de outro mar, – é bem-vindo. Mas ele preservou o que ele tinha lá?...”

Lázaro Moreira da Silva em artigo publicado pela revista jurídica UNIGRAN (2004), define o termo ‘originário’ como designando um direito anterior ao próprio Estado brasileiro, uma posse congênita, legítima por si mesma, ao contrário da posse adquirida, que precisa preencher os requisitos *civilistas* para seu reconhecimento.

Portanto, refiro em presente o termo αὐτόχθων (Autóctone - *nativo*), derivado da raiz grega *αὐτός* - *próprio, mesmo*; e *χθων* - *Terra*, para designar os povos originários, quando não puder identificar ou referir diretamente à raiz de suas etnias.

O pronunciamento de Daniel Iberê é particularmente comprometedor à razão de saber se podemos compreender a exuberante diversidade dos elementos que qualificam a propriedade componente da *cultura* autóctone (...) antes asserções tão crassas como às predicções de *bárbara* ou *primitiva*.

O termo ‘cultura’, do latim, *colere*, tornou-se um conceito particularmente impreciso para nossa utilização, dadas tão dispares considerações entre os campos das ciências sociais, da filosofia e da antropologia, onde referido conceito compreenderá definições tão distintas como as de um conjunto de ideias, comportamentos, símbolos e práticas sociais ‘não-naturais’, ou seja, que distanciam o homem da *selvageria* e da *barbárie* na exata medida em que o aproxima da *civilização*, através de uma *articulação* social, moral, legal, artística, linguística, científica, espiritual e mitológica⁴⁶ - próprias ao homem e não à natureza (...) – e que contrariam a compreensão de como o fator da herança social, em conjunção a fatores biológicos, *naturais* do homem, se apresentam nas sociedades humanas justamente como um comportamento compreendido através da *Cultura*⁴⁷, sendo seu exemplo mais cabal o próprio processo de integração social ou,

⁴⁶Edward B. Tylor. *Antropology: An introduction to the study of man and civilization*. D. Appleton & Comp. Publications. 1896.

⁴⁷A. L. Kroeber, C. Kluckhohn. *Culture: A critical review of concepts and definitions*. Greenwood Press.

reconhecidamente, de 'civilização'. Portanto, adotaremos em presente a definição de *Ethos* contemplada por Dussel:

“Chamaremos de *ethos* de um grupo ou de uma pessoa o complexo total de atitudes que, predeterminando os comportamentos, formam um sistema, fixando a espontaneidade em certas funções ou instituições habituais. (...) O *ethos*, a diferença da civilização, é em grande parte incomunicável, permanecendo sempre dentro do horizonte de uma subjetividade (ou de uma intersubjetividade regional ou parcial). Os modos que vão configurando um caráter próprio são adquiridos pela educação ancestral, na família, na classe social, nos grupos de função social, estável, dentro do âmbito de todos aqueles com os quais se convive, constituindo um *nós*.” - Enrique Dussel: '*Oito ensaios sobre cultura Latino-Americana e Libertação*.' 2003. Paulinas. P. 27. 2º§.

Concerne ao presente trabalho, pela proposição da hipótese apresentada e para resolução dos problemas levantados, que seja fundamentado também como poderíamos identificar com propriedade o que se refere por *Ethos Autóctone*.

A etimologia da palavra nos esclarece que este vocábulo é oriundo da transliteração de dois termos gregos:

“*Ethos* (ἦθος – com eta inicial) e *ethos* (ἔθος – com épsilon inicial). Essas duas grafias de *ethos* existentes no grego dão origem a duas acepções distintas dessa palavra. O *ethos* grafado com eta (H) inicial, designa a morada do homem e do animal (zóon) em geral. Este sentido de um lugar de estada permanente e habitual, de um abrigo protetor (morada), é a raiz semântica que origina a significação do *ethos* como costume, estilo de vida e ação. Por sua vez, o *ethos* com épsilon (E) inicial refere-se ao comportamento que resulta de um constante repetir-se dos mesmos atos, um comportamento que ocorre frequentemente, mas não sempre, tampouco em decorrência de uma necessidade natural. O *ethos* expressa, nesse caso, uma constância no agir contraposta ao impulso do desejo, denotando uma orientação habitual para agir de certa maneira. Ele se desdobra, assim, como espaço da formação do hábito, entendido como disposição permanente para agir de acordo com os imperativos de realização do bem, tornando-se lugar privilegiado de inscrição da práxis humana.”⁴⁸

Contrariando, portanto, muitas asserções 'coloniais', como à de alguns magistrados representantes do poder público vigente, que tipificam a identidade autóctone

1952. (Part III, group a: The Nature of Culture. P.84; group f: Relation of Culture and Society, Individuals, Environment and Artifacts. P.125; Part IV, A: Culture and Civilization. P.147.)

⁴⁸Henrique Claudio de Lima Vaz: “*Escritos de Filosofia II: ética e cultura*.”. Ed. Loyola. 2000. P. 12. 2º§.

como remanescentes à um ‘*subdesenvolvimento civilizatório*’, considero de inalienável legitimidade à razão humana o exame e a consideração acerca de exemplos concretos das relações de Saber estabelecidas no imbricado desenvolvimento político e autárquico dos povos originários (baseados na autossuficiência, na equanimidade e, nas trocas, inclusive exogâmicas, assim como suas relações de guerra)⁴⁹, no *Tawantinsuyu* incaico (que carecia de *fronteiras* para sua manutenção política; principalmente através da administração dos *ayllus*, comunidades regidas pelo princípio de ajuda mútua, mas também através de ações empreendidas para redução dos frequentes conflitos por terra com povos inimigos, através das *mitmaquna*, ‘*colônias étnicas*’ incluídas como *yanacunas*, ‘*fiéis servidores*’ pertencentes às últimas camadas do estrato social incaico, permitindo o acesso privilegiado aos recursos locais e a manutenção do Tawantinsuyu através das *mitas- trabalhos tributados ao Inca*)⁵⁰, do desenvolvimento econômico (baseado não somente no *escambo* de mercadorias, mas igualmente no valor do *cacau* e das folhas de *coca*, que chegaram a ser avaliadas a peso de ouro em 1539)⁵¹, do desenvolvimento hídrico pré-hispânico dos ‘*puquios*’ (canais e aquíferos subterrâneos encontrados principalmente nos Andes, em Nazca, Machu Pichu e Ollantaytambo, mas também na Argentina e no Chile)⁵², do desenvolvimento genético em experimentos com o solo, do cultivo e da desidratação de alimentos (reconhecidamente, desde 2019, no sítio arqueológico de *Moray*, situado à mais de 3.500 msnm)⁵³, do desenvolvimento astronômico (principalmente dos grandes povos originários, revelados tanto nas praças astronômicas como em seus diversos calendários; nos mais de 27 observatórios circulares encontrados em ruínas pré-hispânicas⁵⁴, e nas centenas de *geoglifos* descobertos por pesquisadores e especialistas até o presente), do desenvolvimento

⁴⁹Pierre Clastres. “*Arqueologia da Violência: pesquisas de antropologia política*”. Ed. Cosac & Naify. 2004. Principalmente capítulos 6 (Sobre o poder nas sociedades primitivas), 8 (Sobre a economia nas sociedades primitivas) e 11 (Sobre a guerra nas sociedades primitivas).

⁵⁰Gabriela Sternfeld. “*La organización laboral Del imperio inca: Las autoridades locales básicas*”. Ed. IberoAmericana. 2007.

⁵¹John Murra. “*La teoría de La complementariedad vertical : eco-simbiótica*”. Ed Hisbol. 1987. P. 23. 3º§.

⁵²Katharina Schreiber e Josué Lancho Rojas. “*Aguas en el desierto: Los puquios de Nasca*”. Ed. PUCP. 2006. (Ver Também: de Kevin Lane: “*Puquios and Aqueducts in the central Andes of South America*”. Ed. Taylor & Francis Group. 2017).

⁵³Igualmente referido nas pesquisas de Carl Troll (1968) como uma das três grandes tecnologias desenvolvidas pelos povos pré-hispânicos, sendo estas a desidratação de alimentos, os canais hídricos e a domesticação de animais.

⁵⁴Carlos Milla Villena. “*Genesis de La cultura Andina*”. Ed. Fondo CAP Colección Bienal. 1983. P. 149. 6º§.

matemático (como no templo Inca de Sechin⁵⁵; ou, na aplicação simbólica e astronômica do povo Maia, que incluíam à utilização do ‘zero’ [0] antes mesmo de sua incorporação pela civilização europeia, inclusive do π , nas civilizações andinas; ou ainda, através de instrumentos de medição, como o *Quipu* e a *Yupana*, utilizados como ‘ábacos’ pelos povos autóctones tanto para o censo populacional como para economia agrícola⁵⁶, do desenvolvimento simbólico (inscrito na *Chakana – a cruz quadrada*⁵⁷, evidenciado como principal signo de orientação espacial e temporal da filosofia Amauta⁵⁸; ante o conceito de reciprocidade do *YANI*⁵⁹, chave da compreensão paritária, ou complementar, da dualidade como princípio dinâmico da *unidade* da realidade; (...)

Figura 1 -Quipu Inca



Figura 2- Yupana

⁵⁵Idem. Quinta Parte: ‘*O Templo Matemático de Sechín*’. P. 183.

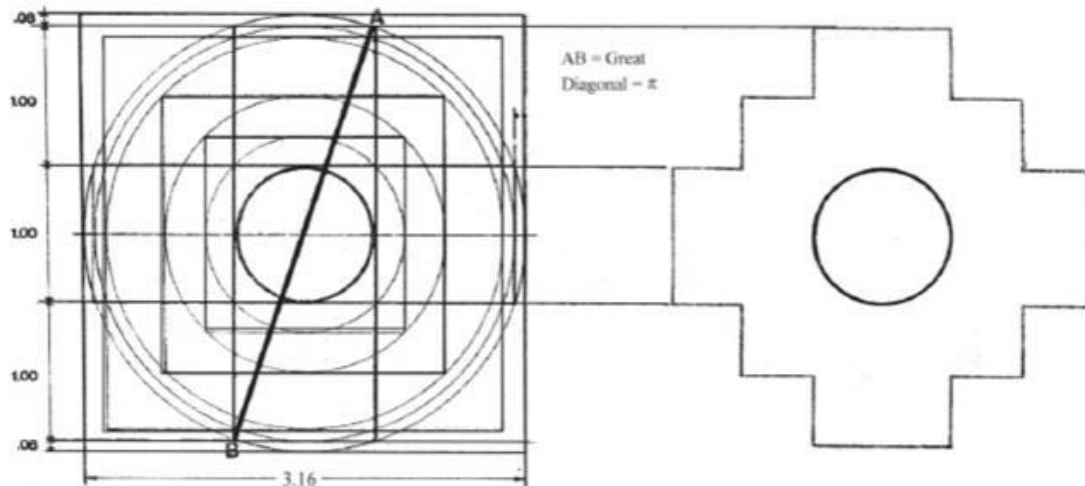
⁵⁶Ilustração P. 16

⁵⁷Carlos Milla Villena. “*Genesis de La cultura Andina*”. Ed. Fondo CAP Coleccion Bienal. 1983. Terceira Parte. ‘*Genesis de La Cruz Cuadrada*’. P. 65-71.

⁵⁸‘*Sábios*’ Incaicos.

⁵⁹Carlos Milla Villena. “*YANI: Introducion a La Paleosemiótica* ”. Ed. Asociacion Cultural AMARU WAYRA. 2002. P.148. 2º§ :**AYNI** “*Es La ley de reciprocidad simétrica constructiva, aplicada em las comunidades amerindias para lograr la reproducción y redistribución de los excedentes de la economia colectiva en vista de mantener una alta calidad de vida y em función de linterés de todos y cada uno de sus integrantes*”.

Figura 3



Chakana Andina

Figura 4



– Tonalpohualli Azteca

Seja através de exemplos como as obras Maya ‘*Popol Vuh*⁶⁰, Astecas do ‘*Tonalpohualli*⁶¹ ou dos ‘*Kins*’ do Tzolkin⁶²; do desenvolvimento pedagógico (como no templo de *Coricancha*⁶³) e arquitetônico (expresso na ‘*simbologia geométrico-arquitetônica andina*⁶⁴); seja nas construções das cidades pré-colombinas, em seus templos, observatórios e pirâmides remanescentes aos povos que as originaram; seja através do canto seus *icaros*, da confecção de seus instrumentos e de suas tramas em tecelagens – (...) entre tantos exemplos quanto

possam ser demonstrados através da autenticidade expressa na relação destes povos com seu meio e dos sinais legados à história através de um trabalho vivo no interior das matas, dos ribeiros, dos vales, dos cumes e dos desertos deste continente, mas principalmente, através de sua relação com *as plantas de poder* – com o próprio reino da *physis*, que em distinção à uma *objetificação teleológica* que cultivamos em relação à *natureza*, como *herança* histórica universal e intransponível, desde os pré-socráticos até

⁶⁰Registro documental da Comunidade Maya.

⁶¹*Calendário* ou o ‘Livro dos Dias’ Asteca.

⁶²Sincronário do ciclo sagrado de 260 unidades, constituído por 20 trezenas de selos, correspondendo cada unidade à um *Kin (Sol)*.

⁶³Carlos Milla Villena. “*Genesis de La cultura Andina*”. Ed. Fondo CAP Coleccion Bienal. 1983. Quinta Parte: ‘*O Templo de Coricancha: Centro de Sabedoria*. P. 229-235.

⁶⁴Carlos Milla Villena. “*AYNI: Introducion a La Paleosemiótica* ”. Ed. Asociacion Cultural AMARU WAYRA. 2002. P. 164-168.

Kant, que para o ethos autóctone, este permanece reconhecendo-se como parte integrante e constituinte desta, tanto como *ela* de si; razão dada inerente as relações de saber desenvolvidas e orientadas em torno de sua relação *epistêmica* com a natureza e com as *plantas de poder*; e, pelo qual se faz ilegítima a asserção de um *subdesenvolvimento civilizatório* pautado num ‘*possível*’ desenvolvimento ‘*técnico*’ de seus meios (isto é: da exploração da natureza e de seus recursos), quando esta prerrogativa simplesmente aniquilaria a propriedade da identidade autóctone SER tal qual ela é, na exata medida em que lhes é necessário preservar em equilíbrio o espaço que qualifica seu pertencimento como próprio a sua identidade e, de suas ações virem à ser orientadas pela inteligibilidade de suas relações, expressa através de suas significações.

Todo objeto vinculado ao humano, afirma Carlos Milla, é signo de um vasto campo de sentidos; sendo através destes sentidos que a própria cultura deva ser ‘igualmente’ considerada um processo de significação; Constituindo assim parte de um patrimônio imaterial da Humanidade.⁶⁵

“O rio Doce, que nós, os Krenak, chamamos de Watu, nosso avô, é uma pessoa, não um recurso, como dizem os economistas. Ele não é algo de que alguém possa se apropriar; é uma parte da nossa construção como coletivo que habita um lugar específico, onde fomos gradualmente confinados pelo governo para podermos viver e reproduzir as nossas formas de organização”⁶⁶

“Como disse o pajé yanomami Davi Kopenawa, o mundo acredita que tudo é mercadoria, a ponto de projetar nela tudo o que somos capazes de experimentar. A experiência das pessoas em diferentes lugares do mundo (...) depende cada vez mais da exaustão das florestas, dos rios, das montanhas, nos colocando num dilema em que parece que a única possibilidade para que comunidades humanas continuem a existir é à custa da exaustão de todas as outras partes da vida.”⁶⁷

“(...) excluímos da vida, localmente, as formas de organização que não estão integradas ao mundo da mercadoria, pondo em risco todas as outras formas de viver — pelo menos as que fomos animados a pensar como possíveis, em que havia corresponsabilidade com os lugares onde vivemos e o respeito pelo direito à vida dos seres, e não só dessa abstração que nos permitimos constituir como uma humanidade,

⁶⁵ Carlos Milla Villena. “*YANI: Introducion a La PaleoSemiótica*”. Ed. Asociacion Cultural AMARU WAYRA. 2002. P. 253.

⁶⁶ Krenak, Ailton. *Ideias para adiar o fim do mundo*. São Paulo: Companhia das Letras. 2019. P.33.3º

⁶⁷ Idem. P. 23.1º§.

que exclui todas as outras e todos os outros seres. Essa humanidade que não reconhece que aquele rio que está em coma é também o nosso avô, que a montanha explorada em algum lugar da África ou da América do Sul e transformada em mercadoria em algum outro lugar é também o avô, a avó, a mãe, o irmão de alguma constelação de seres que querem continuar compartilhando a vida nesta casa comum que chamamos Terra.”⁶⁸

Figura 6



Sitio de Moray – Cuzco, Peru.

8. SER E ESTAR

Τό δέ ον λέγεται μέν πολλαχώς - Ἀριστοτέλης

Aspirava à civilização negando minha barbárie (...) declinando meus modos em busca da verdade, encontrei-me diante da natureza.

O problema a Ser enunciado é de suma importância para a reflexão des-

⁶⁸ Idém. P.23-24.

colonial, pois percorrendo problemas *clássicos* acerca de proposições assumidas como verdadeiras, elucidaremos, através da linguagem, como diversos problemas epistemológicos inferem na própria percepção da realidade. Justifica-se a ‘relevância’ de tal argumento pela atribuição de valor a um juízo, dito verdadeiro, não só inferir a proposição de uma crença (seja ela verdadeira ou falsa, justificada ou injustificada⁶⁹), mas consequentemente, que a crença neste juízo sirva para orientação das próprias volições humanas, sumamente, à sua *práxis*⁷⁰ sendo esta uma razão reintegrante ao valor do pensamento e da reflexão filosófica, tanto para a *Epistemologia* como para a *Ética* enquanto dimensão *Política*, através da elucubração de relações de conhecimento que se dão eminentemente entre sujeitos e os objetos de sua experiência, ou mais especificamente, através da experiência de conhecimento, como um fenômeno de percepção da mente, reconhecida pelos nossos sentidos e identificada através do acesso à memória de nossas experiências, que se manifestarão em volições pelo qual nossa mente e nosso corpo compreendem e reagem ao próprio ‘acontecimento’ da experiência presente – sendo a síntese deste acontecimento expressa através da palavra como uma relação de *saber*, ou, de sentido, que é manifesta como sinal de uma qualidade que pode ser inteligida enquanto *entendimento* acerca dos seres do mundo.

Este é um problema que perpassará desde a objetividade do mundo até a subjetividade dos sujeitos, percorrendo tanto a manifestação de seus juízos como de seus atos.

Reflexões estas se encontram na origem do pensamento *clássico* do *ocidente*, desde os pré-socráticos até a modernidade, fundamentados através da excelência e do rigor da prática e da pesquisa científica, reconhecidos nos princípios da linguística, elucubrados através do exame da ‘fixação das crenças’⁷¹, assim como através da investigação detalhada de relações lógicas e problemas *aphorísticos*⁷², porém reflexões acerca da natureza do ser serão também encontradas em práticas ancestrais de concentração, cultivadas e preservadas desde o oriente até as remanescentes ocas xamânicas no coração da selva amazônica e ainda celebradas no pico das cordilheiras andinas.

⁶⁹Seja através da análise sobre crenças justificadas tratadas por Goldman. A, em: “*O que é crença justificada*” (1979); ou mais exemplarmente através da análise do *paradoxo de Moore*, tratado por Wittgenstein em suas *investigações filosóficas* (1953).

⁷⁰πράξις: relação crivada entre a teoria e a prática pelo efeito do agir.

⁷¹Pierce, Charles Sanders: ‘*Ilustrações da lógica das ciências*’. Aparecida. Ideias e Letras. (2008)

⁷²Ἀπορία: impossibilidade objetiva de se obter respostas a um determinado questionamento filosófico.

A razão fundamental de tais dados serem pertinentes à nossa compreensão do vir a ser das coisas e do mundo, será a consideração *particular* de Aristóteles à Kant, que, em relação aos exemplos presentes trabalhados, sepultarão a ‘ciência’ dos seres e o *saber*, num princípio demonstrativo de conhecimento, ou, pela performance de um mero fenômeno da mente – ferindo assim, necessariamente, o princípio de universalidade pelo qual fundamentam seus próprios juízos como verdades *universais*.

Este é propriamente um capítulo acerca das coisas que dizemos Ser (Verdadeiras):

Ante a crítica da compreensão heiddegeriana acerca da *indeterminação* da Vida “*nur noch Leben*” em relação à Existência do ‘Ser’ “*Da-sein*” – Rodolfo Kusch aferirá uma relevante diferenciação entre o Ser (enquanto qualidade definidora) do Estar (*sendo* ‘aí’) enquanto pura “superfície do viver”⁷³. Dirá: “Puedo golpearme com la dura realidad de un farol em La calle, pero eso no lleva a um reconocimiento o constituición de lo real, sino a reconstituir mi ‘estar’ en general, o sea que se pone em práctica La totalidad original que no debe coartarse.”⁷⁴ (...) Isto pois evidencia a oposição entre o que é definível, que aponta para imobilidade do Ser Absoluto e Tradicional, de um *estar sin más* que corresponderia ao ‘não mais que viver’, ao puro ‘aí’ preso à um solo que se daria inalienavelmente⁷⁵, conferindo assim, a este acontecimento, a própria origem dos fenômenos a partir do qual poderíamos perceber o que então aferiremos por real.

Para que possamos esclarecer como a crítica de R. Kusch é profundamente pertinente à razão de uma proposição sobre o ‘Ser’ poder vir a ser compreendida como verdadeira (através de uma *definição* pretendida pelos signos da linguagem) nos será fundamental alguma elucubração sobre campos clássicos do saber e da história da filosofia, que abarcam desde os campos da ontologia (*do ser enquanto ser*) até a linguística e a semiótica, além de muitos problemas lógicos que se apresentarão em nosso caminho.

Importante reflexão será feita acerca da *verdade* de possíveis inferências sobre a *existência* nos epílogos do diálogo de Frege e *Punjer* ‘sobre a existência’.⁷⁶ Entre proposições tais quais “Esta mesa existe” e “Hão mesas” inferir-se-ia um objeto

⁷³ Rodolfo Kusch. “*GeoCultura del Hombre Americano*”. Ed. Fernando Garcia Cambeiro. 1976. P. 154-155.

⁷⁴ Idem. P. 154. 5º§.

⁷⁵ Idem. P. 157. 4º§.

necessário à referência⁷⁷, sendo este um tema clássico tanto para linguística⁷⁸, sobre o que é o signo, como um significante do que é significado, como igualmente para semiótica⁷⁹, acerca dos signos e de seus objetos; mas que em dado caso, não é tão evidente quanto possa parecer, pois perpassa sutilmente da esfera linguística para ontológica, vindo a fundamentar juízos de verdade que inferem em nosso próprio posicionamento ou parecer acerca do mundo.

No diálogo de Frege a questão que se coloca fundamentalmente é de saber se “existir” e “haver” conteriam essencialmente o mesmo conteúdo nas referidas sentenças, ou, se sua correlação poderia ou deveria ser admitida. Em relação à propriedade do conteúdo, esta não poderia ser admitida já que uma sentença ‘autoevidente’ careceria de conteúdo, e, caso sua análise resultasse na aferição de uma predicação tal como *A é X*, de forma a definir o que é *A*, seu conteúdo ainda assim pertenceria fundamentalmente ao predicado de *A* e não sobre o enunciado ‘*A é*’ que careceria de sentido e de conteúdo ao ser declarado. Já em relação à existência da coisa singular depreendida daquilo que é predicado, tão pouco se verificaria tal relação, pois a existência expressa pelo predicado não poderia ser o conteúdo do qual ela deveria ser uma propriedade⁸⁰. Ou então ‘depreenderíamos do conceito de um centauro à existência de centauros’. Questões estas que como expostas por Frege, concerniriam antes a conteúdos da mente do que a propriedades realmente existenciais, pelo qual verificamos quão facilmente induzidos a falsas interpretações somos conduzidos pela linguagem, e a importância da filosofia para libertação do domínio de falsas analogias.

Será pois a reflexão sobre conteúdos compreendidos como não-evidentes que poderá elucubrar-nos uma reveladora dimensão acerca das relações tratadas na presente análise. Quando Frege cita exemplos tais como a formalidade pretendida do é em ‘*it is raining*’ ou de ‘*il pleut*’ ou ‘*es regnet*’⁸¹, estes exemplos permitem perceber e relacionar ao ‘*estar a*’ de Kusch e ao “*nur noch Leben*” de Heiddger a experiência de um acontecimento que infere o delimita da linguagem entre os campos linguístico e ontológico

⁷⁶Gottlob Frege. *Lógica e filosofia da Linguagem*. Ed. USP. 2009.

⁷⁷ Idem. A síntese é exemplarmente expressa no §99 na fala de Frege, ao fim do diálogo. P. 179: “(...) *As regras da lógica sempre pressupõe que as palavras empregadas não sejam vazias*”.

⁷⁸Saussure, Ferdinand de: “*Cursos de Linguística Geral*”. (1916).

⁷⁹Chales Sanders Pierce: “*Semiótica*”. Ed. Perspectiva. (2005). Especialmente Parte I: Cap. 3. 2. e Cap. 4.4-6.

⁸⁰Gottlob Frege. *Lógica e filosofia da Linguagem*. Ed. USP. 2009. P. 188. 3º§.

⁸¹ Idem. P.182. Notas 15. Sinônimos sem paralelo no português para traduzir a formalidade à que o verbo tem de ser empregue para contemplar a predição da *chuva*.

(justamente *neste é*).

Ainda que a reflexão sobre o ser como acontecimento presente nos evidencie a relação do ‘Ser’ no ‘Tempo’ ante um ‘princípio de movimento’ necessário à intelecção dos seres no espaço, como viria a canonizar E. Kant empiricamente em sua *Crítica da Razão Pura*⁸², outro exemplo de Frege poderá melhor nos elucidar a qualidade do problema que temos em frente.

Quando Frege diz: “Há um centro de massa na terra”⁸³, para exemplificar uma sentença não evidente que se justifica com validade em relação à predicação de um conteúdo, e logo depois reformula a sentença para “Um centro de massa da terra existe”, a fim de evidenciar os problemas da sinonímia entre Há(ver) e Existir para *Punjer*, por adicionar um conteúdo à palavra ‘existe’, sem poder explicar em quê consiste esse conteúdo – Nosso problema novamente se revela: “Há ou existe ‘realmente’ algo tal como um ‘centro de massa’ da Terra (?)” (...) - Ou seria este apenas um signal (linguístico) utilizado para dimensionar uma relação inteligível à existência (?) A resolução desta questão é a razão fática de se poder propor (afirmar) conteúdo e sentido através da palavra.

Caso aceitemos inquestionavelmente a arbitrariedade da língua e de seus signos, seremos conduzidos a uma separação inevitável entre o real e o metafórico, desde sua razão material à referência dos signos que recebemos por herança histórica, política, cultural e pedagógica, sem apercebermo-nos que através desta ‘representação informativa’ a propriedade dos discursos permaneceria carente de conteúdo e de sentido; pois, como já ilustrado por Frege⁸⁴, um discurso cujos predicados são meramente informativos e autoevidentes não acrescem nada para o esclarecimento do objeto predicado.⁸⁵ Isto ocorre, evidentemente, pois tais dados omitem uma razão necessária à própria natureza do(s) ser(es): sua relação.

Será, pois, através da inteligibilidade das múltiplas relações existentes entre os seres no universo que poderemos através da palavra, dimensionar o sentido destes.

Um terceiro e último exemplo virá a corroborar a presente contemplação quando Frege tenta ilustrar como a linguagem se utiliza de uma forma predicativa sem

⁸²Kant, Immanuel: *Crítica da Razão Pura*. Tradução de Manuela Pinto dos Santos. Fundação Galouste Gulbenkian. 2001. Lisboa

⁸³Gottlob Frege. *Lógica e filosofia da Linguagem*. Ed. USP. 2009. P. 185. 2º§.

⁸⁴Ver: Willard Von Orman Quine: “**Desde um Ponto de vista Lógico**” São Paulo, Ed. Unesp, 2011.

conteúdo para formar um conceito sem conteúdo: “Na sentença ‘O céu é azul’, o predicado é ‘é azul’, mas estritamente falando o conteúdo deste predicado esta na palavra ‘azul’. Se esta for suprimida, o que resta é um predicado sem conteúdo: ‘O céu é’.”⁸⁶ (...) A passagem toda é realmente brilhante, pois embora o ‘*endeusamento da cópula*’ entre ‘haver’ algo e algo ‘ser’ (flexionado neste ‘é’) através do conteúdo da palavra *ente*, o que nos é particularmente relevante na presente análise é que a razão pratica e fundamental de qualquer proposição com sentido e conteúdo poder ser enunciada, se dê somente quando a intelecção da qualidade de uma relação é dimensionada: neste caso duplamente, tanto pelo que se dimensiona como inteligível, quanto através da palavra.

Valer-nos-ia uma poética consideração de nosso saudoso Ariano Suassuna: “A verdade é, como a Beleza, fruto da captação intuitiva do mundo, reformulada, no caso da verdade, pelo pensamento, o qual só tem uma fonte de aferição e retificação – o comercio fecundo e infinito com a luz do real.”⁸⁷

Para que os pressupostos apresentados possam vir a ser devidamente fundamentados carecemos pois da realização de uma análise crítica às formas clássicas de saber, sobre a natureza do signo, da experiência, e do próprio princípio de identidade dos seres. Tais elementos resultarão surpreendentemente numa libertadora catarse das formas de conhecimento admitidas pelo vulgo oficial da “Verdade”, assim como creio, venham a contribuir para realização pretendida do projeto de descolonização epistêmica, como um dado relevante às relações de conhecimento. (Diria mesmo *antropofágico*)

Dentro da herança de nosso registro histórico ‘ocidental’ será Crátilo quem primeiro enunciará a *palavra* como ‘apontamento’ ou signal à propriedade de um Ser; tomado por Platão como personagem temático do primeiro diálogo filosófico sobre a linguagem, ainda que não propriamente sobre a estrutura sintática da língua grega e à ciência linguística, no referido dialogo platônico, Sócrates e Hermógenes discorrerão sobre a célebre colocação de Crátilo acerca dos nomes, para o qual corresponderia certa adequação entre estes e às coisas existentes; que não seriam designadas por convenção, mas por natureza, e que esta adequação, dos nomes às coisas fosse à mesma tanto para gregos como para bárbaros⁸⁸; embora no decorrer do dialogo se discorra sobre a herança semântica dos grafemas e fonemas dos nomes primeiros que

⁸⁵ Da capacidade efetiva de poder aferir sentido através da ação do Intelecto.

⁸⁶ Ariano Suassuna. *Iniciação à estética*. Ed. José Olympio. 2013. P.12. 2º§.

⁸⁷ Idém. P.12. 2º§.

⁸⁸ Platão: **Κρατύλος** – *Crátilo*. Tradução de Claudia Marsico. 2006. P. 38. (*fala de Hermógenes*).

dariam origem a forma pelo qual estes se encontrariam em sua atualidade, ou ainda, a partir da investigação dos mitos homéricos e de Hesíodo, elencando a origem divina dos nomes; ou ainda, através da ideia de um *Legislador*, melhor capacitado para o exercício desta *Arte*, ou mesmo, quando orientados através da reflexão de um ‘conceito’, como a relação de movimento advinda de Heráclito de Éfeso, o *obsuro*, questionando a origem dos nomes através da ‘*fluidez*’, ou, mais precisamente, através do *dever* (...) mesmo quando ideias melhor fundamentadas como a *mimese* dos seres a partir do mundo das ideias é exposta por Platão (...) o que encontramos caracteristicamente nos exemplos ilustrados durante todo o diálogo, é que eles sempre estão à referir, ou *indicar*, se preferirem, a *qualidade* de uma determinada relação entre os seres como insatisfatoriamente própria aos nomes, pois, evidentemente, a propriedade dos nomes não poderia pertencer a *qualidade* referida ou ilustrada através do sinal ou palavra que estes mesmos nomes estão a referir, ocupando assim o espaço do referido e da referência simultaneamente – ou então os nomes se constituiriam como *auto-referências*, permanecendo então as coisas ‘inominadas’, ou, constituindo os nomes ‘seres’ no mundo tal como os antílopes, os cristais e as flores⁸⁹ (...) conseqüentemente o diálogo não poderia encerrar-se senão sobre um fausta, senão ‘escatológica’⁹⁰ *aphoria*; não poderíamos pois pretender aos nomes e a palavra a propriedade dos seres que referem, ou então... sabe o ‘foguinho Nomade’ (?) Não Sabe (!?) Bom, se a palavra, ou nome, fosse mesmo uma propriedade dos seres, você saberia (...) foguinho nômade então seria não só a referência de uma ilustração de minha mente mas sim um nome cuja propriedade seria demonstrável e auto-evidente do ser que refere (coisa que não é). Ou seja, sua *re-presentação* é não só ilegítima, mas irrealizável. O limite de nossa capacidade intelectual nos impele a considerar que os objetos percebidos pelos sentidos sejam apropriados como dados da mente, que serão referidos por sinais, que conferirão a dimensão de realidade necessária à inteligência da qualidade da relação referida entre os seres por estes mesmos sinais, que, através da relação com outros dados da experiência, recolhidos pela memória, possibilitam uma associação de reconhecimento, que compreenderemos como pertencente à identidade dos seres, mas que em verdade se trata de um processo de ‘identificação’ com os ‘seres’ através da percepção de suas

⁸⁹ Sendo a condição que os distingue, propriamente, à de sua materialidade.

⁹⁰ Passagem final, 440d: “*como se todas as coisas estão assim dispostas e todos eventos se mantivessem por fluxo e catarro...*”. Platão: **Κρατύλος** – *Crátilo*. Tradução de Claudia Marsico. 2006. P. 160. 1º§ (*fala de Sócrates*).

relações. Atribuímos mecanicamente à associação subjetiva de identificação, de determinada relação de conhecimento sobre os seres, com um ‘Saber’ (mal)entendido como ‘próprio’ ou pertencente aos seres.

Corroborando a análise de Kush, tal prerrogativa de definição do Ser estaria muito distante da realidade do qual esta mesma sentença é oriunda enquanto ‘sinal’ e enquanto possibilidade que se efetiva em ato.

Para ilustrar explicitamente como a expressão da palavra dimensiona sentido através de uma referência a intelecção da qualidade de uma relação (experienciável) entre os seres, mas que esta não seja um ‘dado absoluto’, ou, que contenha qualquer ‘Saber’ sobre estes, nem que tão pouco seja uma proposição advinda da arbitrariedade de uma convenção, mas antes, que sejam ‘possíveis’ de serem percebidas com ‘legitimidade’ quando ‘originárias’ do processo de identificação com o acontecimento que concebemos como *sendo* ‘próprio’ a um Ser, enfim, das relações que podemos através da palavra, com sentido, referir (...) valhamo-nos de mais alguma poesia: dizia a canção “Não é um *rio*, é a *água* passando” – bastaria que diminuíssemos um pouco a dimensão do volume do ‘Ser’ em questão e teríamos então a referência de um *outro* sinal para uma mesma substancia “não é um *rio*, mas um *riacho*” (...) ou um *córrego*, ou uma *nascente*, ou então *outro*, seria pois um *mar*, como o *mar del Plata*, cujo volume d’água nos pareça tão extenso que seu próprio nome seja uma referência direta a um *outro vir-à-ser* desta substancia...(*El mar*) - quaisquer que sejam as referências que utilizemos para tentarmos definir o Ser em seu *estar* em geral (como nos advertia Kush acerca da perda da realidade original do Ser como Totalidade *tradicional* através do advento de sua definição⁹¹) estaremos sempre discorrendo acerca de uma qualidade que poderia ser percebida em relação ao Ser enunciado, mas que em nada qualifica ou determina como uma identidade própria ao ‘Ser’ em questão – “não é uma mina d’água (...) é um ‘*poço artesiano*’ (...) não é ‘*água parada*’, é um ‘*lago sem escoamento*’ (...) não é sequer *água*, mas a *vida* em estado liquefeito” ou então... “não é sequer um elemento este ser, mas uma *reação* entre um conjunto de moléculas (H₂O)” (...) ainda quando modificamos a substancia elementar que indicamos pela qualidade referida através do sinal enunciado (...) “É um *rio*... mas de *lava*, não de *água*...” e logo, quando resfriado, será então um rio de pedra, então já não será nem *rio*, pois a qualidade essencial da razão pelo qual a definição de seu ser é possível, já não será mais perceptível, nem

⁹¹ Rodolfo Kusch. “*GeoCultura Del Hombre Americano*”. Ed. Fernando Garcia Cambeiro. 1976. P.154. 5º§

descritível, pela razão mesma de seu aparente movimento *estar* ausente.

Os nomes, estas referências, conferirão a dimensão de realidade necessária ao conceito ou ideia indicada pelo signo, como sinal – sendo a relação desta dimensão de realidade conferida pela identificação de nosso pensamento acerca das coisas no mundo, o que enunciaremos, propriamente, como um ato de conhecimento.

Evidentemente o conhecimento possibilitado pela experiência não garante *saber* acerca dos seres que participam deste acontecimento, sendo este “*conhecimento*” apenas a indicação de um seguimento, ou, relação, que pode ser inteligida em relação à experiência da existência de que participa.

“Verbo, *Logos*, Palavra, diversas expressões de um mesmo e grandioso instrumento mediante o qual o homem não só se situa no Mundo e no Universo, senão que faz deles seu lugar. Mediante o Verbo deixa de ser um ente entre os entes para transformar-se em seu habitante. Isto é, é nele que dá sentido a este Mundo e Universo, distinguindo, separando, igualando e unificando ao resto dos entes que carecem desta qualidade.”⁹²

Magistralmente Zea ilustrará como o ente deixa de ser um ente entre os entes para transformar-se em ‘*isto*’ ou ‘*aquilo*’ em relação ao homem que lhes dá essa especial existência quando expressa-os, justamente, ao falar deles. Negar sua voz, ‘a inteligibilidade das relações enunciadas pela palavra’, seria tornar conclusivamente inautêntica uma filosofia que fala do ‘homem’ mas não sabe reconhecer o *humano* em seres que não cumpram com ‘determinadas’ características, à saber, as próprias daqueles que fizeram sua qualificação.⁹³

Francisco C. Bauer nos adverte sobre o caráter ‘definidor’ e ‘totalizante’ conferido em Heidegger à palavra grega *Logos*, corroborando à crítica de Kusch e de Dussel, acerca da herança histórica de um princípio originário de um ser universal e transcendente, que fundamenta a expressão de um sujeito hegemônico em torno de um núcleo ontológico unívoco e idêntico a si mesmo⁹⁴, que a projeção da determinação de um universo pré-ordenado vem a aniquilar a diversidade interpelada no grito do *outro*, não

⁹²Leopoldo Zea: “*La Filosofía Latino-Americana como filosofía sin más*”. Editora Século XXI. 1969. P. 9. 1º§.

⁹³Idem. P.112.

⁹⁴Cuja ilustração é classicamente conferida à Heráclito, ainda que sua doutrina acerca da Justiça (*Diké*) de um princípio imanente que regeria todo acontecimento da natureza através de um *Logos* universal e constante, haja sido avidamente combatida frente à um princípio determinista e imóvel de unidade e de ordem, exemplarmente elucubrado por Parmênides, reduzindo a inteligibilidade imanente do *Logos* simplesmente a definição utilitária e determinista da Palavra.

como *diferença* sobre o *mesmo*, mas pela revelação da *alteridade* humana que reclama à ‘Justiça’ histórica de sua **voz-ética**⁹⁵, de uma palavra que caminha por sobre o horizonte do ‘todo’ e avança ante a palavra do *outro* em direção ao *novo*, que ante a diversidade de um *éthos outro* se possa viver sem ser dominado nem dominador.

Quando declarações tais como: “Os *índios* não tem cultura (...) não falam nossa língua, não tem dinheiro (...) é um pobre coitado que tem de ser ‘integrado’ a sociedade e não criado em ‘zoológicos’ milionários⁹⁶” são expressas pelo próprio presidente de uma ‘Soberania’ que advêm materialmente da apropriação e ocupação de terras indígenas mediante seu extermínio, ou ainda, quando declara que “o ‘*índio*’ é um Ser Humano ‘*igualzinho*’ a nós, e, que ‘ele’ quer o que nós queremos⁹⁷” além do exercício explicitamente antiético do juízo expresso, e, do valor atribuído a sua palavra perante as “máximas” ‘representações’ do ‘poder’ ‘público’ executivo, legal e judiciário (que representam a unidade do poder vigente) que deveriam prezar *bem* pela história dos povos autóctones, ao invés de *marginalizar* os nativos originários desta terra, algo mais além de um crime contra a razão lógica e prática esta sendo cometido nestas declarações – trata-se mesmo de um crime perante a Verdade, demonstrável pela própria evidência dos fatos e da existência dos seres.

Quando a declaração de uma ‘Sub-Civilização’ é referida aos povos autóctones, ou um ‘sub-desenvolvimento’ destes em relação à ‘atualidade’ (técnica, científica, política, e/ou da possibilidade de acesso a multiplicidade dos objetos dispostos em presente), quando diz-se ‘primitivo’, não em relação àquilo que veio primeiro, mas de forma pejorativa à ideia de um “progresso” ‘*positivo*’, almejado e ilustrado no brasão da própria bandeira desta nação cujo *Amor* foi esquecido⁹⁸, ou ainda quando predicamos um Ser de ‘*Bárbaro*’ em relação a um Ser ‘Civilizado’ – diminuindo à humanidade destes povos através de veiculação de uma suposta incapacidade para o *progresso*, como bem ilustra Zea⁹⁹, referindo em verdade o que *identificamos* por ‘*subdesenvolvido*’ como: uma

⁹⁵Termo cunhado por Carlos Francisco Bauer, ver : ‘*La Analéctica de Enrique Dussel: Un método para construcción de una Utopía Factible o Institución Futura para el Tercer Milenio – Tomo I*’, Argentina, 2008. P. 66-72.

⁹⁶Ambas declarações de Jair Bolsonaro em 2015, foram declaradas em Campo Grande – MS, onde foi homenageado com a medalha Tiradentes na sede do Comando-Geral da Polícia Militar. A notícia foi divulgada tanto pelo jornal de Campo Grande News como pela *media Max* em 22 de abril de 2015.

⁹⁷Pronunciamento de Jair Bolsonaro em 29/11/2018.

⁹⁸AMOR – ORDEM & PROGRESSO eram os lemas do positivismo ilustrado por Cont. A bandeira do Brasil possui as palavras Ordem e Progresso, mas o Amor foi retirado de sua Bandeira.

⁹⁹Leopoldo Zea: “*La Filosofía Latino-Americana como filosofía sin más*”. Editora Século XXI. 1969. P. 13. 1º§P. 13.

relação distinta ao ‘nosso’ ‘próprio’ ‘desenvolvimento’, projetando nossa própria identidade sobre outro ser, estamos a inferir uma contradição às próprias leis do universo, ao concebermos que uma civilização ‘outra’ pudesse ter o mesmo ‘desenvolvimento’ que ‘esta’, pois então ‘eles’ necessariamente seriam(os) ‘nós’ mesmos.

Em termos lógicos, dispõe-se que: A é = ‘subdesenvolvido’ pois B é = ‘desenvolvido’; sendo que, A é = ‘subdesenvolvido’ pois a qualidade de ‘desenvolvido’ poderia ser atribuída também a A, e, se, A e B estão sendo dispostos por semelhança, cujas qualidades poderiam ser atribuídas para afirmar categoricamente uma relação de ‘desenvolvimento’ ou de ‘subdesenvolvimento’ perante um simples exercício de comparação, em verdade, tais prerrogativas ajuízam ‘contraditoriamente’ que A possa ser tal como B, quando A só poderia ser igual a si mesmo na medida em que se distingue necessariamente de B. Este é um juízo próprio à identidade dos seres e da lógica, respeitando um princípio de não contradição, de evidencia e demonstração.

Para tornar explícita a ilustração presente: Quando atribuídos um ‘subdesenvolvimento’ aos povos originários em relação a um possível desenvolvimento (referindo a qualidade de uma relação exploratória dos bens dispostos pela natureza, através da aplicação de práticas extrativistas dos recursos ‘úteis’ ao mercado vigente, de uma ratificação aos modos de organização social, política, territorial, pedagógica, e cultural) tal como da “cultura” que ‘herdamos’ do ‘ocidente’ – estaríamos atribuindo algo impossível à própria constituição do *éthos* autóctone, pelo qual sua própria organização enquanto povo é expressa; que uma *imprópria* atribuição de valores acerca da identificação que estes conferem ao seu entorno, inviabiliza *praticamente* a disposição destes povos à ‘exploração predatória’ de seu território poder vir à dar-se tal como seja numa civilização *mercantilista* – justamente pela natureza, tal como se encontra em sua diversidade eco-simbiótica, constituir parte integrante e fundamental do reconhecimento de sua própria *identidade*.

Digo, que a organização à que se dispõe sobre seu entorno, não só, seja fundamentalmente condizente à sua identidade (pelos hábitos que se dispõe quanto à sua própria subsistência, quanto à sua disposição enquanto organismo social, enquanto forma de reconhecimento, convívio, significação e aprendizado) mas principalmente, que seja necessariamente distinta da forma que, desde os pré-socráticos, veio à ser cultivada como um princípio exegético e absoluto de conhecimento sobre o Ser¹⁰⁰ – Digo, que o

¹⁰⁰ Tales, Heráclito, Xenofantes, Xenofontes, Anaximandro, Anaximenes

princípio de ‘objetificação’ da natureza (ou seja, de um tratamento objetivo dos seres dispostos no universo, rigorosa e especificamente, tal como coisas dispostas no universo à vontade da realização humana – pelo qual viríamos a poder refletir acerca de sua origem, ou de sua finalidade, ou de sua materialidade, ou de sua formalidade, de sua estética, ou mais propriamente, de seu *parecer*, e todas as outras questões que constituiriam as próprias bases da *filosofia* grega, desde os filósofos da natureza até as reflexões platônicas e aristotélicas sobre a natureza dos seres) distinguisse necessária e fundamentalmente da forma como o sujeito autóctone compreende esta mesma natureza: não como um Ser do qual se distingue necessariamente para torna-la um objeto de sua reflexão e voluntariedade, mas como um Ser de que é necessariamente constituinte e fundamental não só à sua reflexão mas para o reconhecimento de sua própria identidade.¹⁰¹

- “Nós temos a mania de pensar que somos livres, e que por sermos humanos temos irmãos. As plantas que se chamam plantas são nossas parentes; os nossos parentes não são só os da nossa família, são toda a comunidade; e não é só a comunidade, são todos os ‘humanos’; e não para pelos humanos, são todos os animais, são as pedras, é o ar que passa e lembra da gente e de nossas origens; as plantas de cura são nossas parentes. (...) Lembrem-se dos Guarany Kaiowa. Todos os dias tá lá, a naturalização do que não é natural; a naturalização da violência; a naturalização do esquecimento. Todos os dias nós somos negados (...) Eu vos pergunto: como mais de mil idiomas foram *dês*-aparecidos por pouco mais de cem (?) 500 anos nós buscamos nas fagulhas, no que sobrou das queimadas. Os que são mais velhos, a maioria foi assassinada (...) Peço desculpas se minhas palavras se tornaram quentes, é porque as fagulhas da última chacina, da última queimada, ainda permanecem vivas em nossa memória. (...) Somos estrangeiros em nosso próprio território (...) Mas eu preciso contar uma história pra vocês: antes dessa terra ter senhores, ter amos, ter nome, ser *América*, nós andávamos por aqui, como todo *Tapé-jara* (*povo que caminha*) em busca de seu Yvy marã e'ỹ (*a sua terra sem males*), nós andamos este continente (...) nós tínhamos nosso

¹⁰¹ Problemas: Acerca da voluntariedade humana (para satisfação de suas necessidades através de seu ofício, do ‘trabalho’ propriamente) ou, da aplicação de energia direcionada e possível como dado da experiência (através) de um dado de conhecimento – para a plena harmonização com a natureza através da mínima intervenção em seu vir à ser; do ‘ócio’ orientar-se pelo cunho do necessário, virão à constituir *éthos* (modos e hábitos) reconhecidamente distintos; Ou, de inclinações dessemelhantes quanto ao emprego de energia das volições humanas. *Práxis* (*Prática*), *Phronesis* (*prudência*) e *éthos* (*habito*) | *Nous* (*Ser*), *Sofos* (*Saber*) e *Episteme* (*ciência*) | *Poiésis* (*criação*) *Tecné* (*técnica*) e a *construção da Polis* (*cidade*)... o lugar de muitos.

Peabiru, alguns dizem Tapemiru; são os nossos caminhos originários, os nossos caminhos ancestrais (...) mas sobre nós nada testemunha a nossa passagem sobre a terra, não tem um lugar que diga 'este é um território Guarany', 'este é lugar de um povo Jeminawa'. Dos parentes mortos não se ouve falar; e não é só morte por faca, morte por tiro, é a morte cultural, é a imposição do esquecimento; é quando lhe dizem: você não é, ou, você só é o que eu quero que você seja; como um quadro, como uma fotografia fixa na parede, que você interpreta; mas ela esta parada, nós não; nós vivemos e nós sangramos. (...) Não se esqueçam, nós somos calmos nós somos pacatos, nós guardamos silêncio, mas nossos corações vomitam fogo. Não se esqueçam (...) Nada se pode fazer, assim como nada se pode tirar de nós, que é a nossa própria dignidade. Gostamos de pensar que somos livres, de modo que jamais ouvirão de nossas bocas que somos líder de alguém. Os Guarany gostam de pensar que são autônomos. Gostam de pensar que pensam por si seus próprios caminhos. (...) Falo de todos parentes que resolveram pensar seus próprios mundos de forma autônoma, livre e autogestionária como nós sempre fizemos (...) A pergunta que eu faço é: O que foi feita de nossa cultura sagrada (?) (...) Gostaria de falar pra vocês sobre as palavras bonitas do meu povo, sobre as histórias, mas nesse momento acredito que o mais importante é falar como nós estamos sendo massacrados ". (Pronunciamento de Daniel Iberê do povo M'bya Guarani, em discurso na II conferência mundial da Ayahuasca, realizada no Acre em 2016).

Do '**Sonho da Pedra**' de Ailton krenak (um documentário de Marco Alberg):

- "A nossa história é verdadeira (...) O povo indígena tem regado com sangue os 8 milhões de km² do Brasil, os senhores são testemunhas disso. (...) Se a gente tiver de trabalhar com 'escola' em nossa aldeia, tem de ser uma escola verdadeira, uma escola de nossa tradição e de nossas culturas; saúde também, tem de ser cuidada com os nossos remédios, não com as drogas que os brancos vendem nas farmácias deles, nos hospitais deles. Durante tantos séculos nosso povo viveu e foi autossuficiente, por quê que agora nós temos de ficar andando como uns mendigos atrás deles (?) (...) Essa praga da ideologia colonial tem sobrevivido de uma maneira impressionante. A gente tem de questionar ela, e perguntar: a serviço de quem nós continuamos à perpetuar práticas coloniais ou colonizadoras de relações (?)".

‘Ideias para adiar o Fim do Mundo’ de Ailton. Krenak. (2019 P.31-32):

- “Acabaram os cientistas, toda pessoa que seja capaz de trazer uma inovação nos processos que conhecemos é capturada pela maquina de fazer coisas, da mercadoria. (...) A gente sabe que as descobertas no âmbito da ciência, as curas para tudo, são uma *baba*. Os laboratórios planejam com antecedência a publicação das descobertas em função dos mercados que eles próprios configuram para estes aparatos, com o único propósito de fazer a roda continuar a girar.”

Compreendemos pois que o valor agregado ao saber enquanto agente de poder se deve a restrição de seu acesso pleno aos sujeitos sobre cujo domínio se exerce, pelo qual justifica o fundamento utilitarista das relações de dependência, e pela aniquilação da legitimidade e da diversidade de saberes em relação ao mundo.

Constituirão estes dados razão suficiente para se enunciar, com evidência, princípios epistemológicos distintos dos cunhados pela tradição *eurocêntrica* de uma *ciência universal*, evocando porém princípios *comuns* a razão de um tal evento ser possível - *inteligível* através de um necessário princípio de preservação dos seres no tempo, e, que apontam para uma significativa distinção à inclinação das volições humanas, exemplarmente, através do trabalho e das relações de conhecimento de que resultam os conflitos entre a *vontade* e a *necessidade* humanas.

Para que tal consideração possa ser fundamentada com propriedade, alguns exames far-se-ão necessários: I - Uma investigação crítica acerca dos princípios admitidos como concernentes à identidade dos seres (que se fundamentam sobre princípios epistemológicos até então reconhecidos como ‘*universais*’ e demonstráveis); II – A apresentação fundamentada de uma *epistemologia outra* que pudesse corroborar a distinção da(s) singularidade(s) sobre a inteligibilidade da(s) existência(s) do(s) ser(es) e III – Através de um exemplo fático de aquisição de conhecimento que conclua a diversidade apresentada não só como um dado possível mas necessário à própria inteligibilidade dos seres no universo.

Propõe-se em presente, portanto, uma elucubração metacritica ante os pressupostos ‘clássicos’ estabelecidos para aferição da propriedade da identidade dos seres.

9. ALETHEIA UNIVERSAL: INVESTIGAÇÕES ACERCA DO PRINCÍPIO DE INDISCERNIBILIDADE DOS SERES DITOS IDÊNTICOS

9.1 ORA O QUE É (!)

Isentemo-nos da *lógica clássica* por um instante e evidentemente recairíamos em contradições – Salve Heráclito! Porém, não nos recolheremos sobre o eterno fluir de Phantarei, nem do que arguiu Parmênides acerca do *Ser*, nem do que examinou Aristóteles sobre suas causas, ora nem mesmo acerca dos problemas sinonímicos do significado de qualquer palavra, como exemplarmente exposto por Quine, nos quedarão neste momento (...) por hora, nos servirá uma boa enciclopédia de termos lógico-filosóficos e o paradoxo exemplo de Teseu – que era rei e tinha um barco muito famoso pra sua época.

Teseu, rapaz herói, lendário fundador de Athenas, matador de gigantes delinquentes e de um lendário minotauro, cujo labirinto causava bastante terror aos jovens cretenses da época, foi realizar seu dever heroico e retornou para cumprir sua promessa. O fim do caso de zoofilia mais aterrorizante dos *Aedos* do Ocidente promoveu a embarcação de Teseu não só a equiparação de um mito, mas igualmente à de um paradoxo.

O caso é simples e ainda assim surpreendentemente intrigante. Teseu, seja filho de Poseidon ou do Egeu, fora a ilha de Creta na terceira embarcação que se destinava ao sacrifício dos 7 mais belos e belas jovens de Athenas ao temível 'Touro de Creta' – cuja origem deveu-se a união da esposa do Rei Minos com o Touro Branco recebido em sinal de aprovação à seu reinado e cujo sacrifício não fora realizado como havia ordenado do Deus do Mares. Desse caso nasceu o 'touro de Minos'.

A história é 'épica', pra dizer o mínimo, embora seja tão trágica como a origem mítica do nome que leva o 'Mar Egeu' (...) O mocinho venceu e o barco foi “preservado” a título de evidenciar os prodígios que representava. Tendo levado cerca de 50 anos para regressar ou, durante o tempo em que ficara ancorado no porto da Cidade-estado, as partes da embarcação que apodreciam devido ao 'tempo' tinham de ser substituídas. Em dado momento a identidade do barco é questionada. - Será esta a verdadeira embarcação de Teseu? Após terem sido retiradas todas as partes constituintes

da navegação que Teseu utilizara originalmente (...) - Continua sendo este o mesmo barco de outrora?

Thomas Hobbes, ilustre pensador da modernidade, ideólogo de uma estrutura de estado que massacrará a milhares de aborígenes, célebre pela associação mítica à seres igualmente indemonstráveis – tal como referido em *Leviatã* à um 'Estado' tal que exista para além de um conjunto de crenças orientadas sob o juízo da espada¹⁰² – não resolve, mas acrescenta mais um dilema à nosso paradoxo.¹⁰³ “Caso as partes do barco que houvessem sido substituídas tivessem sido guardadas e posteriormente configurassem a construção de um novo barco utilizando somente estas partes, de forma tal que após substituída a última parte do barco original e, o outro viesse a ser finalmente reconstruído – postos lado a lado os dois barcos – Qual seria o verdadeiro ‘barco de Teseu’?” - Caso este de dupla-identidade ou de idoneidade simultânea? Serão possíveis transferências do princípio de identidade dos seres? IA para além do quarto chinês de Searle?¹⁰⁴ (...) Inclino-me negativamente à tais conjecturas e com alguma propriedade para o mesmo.

Recorramos à Tarski em busca da 'Verdade' em sua famosa concepção lógica acerca da noção de satisfação dos predicados : 'X = à (...) (?) ' Para o qual X é verdadeiro se e somente se P é verdadeiro para X; num caso exemplar dir-se-ia: “A *neve é branca*, se e somente se a *neve é branca*.” Sendo isto predicado como uma teoria da correspondência amplamente aceita nos princípios basilares da Lógica e do princípio de identidade dos seres, de Aristóteles à Leibniz, de que A necessariamente deve Ser = à A. Sendo esta a premissa básica para os pressuposto clássicos que compreendem a não contradição entre termos idênticos [De serem e não serem (A) ao mesmo tempo e sob o mesmo aspecto, ou inversamente, sob aspectos distintos para o qual A seja 'B' ou 'X'] e para o qual é elencado o princípio do terceiro excluído [Onde 'X' é = à 'X' ou 'X' não é igual à 'X' – para o qual todo princípio não idêntico à si mesmo é pertinentemente excluído ou considerado falso; inferindo o mesmo princípio exposto por Aristóteles em sua Metafísica:

¹⁰² A provocação não é gratuita e será explicitamente retomada adiante. Onde 'exatamente' existe um 'Estado' para além de uma crença em sua mente? Demonstre-o, por gentileza. Pois o caso mais exemplar da 'instituição' possui o mesmo princípio que permite-nos perfazer de um conjunto arquitetônico de blocos de pedra: uma casa, um hospital, uma escola ou uma prisão, a resignificação mesma do que sempre foi uma caverna. Insisto ainda, esta não é uma discussão simplesmente arbitrária, porém, que finda no que há de contingente e necessário sobre o real.

¹⁰³ *De Corpore* – Thomas Hobbes. II.Cap XI; Sobre identidade e Diferença. A citação se inicia na pag 136. último paragrafo. Utilizo, através de acervo digital, a versão inglesa de seus trabalhos publicados.

¹⁰⁴ John Rogers Searle. **Mentes, Cérebros e Programas**. 1981.

“Dizer do que é que não seja, ou do que não é que seja, é falso; e dizer do que é que seja, e do que não é que não seja, é verdadeiro”¹⁰⁵].

Para Tarski, aparente admirador do pensador estagirita “Se pudermos introduzir termos semânticos (referidos a uma linguagem objeto) em uma 'metalinguagem' unicamente por definição¹⁰⁶, a definição de verdade ou de qualquer outro conceito semântico, cumpriria com a função que de forma intuitiva esperamos de qualquer definição, isto é, explicará o significado do termo que se está definindo fazendo uso de termos cujo significado sejam completamente claros e unívocos. E, ademais, teremos então a garantia de que a utilização de conceitos semânticos não nos farão cair em contradição.”¹⁰⁷

Antes de entrarmos nas possíveis resoluções apresentadas por Aristóteles sobre o tema, ou sugeridas por Leibniz e sobre uma aplicação do princípio de correspondência e satisfação de Tarski à respeito do paradoxo de Teseu, gostaria de apresentar uma outra consideração ao problema: Esqueça a figura do barco por um instante ou a contraditória possibilidade dos dois barcos coexistirem, cogitemos que vós ainda não vos apercebeis do problema da vagueidade na determinação dos entes.

Olhai para si mesmos. Podeis me dizer com alguma propriedade onde se inicia ou termina a vossa existência (?). Vosso 'próprio' Ser? - Esperamos que sim!

Porém, acompanhe o raciocínio, coloque-se no lugar do barco (apenas imagine): 'O que há de próprio em Ti' mesmo – de Legítimo, de Verdadeiro (...). Que não lhe pode ser apropriado (?). Pois tal é *próprio* a seu Ser.

O que há de Inalienável em ti, ou que seja Idêntico a ti mesmo (?). Onde reside isto que chamas de “identidade”? Com certeza não são como as meras velas do barco de Teseu, pois não seriam suas roupas a razão de tuas identidade, porque senão aqueles que se vestem 'como' você, de fato 'seriam' você, o que é uma suposição ridícula, tanto quanto o sejam “João” vestido de carteiro ou “João” vestido de marinheiro, não referirem o mesmo Ser (...) dito “João”. Mas então o que há? Será algo muito mais intrínseco (...) algo como tua própria pele (?).

Mas ora a regeneração celular ou a nossa idade, partindo deste princípio, implica então que a cada sete ou oito anos eu seja uma outra pessoa (?) ou que esta pele

¹⁰⁵ Aristóteles, **Metaphisica**. L. IV; 1006 – 30 1007 – 0-5. “ούχάρα ἐν δὲ χεται ἅμα ἀληθέζειναι εἶπειν τὸ αὐτό ἄνθρωπο νεῖναι καὶ μῆναι ἄνθρωπον (...)”

¹⁰⁶ Se convirmos o que ora regula o que é verdadeiro. - Nota pessoal.

¹⁰⁷ Tarski. A. *A concepção Semântica da verdade e os fundamentos da Semântica*. 1944. P.6. Ω§.

não seja 'propriamente' minha (...).

Longe de entrar ainda no rio de Heráclito ou em princípios do direito internacional, como o *Utis Possidetis*, vamos tentar continuar nossa investigação; talvez por meio de algo muito mais essencial à qualidade da definição de necessário (...).

Sobre um princípio empírico e utilitarista poderiam ser suas partes mais funcionais que lhe garantissem sua identidade enquanto barco ou enquanto homem, como um ente da espécie, seja seu braço, sua perna, seus remos, seus mastros, (...).

Mas ora isso é apenas o princípio mais explícito de defecção Agostiniana à que poderíamos referir uma natureza ou substancia. Eu não me torno menos homem por não possuir um braço, 'eu' me torno apenas um homem imperfeito e cuja possibilidade de perfeição se realiza quando este não é privado destes membros¹⁰⁸; Bom talvez sejam então partes ainda mais essenciais, tais como seus órgãos internos e vitais, porém a décadas viemos realizando transplantes de órgãos com índices cada vez menores de rejeição, tendo sido transplantado até mesmo órgãos vitais, como um coração artificial, à pouco mais de 60 anos.¹⁰⁹

Aqui talvez tenhamos encontrado o melhor exemplo de antonímia em relação à correspondência do que lhe seja 'próprio': Sua rejeição.

Porém se seus próprios membros e órgãos não podem referir com propriedade sua identidade o que ora lhe adviria por excelência ou necessidade? (...)

Se sua resposta for sua consciência¹¹⁰, seu espírito, ou sua vontade¹¹¹ (...) Teremos de convir que nenhuma destas coisas é, dentro de termos aristotélicos e/ou científicos, demonstrável.

¹⁰⁸ Vide o princípio fundamental do cap. XIII da Obra: **Sobre o Livre-arbítrio**, de Santo Agostinho, para maior esclarecimento acerca de seus argumentos. § 36-B no original.

¹⁰⁹ A sobrevida destes pacientes nos indica que muito temos que avançar para dizer que esta seja uma prática segura, porém dados acerca de uma longevidade para além do período de óbito destes pacientes nos são altamente promissoras em relação ao que se diria à 60 anos atrás.

¹¹⁰ Algo poderia ser dito acerca das qualidades próprias ao cérebro, porém 'n' casos de perda cefálica e preservação da racionalidade, da consciência, da personalidade ou de memórias não nos permitem garantir que ante sua importância enquanto componente para o ser humano ora encerre a propriedade dos indivíduos. Para a elucubração e investigação mais atenta acerca da natureza da consciência humana ver: Place, Thomas, "*É a consciência um processo cerebral (?)*"- (2011).

¹¹¹ Caso se arguisse que a presente obra é uma possível demonstração do exercício de 'Vontade' eu teria uma outra perspectiva a apresentar, no qual em verdade, esta obra se fez necessária para que pudesse vir à ser *inteligida* – que uma suposta vontade ou capacidade transmissora de signos e sentidos não é um arbítrio somente de nossa vontade, de que não há real contenção de conteúdos preexistentes ao mundo, mas que sejam antes um merecimento ante as relações a que podemos agregar sentido e entendimento, que estas relações pertençam antes ao mundo que referimos por meio destes mesmos signos do que propriamente se diria em relação à A ou B. Sobre isso discutiremos adiante.

De quem será o Olho que vê? – pergunta o semeador da verdade.¹¹²

Reencontramos assim, no paradoxo de Teseu, o mesmo eco da tragédia de Hamlet: É ou Não É?

Ao aferirmos a consideração de uma unidade complexa à constituição dos seres, inferimos conseqüentemente a impossibilidade de determinação da propriedade da identidade dos *mesmos*, pelo qual a proposição de ‘verdades’ ‘demonstráveis’, *em* verdade, careceriam de um conteúdo determinado e de uma pretendida ‘propriedade’ sobre um Saber enunciado como ‘*verdadeiro*’ e demonstrável.

9.2 QUÉ DEMONSTRATIO (?).

A resolução Aristotélica do paradoxo de Teseu desenvolve-se em torno da análise das causas fundamentais pelo qual poderíamos conhecer algo, isto é, através das condições fundamentais de seu vir-a-ser.¹¹³ Reconhecidamente ante os pressupostos apresentados em sua *Metafísica* (...) Porquanto pretendida adequação *formal* pareça a mesma, assim como o princípio *eficiente* e *final* do ente aludido, havendo a troca somente *material* acerca do qual a identidade do barco é referida e questionada – hão declaradas ‘sinonímias’¹¹⁴ que não me permitem conceber a satisfação de tal identidade.

A princípio é preciso compreender o que seria um conhecimento tido como verdadeiro para Aristóteles – *episteme*. Segundo o qual poderíamos vir a possuir a *ciência absoluta de algo*; a passagem expressa em *Segundos Analíticos* esclarece-nos abertamente sobre as motivações do estagirita, principalmente em relação ao distanciamento pretendido acerca dos juízos e opiniões ditos dos *Sofistas*. (...)

“Arbitramos possuir a ciência absoluta de algo e não, ao modo dos Sofistas, de um modo accidental, quando julgamos que conhecemos a causa pela qual esse algo é, quando sabemos que essa causa é causa desse algo, e quando, além disso,

¹¹² Echeverri, Juan Álvaro. *Tabaco Frio, Coca Dulce*. Colômbia, 1993. Prêmio nacional de resgate a tradição oral.

¹¹³ Livro Z. *Metafísica*. Cap7. (O problema da identidade da essência com a coisa individual do qual é essência) 8. (caráter ingênito da matéria e da forma como condições estruturais do devir.)

¹¹⁴ Problema abordado por Quine acerca da insuficiência de um termo ou palavra poder conter e declarar sua propriedade sem a utilização de um *outro* termo, sinalizando a insuficiência da propriedade da identidade do signo para o discernimento sobre conteúdos *necessariamente* distintos, como ilustrado pela impossibilidade de uma unicidade de tradução, dos problemas de analiticidade, de identidade e vagueidade, abordados em: *‘Palavra e Objeto’*. Herder. (2010).

*não é possível que esse algo seja outro que não este.*¹¹⁵

Este conhecimento *apodíctico*¹¹⁶, dito do que é 'evidente', considera que as formas pelas quais a alma realiza a verdade, mediante sua afirmação ou negação, sejam em número de cinco: *Téchne* (técnica), *Episteme* (Ciência), *Phronesis* (Prudência), *Sofia* (Sabedoria) e *Nous* (Intelecto)¹¹⁷ – dos quais nos ateremos a razão última de nossas capacidades sobre as formas de conhecimento ditas 'Verdadeiras', e do que se entende propriamente por possuir sua *Ciência*; longe estamos de aferir à *Ciência* os caracteres da modernidade, sobre o qual mui pertinentes críticas e distinções poderiam ser feitas, entre as quais podemos enunciar especialmente o caráter *experimental*, 'moderno' em relação ao '*ser ciente de*' que uma coisa exista¹¹⁸ tal como enunciado pelo estagirita – distinguindo esta '*Episteme*' do caráter atribuído à especialização sobre uma dimensão de relações e signos próprios, do qual adviriam '*ciências*', antes como campos de conhecimento, mais próximos à '*Téchne*', do que à espécie do '*Saber*' aqui referido.

Em sua *Lógica* Aristóteles elencará à aplicação '*silogística*', que compreende a passagem de *particulares* à *universais*, a expressão de um discurso dedutivo, dito daquilo que se deduz a causa a partir de seu efeito¹¹⁹, que seja fundamentado sobre premissas necessárias.¹²⁰

Até aí... ok. Soerguemos o mundo sobre muitos destes fundamentos orientando a razão de nossas crenças e de nossa inteligência sobre caminhos de um aperfeiçoamento constante. Para os fins de nossa análise, interessa-nos discernir a inteligibilidade do ser enquanto Ser – resguardando os princípios de sua identidade, e de sua discernibilidade.

Em *Metafísica Z*, 6, 1031b 15-20¹²¹, notadamente acerca do '*Problema da identidade da essência com a coisa individual do qual é essência*', Aristóteles afirma que: "(...) conhecer a coisa individual significa precisamente conhecer sua essência", que ora seja "necessário que a essência e a coisa individual constituam uma unidade". - 1ª

¹¹⁵ Aristóteles. **Segundos Analíticos**, I, 2 - *A Ciência e a Demonstração*; 71b 9-12.

¹¹⁶ Dito do que convence; que é necessário, verdadeiro; quer por evidência, quer por demonstração

¹¹⁷ Aristóteles, **Ética à Nicômaco**, Livro VI, 3, 1139b 15-20.

¹¹⁸ Aristóteles - **Analíticos Segundos** – 71a 10-15.

¹¹⁹ Aristóteles - **Analíticos Segundos** – 12 simultaneidade causas e efeito- 95a 30.

¹²⁰ Embora toda referida análise possa ser encontrada nos *Segundos Analíticos*, tanto no livro primeiro quanto no livro segundo, já nos primeiros analíticos encontraremos o apontamento à resolução das inferências apresentadas na presente investigação.

¹²¹ Utilizo a edição bilíngue de Giovanni Reale, 2002. Loyola.

sinonímia,ok. Porém logo em 1032b 5, Aristóteles nos afirma reconhecer a 'essência de cada coisa' segundo sua forma: “είδος δέ λέγω τό τί ήν είναι έχάστου χαί τήν πρώτην ούσίαν” entendendo por 'essência' algo de próprio da identidade 'de cada coisa', sendo esta sua própria forma¹²²; - compreende-se aqui um necessário princípio de delimitação entre os seres, ante o fim de preservação de suas identidades e em respeito aos princípios lógicos basilares do pensamento analítico | de que uma coisa seja idêntica a si própria, que não seja uma coisa e outra ao mesmo tempo sobre o mesmo aspecto e de que ou uma coisa seja ou não seja! - ¹²³ Ainda em *metafísica Z*, 11, 1037a 5, encontramos pois: “δήλον δέ χαί όπι ή μέν ψυχή ούσία ή πρώτη, τό δέ σώμα ύλη (...)” - “Que seja evidente que a substancia primeira seja a alma, e o corpo a matéria.” - Eis o ponto (.)

Até aqui podemos compreender com o estagirita que conhecemos algo através de condições necessárias de seu vir à ser, que a ciência constitui a mais elevada das formas de conhecimento, que esta se apoia sob princípios lógicos formais, que suas deduções são sustentadas por premissas necessárias; que (...) para Aristóteles, conhecer algo significa conhecer sua essência, que por essência podemos entender sua 'forma' ou 'substancia primeira' e que por substancia primeira podemos entender sua alma.

A discussão aqui não é teológica nem teleológica mas exegetica.¹²⁴ Meu ponto é que haja uma sinonímia imprópria entre forma-essência e entre alma-substância, ante o qual à 'forma' corresponda sobretudo à exigência de um princípio estético sobre o qual se inferirá uma questão *representativa* acerca da identidade dos Seres e sobre à 'alma' como algo de essencial à individualidade; compreendendo como necessárias todas as partes do qual o Ser ou a identidade dos entes seja composta¹²⁵, não poderia através destas mesmas partes dizer qual atributo seja essencial ou desnecessário à sua existência.

Enquanto forma | (entendida como) essência, e, matéria | (entendida

¹²²“Por forma Entendo a essência de cada coisa e sua substância primeira”. Trad. Giovanni Reale. Notadamente interessante a discussão em que se coloca a citação referida (...)

¹²³A crítica ao estagirita me pareceria imprópria se baseada sobre anacronismos depois de passados mais de dois mil anos de sua reflexão, dado seu referido valor, ainda que o mesmo tenha admitido a impossibilidade de um conhecimento de todos os particulares para o conhecimento científico, (como problemas contingentes) a mesma lógicas apresentada se reproduz em relação ao silogismo, a dedução, e acerca do conhecimento dito dos seres, por suas causas, até o presente.

¹²⁴Se nos dirigíssemos à Hegel iríamos mais depressa ao fim de possíveis resoluções de nosso ensaio, porém se compreendermos o 'Logos', entenderíamos prontamente o fundamento da inteligibilidade dos Seres.

¹²⁵Isto através da compreensão hilemorfica acerca da substancia concreta dos seres exposta por Aristóteles em *Methafisica Z*, 1029a 5-10 : Suas Causas: matéria(l) e forma(l). E a prerrogativa de que à *essência* (sua forma) prescindia a *existência* da substancia (sua) matéria.

como) substância, sejam entes demonstráveis, àquilo que se refere como essencial à um princípio de individuação dos seres... Não o é. Digo, que se a essência de algo é constituída por sua forma e à esta seja necessária uma substância ou uma alma, e eu utilizasse do mesmo juízo em referência a meu próprio corpo e portanto à suas células, tendo se renovado todo um ciclo celular ou já não possuindo o mesmo corpo de outrora, de quando eu tinha 7 anos por exemplo, - 'Eu seria um Outro ?' - Se Sim então Heráclito estava correto (...) ¹²⁶ porém não será em relação direta ao hilemorfismo aristotélico que apresentarei minhas críticas, mas sim ao que nos permita realmente conhecer algo, que não sejam ora suas causas, nem ante uma relação *epistêmica* aferida pela 'demonstração', ainda pouco evidente ao acontecimento do qual é próprio o Ser – sua Singularidade.

9.3 O SER COMO ACONTECIMENTO SINGULAR.

A Singularidade é própria ao acontecimento do qual toda complexidade do universo é compreendida enquanto unidade. A reunião de todos os seres ante o qual o não-ser sequer seria *possível* de *vir-à-ser* pronunciado:

“χρή τό λέγειν τε νοεῖν τ' ἔόν ἐμμεναι ἔστι γάρ εἶναι, μηδὲν δ' οὐκ ἔστιν τὰ σ' ἐγὼ Φράζεσθαι,” ¹²⁷ - “É necessário que o ser, o dizer e o pensar sejam, pois podem ser, enquanto o nada não é: nisto te indico que reflitas” - (Parmênides)

(...) Isto em acordo com os princípios basilares do pensamento 'lógico' | de que uma coisa seja idêntica a ela mesma, que não possa ser e não ser ¹²⁸ e que, ou

¹²⁶ Fragmento LI (D.91, M.40c³) em Plutarco, *De E apud Delphos*: “Um não pode entrar duas vezes no mesmo rio, nem apreender qualquer substância mortal em condição estável, mas dispersa e de novo reúne; forma e dissolve, se aproxima e afasta”. Tradução de Charles H. Kahn : “**A Arte e o pensamento de Heráclito**”. Ed. Paulus 2009. – Consideremos, exemplarmente, que em dado fragmento a relação antinômica entre as substância diz respeito, sobretudo, a *phisis* heráclitiana do qual distingue a *psique* como uma exalação *perceptiva* (Frg. CXIII, D. A15) que iria tornando-se continuamente inteligente à medida que exala, e, ao qual assemelhou ao fluir dos rios. Nota para o fragmento CI (D. 115, M. 112): “ψυχῆς ἐστὶ λόγος ἑαυτὸν αὐξῶν” – *psique* é Logos que à si se aumenta.

¹²⁷ *Da Natureza* - Fragmento B6. Tradução de José Trindade dos Santos. Thesaurus Editora. 2000. P. 21.

¹²⁸ (...) AO mesmo tempo e sobre mesmo aspecto.. - Quantas críticas não recebeu o Obscuro de Éfeso ao reunir dualidades que viriam a fundamentar no Ocidente sua configuração mais dicotômica. “(passagem rio e passagem o deus)” Quando se acusa Heráclito de aferir tamanho assombro à superfície da razão presente, de que algo seja e não-seja ao mesmo tempo, cometemos minimamente uma perfídia linguística, compreendendo a contração de uma preposição ante o pronome demonstrativo “ao” como uma relação modal *acusativa* quando este artigo definido 'o' (Tempo) infere em verdade o pronome relativo *no* Tempo, ou 'que São o mesmo Tempo' *Que é sempre um e o mesmo 'eterno presente' ante (o qual todas) as coisas*

seja ou não seja | mas que ora tão pouco possam ser arbitrárias ou acidentais as referências à *contingência* e ao Logos; que a razão de deduzir-se a necessidade sobre a realização de um ato dito possível se deva à não-contingência da efetivação deste possível em ato (acidental ou arbitrário). Pois caso o acontecimento (compreendido aqui como necessário) de seu *vir-a-ser* fosse um mero arbítrio, a contingência deste ato pertenceria antes aos mundos possíveis que ao mundo compreendido como real.

Digo que a realização de um ato dito possível, compreendido como contingente, que pode *ser* ou pode *não ser*, ao tornar-se um ato efetivo, por portar a qualidade¹²⁹ de *poder vir-a-ser*, torna-se através deste manifesto um ato necessário – pois como parece à evidencia, tal acontecimento seria irreconciliável ao evento de um ser possível NÃO-manifesto.

A mera predicação dos seres que hão no mundo não nos permite julgar empiricamente a realidade senão tal qual uma grave alienação coletiva, sobre cujo presente soergueram-se dimensões *possíveis*, ante o qual poderíamos ajuizar qualquer relação (por mais absurda que esta pudesse ser) acerca de uma das inúmeras possibilidades das múltiplas formas do mundo ser possível ao parecer... justamente, como algo possível, mas não como algo efetivamente real ou necessário. Que é esta a razão mesma dos equívocos analíticos recaírem na guilhotina de Hume, derivando de um Ser um Dever Ser – prescrevendo leis à Multiplicidade dos Seres ou elegendo contingências à um universo que não poderia ser, nem é (outro) senão este 'Acontecimento'.

(...) Que este Universo seja possível, pois é evidente que seja, ora isto que é presente a todos, que a todos constitui e que por todos é constituído – é pois não só possível em presente, mas necessário a forma mesma pelo qual se realiza e que vem-à-ser. A tensão original ou originadora de tal aparecimento é própria a princípios convergentes e necessários a inteligibilidade dos seres. Refiro como 'princípios convergentes' às forças mesmas pelo qual a dimensionalização dos seres seja possível de se tornar efetiva, de vir à Ser (...) pelo que reconheceremos um necessário 'princípio de preservação' deste seres como a mais legítima reivindicação de sua inteligibilidade

*que (se distinguem por contrariedade) nele derivam (e que nele vem-a-ser). *** Sendo este Tempo, o devir, uma condição necessária do vir-a-ser. Assim como o espaço pressupõe para Kant uma relação necessária ao vir a Ser, a 'própria' forma ou signo pelo qual o ente se manifesta será uma das condições necessárias à sua Inteligibilidade ou, à possibilidade de ser inteligido.*

¹²⁹ Qualidade esta que não se referirá unicamente ao ser contido em potencia, mas, as condições que tornam *possíveis* seu vir a ser. Esta qualidade não é outra senão a própria Singularidade *per*-feita do qual todos os seres (fazem parte). Ao qual todos seres perfazem: tecendo, diluindo e apurando a realidade do universo presente.

perante a existência (...) em relação direta à mais poética das retóricas: “ora perante esta mesma existência... O que há que permaneça sobre o *rio do Tempo*?”. Esta força compreendida pela física, pela metafísica e pela quântica (...) que permeia os próprios ciclos da *Natureza*, incluindo a vida e a morte, seja como devir ou como o tempo, configura a referência mesma do que seja um princípio de movimento que se relaciona antagonicamente ao princípio de preservação destes mesmos seres.

Da tensão entre estes princípios verificamos a presença do Ser que se manifesta inteligivelmente (Logos) como um manifesto (Signo) próprio de *si* e como condição necessária à sua inteligibilidade enquanto Ser. (morte significa também ser não-vivo, mesmo recorrendo a uma qualidade que lhe falta, é esta mesma falta o que a um só tempo lhe distingue e qualifica, de um Ser Vivo, *pura dialética* – embora para natureza, não haja espaço possível para não-ser, pois ambas dimensões são aferições próprias e úteis à natureza) – Que ao Ser não caiba ser outro senão aquele de que se distingue, que se delimita em relação ao próprio conjunto que constitui sua capacidade de ser, percebido e inteligido, portanto, como Signo, que reivindica sua existência no tempo, enquanto extingue a possibilidade de todas outras contingências, de seres possíveis e de não-seres, efetivarem-se numa *mesma* identidade (...).

Este Acontecimento é ora Único – sua singularidade é tão necessária para sua existência quanto para constituição do próprio Universo. Fosse Outro, não seria este, fosse possível... Se o for... Não seria então ao que testemunhamos, que é necessariamente este que pode (real e efetivamente) vir à ser.

Compreendendo que só poderíamos Saber acerca daquilo que é, não poderíamos sequer conceber as projeções que realizaríamos sobre os seres através da linguagem, do pensamento e dos conceitos, sem aferir alguma *materialidade*¹³⁰ a estes como seres de linguagem, ideais ou conceituais¹³¹; sobre o qual tentamos vigorosamente definir suas dimensões em relação direta à sua inteligibilidade – no caso, de poder prover estas coisas de sentido e entendimento.

Sentido aqui se refere à disposição qualitativa dos seres no espaço, não como uma referência própria aos seres, como em Frege, mas sim inerente à relação destes – sobre o qual a tensão gerada em relação à distinção necessária com outros seres, garante o princípio de preservação de sua própria identidade enquanto Ser.

Identidade aqui tão pouco é tomada como a essência referida em

¹³⁰Tal como *a unidade ontica do conceito* enunciada por Hurssel em sua fenomenologia.

Aristóteles aos seres através de sua forma¹³², mas que refira especificamente um processo epistemológico de *identificação*. Que este processo de *identificação* não se restrinja ao reconhecimento ou a autoprojeção que chamamos *empática* e sobre o qual se inferirão adendo valores *estéticos* em relação ao belo, ao aprazível e ao intersubjetivo – mas sim à um processo de *assemelhamento* entre *dessemelhantes*. Referindo a dualidade original de uma unidade complementar, entre os seres e o Universo. Isto, o referimos através de Signos (como proposições acerca do que é) Provendo Sentido e entendimento as relações elucubradas sobre os seres como qualidades inteligíveis à Razão Humana.

9.4 UMA PEDAGOGIA OUTRA.

Estendo ao signo a mensura de tudo quanto seja possível de ser inteligido - seja como um valor transcendental acerca do belo ou como um conceito metafísico referido à Sabedoria; Não o refiro somente como símbolo de uma representação fonética, nem pela delimitação estética do desenho que o circunscreve, sobre esta qualidade formal necessária ao princípio de preservação de sua identidade enquanto Ser e igualmente enquanto *singularidade*; considerando a identidade como algo individual e intransferível, sabendo não haver sequer uma íris idêntica perante o Sol, poderemos então compreender que tais seres não poderiam referir ou ser representantes senão de si mesmos (pois *autoevidentes*). Porém, se assim é, como o mundo seria possível de vir a ser tal como é (?) Como a linguagem e a comunicação são possíveis (...) que ora eu vos

¹³¹Isto por entramos em contato antes com os signos do que com seus significados.

¹³²Embora a forma pareça dada como essencial à demonstração da existência dos seres, a esta seria inerente uma qualidade estética que seria o próprio modo pelo qual nós a identificamos, ou antes, que seriam necessárias a inteligibilidade destes. Mas esta é uma questão deveras problemática, principalmente à semiótica, pelo qual não consideraríamos a existência de um referido sem uma referência, ainda que sem poder definir a referência de nossas próprias definições sem incorrerem em sinonímias (Quine) violando assim um princípio de identidade, não só dos seres mas também dos signos, já que deveriam haver necessárias dessemelhanças que garantissem a identidade da existência destes e não de outros, de que A necessariamente não seja B, garantindo a identidade de $A=A$ e $B=B$ enquanto A não seja = B; e ignorando igualmente a existência indeterminada de seres amorfos, tais quais as partículas de que são compostas todas as coisas, seus átomos, campos de eletros, prótons, quartz, particular subatômicas, os próprios elementos de que são constituídos este mesmo universo e que ‘ainda’ não nos permite determinar com precisão espacial sua posição dentro de um sistema particular. Holismo que não viola a singularidade dos seres, mas que antes a vigora. Enquanto ao considerarmos o caráter ontológico de seu vir a ser, incorremos em distinções ainda mais sutis acerca dos problemas propostos no presente ensaio, acerca da contingência, da não-arbitrariedade dos signos, da liberdade das volições humanas ante a inteligibilidade das crenças, do evento necessário as coisas que hão e com o qual estamos em relação.

diga algo e haja entendimento (?) ou, Que um edifício possa ser construído baseando-se em cálculos físico-matemáticos realizados com informações desenvolvidas à mais de séculos (?) Ou inversamente, que dizer Coca-Cola não te refira à nada (?)

Para resolvermos estas questões é preciso antes desconstruí-las. Quando ilustro um signo tal como “Coca-Cola” este signo não tem a capacidade de projetar seu próprio significado, embora este seja evidentemente o conteúdo expresso através de sua própria manifestação enquanto ente $|a = a | x = x|$ Poderiam arguir mui facilmente que os nomes, as palavras e os signos impressos através desta tela não sejam senão arbitrários em relação aos sentidos que referem, porém porque tal arbitrariedade não se configura à teoria da comunicação e às práticas publicitárias? Porque ao identificarmos um sinal o referimos a uma coisa? Ou a algo tão virtual como uma bandeira à um estado ou um marco histórico ou teórico à um acontecimento sequer presenciado? Eis a crítica fundamental da *Colonização Epistemológica*. Compreendemos através de uma breve análise *epistemológica* que nem princípios descritivos, referenciais ou sinonímicos poderiam agregar qualquer propriedade aos objetos aferidos através dos signos – que mesmo sobre a égide de um olhar *intersubjetivo*, entre a relação sujeito/objeto, analisada através do exercício da intencionalidade, de uma vontade cocriadora, transformadora, construtora ou *resignificadora* do real, seriam suficientes para garantir a identidade dos objetos, senão através de um processo experienciável de identificação – de um a-semelhamento próprio à participação de um *Acontecimento*, minimamente como sua testemunha. Somente ao atravessarmos o *Tribunal da Experiência* parecemos ser capazes de relacionarmos isto que identificamos por signo ao objeto ou relação ilustrada.

Digo que mesmo ante propriedades dadas como pressupostos lógicos invioláveis, tal como juízos “*apriori*” lógico-matemáticos do tipo $2 + 2 = (...?)$ Que seja somente através da possibilidade de inteligir a experiência de um sinal à uma relação espacial-qualitativa indicada pelos mesmos, que poderíamos entender tais signos como dotados de sentido.

Que a razão pelo qual compreendemos a validade de uma operação matemática independente da experiência só se daria na medida em que obtivéssemos através da experiência a possibilidade de identificarmos nestes signos a inteligibilidade caracterizada universalmente pela quantificação de algo qualificável (...). Elegendo assim

uma dimensão de relações tão reais quanto 'empiricamente' demonstráveis.

Para tornar mais explícita à exemplificação, embora a gravidade seja um dado universal que influi diretamente sobre todos os seres da órbita terrestres, independente do conhecimento ou vontade dos entes que sofrem seu efeito – a importância para a física pós-newtoniana, para os cálculos aeroespaciais, para conceitos da elipse, de força e trajetória, o efeito de significar tal coisa como a 'gravidade' é um evento que não pode ser considerado somente como um acidente ou como um mero arbítrio de nosso raciocínio, mas cuja inteligibilidade faz-se compreender como historicamente necessária à possibilidade efetiva da inteligibilidade de um signo que dimensiona a existência de uma relação espacial-qualitativa realizada na 'gravidade' propriamente dita. Que não só este signo passa a identifica-la, como dele e a partir do manifesto histórico de sua consideração, novas relações se tornam possíveis, promovendo um refinamento crescente das relações que estes signos dimensionam através da própria transformação do espaço pela orientação de nossas volições¹³³.

A não-arbitrariedade de um evento para humanidade se deve justamente ao refinamento dos mecanismos de significação que foram herdados e preservados historicamente pela mesma; frente as limitações que inferiam outros espaços, ou dimensões, de significações acerca do mundo (como os eventos das significações pré-copernicanas) constituiriam um passo definitivo para que o evento, o surgimento ou o *desvelamento* de um signo/sinal *outro* possa vir à ser manifesto. Que estes venham a ser dados ante a impossibilidade da relação dos signos herdados historicamente satisfazerem ou justificarem o de-limite das percepções ou da leitura que se faz no mundo presente (Neste caso, da insuficiência dos signos herdados historicamente em relação aos astros, às estrelas e ao seu movimento aparente; das inferências astronômicas que conflitavam com a aplicação de cálculos matemáticos através da observação destes mesmos corpos – o resultado desta percepção é o surgimento da afirmação hipotética de que a terra talvez não fosse o centro do universo tal como se presumia, mas que esta permaneça numa rota elíptica em torno de um destes mesmos astros, o Sol) e, que a legitimidade de nossos juízos se deva aos signos de fato estarem à referir 'algo', não por serem mero adorno dos objetos e/ou para nossa mente, mas por indicarem uma relação testemunhável. Que ora isto de que é 'signo' dimensione uma relação espacial-qualitativa ante o qual a inteligibilidade e o entendimento se tornam realizações não só possíveis,

¹³³ Pierce* **Fixação das crenças**. Aparecida. (2008)

mas efetivas. Que esta é a ponte para inteligibilidade tanto do 'Ser enquanto Ser' como para própria consideração do que venha ser referido por *conhecimento*. Conhecemos aquilo que dizemos poder ser inteligido por meio destes mesmos signos, este 'seres de linguagem'. Que se ora de Kant à Nagel jazemos ante o intransponível muro das relações de conhecimento *para-si* – o acontecimento manifesto como 'referência signea' (pelo signo referente à uma dada relação) atua como sinal para uma dimensão inteligível no tempo/espço.

Que estas relações tenham historicamente se inclinado a uma razão transcendental ou empírica, elencadas sempre como fatores positivos da mente, não o nego, mas distanciando-me de um posicionamento ou de aproximações ante este tão rico quadro de argumentos que encontramos ilustrado desde os pré-socráticos, em querelas profícuas como entre as escolas do Pórtico, entre a *Academia* e o *Liceu*, que iriam durante mais de mil anos serem elencados à memória da humanidade até ilustrarem as paredes do próprio Vaticano, distanciando-se disto que merece a dedicação de todo um estudo a parte, tomaremos a via gnosiológica dos signos enquanto seres que dimensionam relações espaciais-qualitativas que nos permitem não só prover *Entendimento* ao mundo, mas igualmente de construí-lo, de dimensionar relações que sem estes não seriam possíveis de virem a ser compreendidas.

Sem a relação com um *outro* - 'eu' - sequer teria um *nome* para ser chamado.

A *comunicação* continua sendo possível ante o princípio de não-arbitrariedade dos signos, defendido na presente tese, porém sem riscos de cair em *relativismos* epistêmicos ou, *solipsismos*, através do evento da multiplicidade de singularidades que constituem o universo, justamente pelo evento da singularidade poder vir a ser percebida e identificada através de um signo ou de um Sinal (que não lhe representa 'propriamente', mas antes, que refere uma relação existente¹³⁴), como um movimento próprio ao reconhecimento e exame de um particular ante o universal (no caso mais exemplar da lógica silogística Aristotélica) dar-se-iam não como um evento arbitrário em relação ao quê se identifica, mas como evento necessário a sua capacidade de ser inteligido. Digo que a razão pelo qual consideramos tal coisa como a 'gravidade' como um dado real, não se deva propriamente a descoberta de Newton, nem mesmo ao signo pelo

¹³⁴ Não há no signo a propriedade de representação manifesta singularmente pelo ser, sendo este um sinal ou 'como' um ser-de-linguagem, que vêm à indicar a existência de uma relação própria a este ser, um sentido.

qual pôde significar a existência do referido, mas sim a existência do referido que pode assim conferir realidade ao próprio signo.

Acerca de certos conteúdos *indemonstráveis* citados anteriormente, tais como a *vontade*, a *consciência* e até mesmo o *espírito* – é certo que *singularmente* estes são concebidos através de alguma relação com a existência, por poderem referir a dimensão de alguma relação sobre os seres, sem o qual não nos seria possível inferir ou conferir qualquer conteúdo, significação ou sentido à estes conceitos. Estaríamos falando de **não-seres**, de coisas que não hão ou que não existem, o que seria pois um absurdo em relação à Ontologia e à Lógica Clássicas.

A decadência em conferir realidade a seres imateriais constitui um paradigma para própria filosofia, seja ante o “mundo das ideias”, da “metafísica”, ou para própria Filosofia da *Mente* – outros *signos* sobre o qual o pensamento se veria sem meios para interagir e relacionar a própria dimensão e capacidade do *Humano*.¹³⁵ Ainda que pudesse ser argumentado em decréscimo a presente tese, que a multiplicidade das singularidades justifiquem a presente consideração da arbitrariedade dos signos ou mais temivelmente de um relativismo epistêmico, estas preocupações seriam facilmente afastadas e compreendidas através do evento singular da multiplicidade dos versos ou da teoria matemática dos conjuntos aplicada sobre os números naturais.

Digo que ao conferirmos arbitrariedade aos signos de linguagem, quando descrevemos a diversidade linguística entre referências do que é 'Branco' ou 'Neve' (ou ainda mais pertinentemente, do que seja 'bárbaro' ou 'civilizado') a comunicação e o entendimento seriam impossíveis a partir de um conjunto de singularidades absolutas, ou de arbitrariedades, que se dessem sem um princípio comum de relações testemunháveis, e, que este princípio não é outro senão a própria capacidade que há de se poder referir por Neve, Snow, Nieve a percepção inteligível de algo 'comum' à inteligência – sendo esta a mesma Razão pelo qual os *Inuit* podem ter dezenas de palavras para referir “neve” através da diversidade de relações que podem ser percebidas e dimensionadas através destes 'sinais'- (...) que em verdade se a singularidade dos seres linguísticos se desse numa dimensão absoluta e arbitrária em relação a formação das estruturas linguísticas, seria impossível a aquisição da linguagem, ou de uma nova língua, pois não poderíamos apreender um sentido comum ante a diversidade linguística dos sinais presentes. Recairíamos assim num relativismo epistêmico através da singularidade das línguas (e

¹³⁵Acerca da '*Doutrina das semelhanças*' ver Benjamim, Walter: “Magia e técnica, arte e política”. Ed.

dos sinais) se não pudéssemos compreender a relação direta da multiplicidade dos versos (da multiplicidade das coisas que se dizem *em* existência) como uma condição necessária a formação destes 'sinais' através de um conjunto Complexo¹³⁶ de particularidades que garantem a identidade das singularidades percebidas como relações comuns à própria constituição do universo.

Por fim, que à multiplicidade corresponda à garantia própria do processo de 'Aprendizagem', e, que esta é considerada desde o *Logos* de Heráclito¹³⁷ – a inteligibilidade *cósmica* de uma relação dimensionada através da 'Palavra'.

Frg.1(DK) : “τοῦ δὲ λόγου τοῦδ' ἐόντος αἰεὶ ἀξύνετοι γίνονται ἄνθρωποι καὶ πρόσθεν ἢ ἀκοῦσαι καὶ ἀκούσαντες τὸ πρῶτον· γινομένων γὰρ πάντων κατὰ τὸν λόγον τόνδε ἀπίροισιν εἰκόσσι πειρώμενοι καὶ ἐπέων καὶ ἔργων τοιούτων ὁκοίων ἐγὼ διηγέομαι κατὰ φύσιν διαιρέων ἕκαστον καὶ φράζων ὅπως ἔχει· τοὺς δὲ ἄλλους ἀνθρώπους λανθάνει ὁκόσα ἐγερθέντες ποιοῦσιν ὅκωσπερ ὁκόσα εὐδόντες ἐπιλανθάνονται ”

- “Embora este dito seja sempre, os homens sempre falham em compreendê-lo, tanto antes quanto depois de tê-lo ouvido. Embora todas as coisas se passem em acordo com este relato, homens são como descrentes quando experimentam semelhantes palavras ou obras, como agora empreendo, distinguindo cada coisa segundo sua natureza e dizendo como ela é. Mas outros homens esquecem do que fazem despertos, assim como esquecem do que fazem dormindo ” - *Tradução de Charles Khan*’.

Ratificado no fragmento 107 (DK): “κακοὶ μάρτυρες ἀνθρώποισιν ὀφθαλμοὶ καὶ ὦτα βαρβάρους ψυχᾶς ἐχόντων” : “Olhos e ouvidos são testemunhas pobres para os homens se suas almas não compreendem a linguagem.” Tradução C. Khan.

E ainda, em D. 34: ἀξύνετοι ἀκούσαντες κωφοῖσιν εἰκόσσι· φάτις αὐτοῖσι

Brasiliense. 1987. P. 108. 1º§.

¹³⁶ Acerca da insuficiência das descrições empregues nas regras semânticas para determinação da verdade através da fixação de referências de sentido ou, de poderem conter propriedade de conteúdo suficiente para determinar seus significados como verdadeiros, ver a obra de Saul Kripke acerca dos problemas epistemológicos da *contingência* em: “*O Nomear e a Necessidade*”. Ed. Gravidia. 2012. – Além das exemplares investigações semânticas sobre lógica, sentido e contexto dos valores epistemológicos, descritivos e demonstrativos de verdade aplicado aos indexais em: “**Demonstratives: An essay on the Semantics, Logic, Metaphysics and Epistemology of Demonstratives and Other Indexals**” de David Kaplan (1977) que irão de encontro a teoria descritiva de Frege, corroborando o princípio da indiscernibilidade dos seres idênticos (ou, Lei de Leibniz) questionados através do *holismo sinonímico* de Willard Von O. Quine em “**Desde um ponto de Vista Lógico**”. Paidós Ibérica. (2002). P. 120. 1º§.

¹³⁷ Muito distinta da visão de Parmênides acerca do Ser – Heráclito relaciona diretamente o Ser à Inteligibilidade (*Logos*).

μαρτυρεῖ μαρεόντας ἀπειῖναι. – ‘Sem compreensão, ouvem como surdos. O ditado lhes concerne ‘estando ausentes embora presentes’.

Quando Heráclito refere que a importância das percepções, da visão ou da audição, exatamente o que esta sendo dito? O Logos? As coisas? Os seres estão se dizendo? Ou este seria seu *evidente* manifesto... (?) Sendo sua existência o sinal mais próprio daquilo que é (...) seu próprio ser (?)

Ainda que eu não tenha todos os nomes para referir aos seres, como sobre uma árvore, por exemplo, embora haja a possibilidade dela ser referida por uma das múltiplas formas derivadas entre a diversidade linguística (...) não me seria suficiente à existência de um nome para satisfazer o pré-requisito *necessário* à navalha de Okham¹³⁸; se em todas as línguas referíssemos o mesmo ser, nem sempre a mesma dimensão de relações seria inferida sobre este – ex.: goiabeira: árvore provedora de frutos, boa para fabricação de instrumentos para lavoura, lenha resistente, etc.) – Não poderiam pois contemplar a multiplicidade de formas pelo qual o Ser se realiza em *dizer-se*.

Que, em D. 112: “σωφρονεῖν ἀρετὴ μέγιστη καὶ σοφίη, ἀληθεῖα λέγειν καὶ ποιεῖν κατὰ φύσιν ἐπαίοντας” – “Pensar com entendimento é virtude magna e sabedoria, revelar por palavra e ação, o conhecimento de cada coisa segundo sua natureza”.

Mas ao ignorar tais relações... já nos advertia o saber autóctone:

“Aquele que não *sabe* dirá que minto”¹³⁹, dizia o chefe ancião.

(...) Resaltando em D.19: “ἀκοῦσαι οὐκ ἐπιστάμενοι οὐδ̄ εἰπεῖν” : Não sabendo como ouvir, também não sabem falar.

E ainda, em *Ética à Nicomaquéia*, quando Aristóteles cita nosso obscuro de Éfeso em: L. VIII. 1155B4 - “Que o Oposto é aquilo que converge, e que a mais bela harmonia é produzida dos contrários,(...) que tudo nasce da discórdia” –para o qual a palavra é conjurada tal como uma ponte em relação ao entendimento do que venha-a-ser manifesto.

¹³⁸ Guillermo de Ockham (1287-1347) é referido pela aplicação do ‘*princípio de parcimônia*’ ou ‘*lei econômica*’ pelo qual estabelece que “as entidades não devam ser multiplicadas além do necessário” [*pluritas non est ponenda sine neccesitate*] correspondendo a uma economia natural, ou, da própria natureza, pelo qual todo enunciado deve ter uma causa eficiente e suficiente de sua verdade, através da observação, da intuição lógica, da revelação divina, ou de uma dedução a partir destas; tal referencia é aplicada exemplarmente em seus escritos, principalmente na obra ‘*Ordinatio*’ assim como nos *Comentários às sentenças de Pedro Lombardo* através da análise dos problemas lógicos e epistemológicos em relação à verdade. (Os Pensadores. Ed Abril. 1985)

¹³⁹ Echeverri, Juan Álvaro. *Tabaco Frio, Coca Dulce*. Colômbia,1993. P. 269.

Exemplarmente em (D.50) denota-se a singularidade de uma unidade complexa em resposta à dualidade transcendente do pensamento de sua época : "οὐκ ἐμοῦ ἕλλά τοῦ ὑόγου ἀκούσαντας ὁμολογεῖν σοφόν ἐστὶν ἐν πάντα εἶναι" (...) "Não à mim mas ao logos tendo ouvido, é sábio dizer o mesmo que "tudo é unidade"¹⁴⁰, ou: [é sábio concordar: são 'Umas' todas as coisas que hão], ou: [que todas partes são 'Um'], ou simplesmente: [Perfeito é Um] e que a completude das partes constitua o 'mesmo', ou seja, uma 'unidade' complexa que reflete e constitui ao próprio universo.

Característica magna da declarada "contradição" aferida sobre Heráclito, encontramos em resposta a herança *mito-ontológica* de sua época, a figuração de um *ser* cuja essência é expressa como *Logos*, inferido a própria inteligibilidade, cuja razão substancial é referida à energia gerada nos processos de consubstanciação do *fogo*, cuja relação se dá como conflito ou na tensão existente entre as partes do todo, e, cujo efeito resulta no *devir*, configurando o assim o vir-à-ser das coisas; deste modo proclamava-se à 2500 anos a.c, as relações de um primeiro ensaio termodinâmico acerca dos seres da

¹⁴⁰ Embora pareça deveras contraditório, tal fragmento, revela um conteúdo profundamente hermético em relação a unidade da totalidade, pois tanto nos indica a unidade complexa do Logos, como uma razão universal do vir-a-ser de todas as coisas (pelo qual a totalidade dos seres que configuram a inteligibilidade do universo sejam igualmente partes dele constituintes) - como que a forma porque cada uma destas partes venha-à-ser, no universo, sejam, elas mesmas, uma unidade igualmente complexa (caso se questione a identidade de sua unidade, em semelhança ao próprio Logos) conferindo ao ser uma configuração 'particular' que reflete a própria estrutura do universo do qual é parte, por isso escolhi a tradução de ἐν como unidade ao invés de 'um'. Sendo este um caso exemplar da 'obscuridade' de Éfeso, em relação à compreensão da 'contradição' à que os seres no universo seriam afeitos e pelo qual seria caracterizada sua *cosmovisão*; Talvez os atomistas discordem, mas depois de Plank, dos quartz, do quanta, quem haveria de poder determinar a identidade de uma partícula originária, absoluta e permanente no universo? Compreenderemos através da 'Multiplicidade dos Versos', o Logos, ou, a inteligibilidade do 'universo', como o evento de uma unidade complexa, exemplarmente aferível pela singularidade, pelo qual é dado a constituição das coisas no universo. Diria ainda que a razão do grande paradoxo deste fragmento se encontre na determinação de uma unidade que é constitutivamente complexa, como o universo, poder vir a extinguir a dualidade necessária que se gera na tensão da determinação dos entes no universo; pelo qual compreenderíamos uma relação inteligível (sobre os entes no universo) configurar-se tal como uma singularidade imanente e necessária à constituição da realidade. Que se há realmente uma contradição aqui, esta se projete antes sobre a inteligibilidade dos seres, do que em relação à condição do seu vir-à-ser. A 'contraditória' parece dever-se à consideração de que haja uma homogeneização das dessemelhanças, pelo qual os seres seriam indiscerníveis, quando em Heráclito, tudo é dessemelhança, sendo esta a razão onde se igualariam os seres, na condição da *guerra* travada sobre o Devir das coisas, no perpétuo movimento de seu vir-a-ser. Frg (D)53. "Combate é Pai de Todas as coisas e de tudo rei; e uns revelou como deuses, outros como homens; a uns fez escravos, outros livres" Tradução Charles Khan. *Arte e pensamento de Heráclito*. 2009. Creio relevante resaltar também, como inferido na introdução do presente trabalho, que encontramos em Heráclito, assim como entre os demais pré-socráticos, a realização de um saber que se dá como a síntese de uma relação de domínio, pelo conhecimento, dos homens sobre os princípios da natureza; contemplando o presente questionamento sobre a propriedade de Saber dos juízos ditos universais, de uma possível libertação humana das vicissitudes naturais do qual faz parte, se revela, por excelência, o conflito existente entre vontade, poder e Saber. – R.J. (2020).

natureza.¹⁴¹

Fragmento 51(DK): “οὐ ξυνιαῖσιν ὄκως διαφερόμενον ἑωυτῷ ὁμολογέει· παλίντροπος ἄρμονίη ὄκωσπερ τόξου καὶ λύρης” : “Que Eles não Compreendem como uma coisa divergente converge consigo mesma, em tal harmonia de tensões opostas, como as do arco e da lira.”

Que desta Tensão, o 'Logos' (referido em Heráclito) seja uma das referências filosóficas mais *poéticas* acerca da capacidade de se poder prover Entendimento e *harmonia* entre as dessemelhanças da existência através da *palavra*.

Que nos distinguiamos por excelência e nos assemelhamos por um princípio universal comum a todas as partes, pelo próprio Universo ou *cosmos* de que somos parte; pelo que referimos a inteligibilidade entre as dessemelhanças, através dos sentidos que podemos dimensionar através da Palavra, como signo ou sinal para algo.

Razão esta pelo qual logo podemos compreender a sentença de Crátilo, seu discípulo, quando conjura que poderíamos no máximo *indicar* à existência dos seres ao invés de realmente vir a pronunciá-los, pois cada vez que o intentamos, não referimos o *mesmo* ser da *mesma* forma, mas *outro*, dada a continua tensão gerada ante o *devir*, que nos impediria uma mesma consideração acerca dos seres, pois, ainda que pretendêssemos referir o mesmo Ser no universo, refletiríamos a singularidade expressa da qualidade de nosso próprio parecer sobre a relação dos seres no universo e do testemunho que nos permite aferir sua existência enquanto Seres do universo – e, que *este* necessariamente seria sempre *outro*, nunca o *mesmo* – dada a expressão mais própria do vir a ser das coisas enquanto força manifesta do/em devir, indicando a experiência no tempo a mensura da própria existência dos seres,

Bastaria para isso uma palavra: Pedra. Se pudesses ilustrar a intelecção do signo referido (..) seria pois a mesma imagem aquela aqui transcrita, ou seria outra (?) Ainda que eu afirmasse um mesmo sinal: Pedra, Pedra, Pedra. (...) Ora estou inscrevendo um único e mesmo signo ou 3 signos em dimensões singulares a ordem de cada uma dos termos?

Frg. 94 de Heráclito: “ὁ ἄναξ οὐ τὸ μαντεῖόν ἐστι τὸ ἐν Δελφοῖς οὔτε λέγει οὔτε κρύπτει ἀλλὰ σημαίνει” - “O Senhor (Apolo) cujo oráculo esta em Delfos (Sibila) não declara nem oculta, mas dá sinal”.

¹⁴¹ Para uma investigação mais abrangente acerca das relações entre Ser e Devir, e da função *criadora* da entropia sobre o Espaço-Tempo, ver Illa Prigogine: “*As Leis do Caos*”, Unesp, 2002; “*O fim das Certezas*”, Unesp, 1996 .

A relação entre o *Logos* como um princípio de inteligibilidade expresso através da palavra é dada assim como uma relação de evidência; pois será sobre a inteligibilidade dos signos que se inferirá a dimensão ôntica e epistêmica dos discursos. *Ôntica*, pois a qualidade que refere pertence a um dado real enquanto relação percebida e aferida sobre a existência, e epistêmica, porque sua inteligibilidade é a garantia da possibilidade de conhecimento das relações preservadas pela *palavra* como *senal* de dado vir-à-ser. Relação esta sem o qual a própria concepção do *tempo* não seria mais inteligível, assim como a própria *consciência* ante as relações aferidas sobre os seres.

A multiplicidade dos versos compreende pois como *cognoscitiva* a singularidade dos Acontecimentos (enquanto 'unidade-complexa' constituinte do próprio universo) que vêm a ser expressa em sinais, que evidenciam para inteligência humana uma dimensão de relações não só possíveis, mas efetivas (reais) e necessárias, e, que ao serem inteligidas, virão a orientar nossas próprias volições em relação ao universo.

O desdobramento do caráter de 'necessidade' dos acontecimentos, dar-se-ia tal como entendemos a inteligibilidade da existência para razão humana, assim como a *praxis* em relação às resoluções da liberdade, através do delimitar da capacidade de nosso entendimento poder aferir sentido a razão de 'Ser', isto é, para que a própria existência venha a ser inteligida no tempo, através do efeito pelo qual o delimitar de nosso entendimento possa dimensionar-se enquanto sinal referindo aos seres suas relações, vindo a poder referir sentido a estes e de orientar-nos acerca de nossas próprias volições (pelo efeito de nossas escolhas, pelo emprego de nossas energias, direcionadas para um determinado fim e não para outro, ou, ante o valor agregado à razão prática de um ato de conhecimento vir a tornar-se uma potência efetiva, justamente, ao orientar as ações humanas).

Digo, pois que o advento de tal necessidade se dê em ressonância à razão mesma pelo qual podemos entender a existência, por haver algo que ora seja referido, e para o qual, algo tal como a desarmonia ou o *des*-entendimento sejam dados justamente pela ausência de sinais suficientes ao entendimento ou à promoção de sentido às coisas que poderiam ser percebidas, relacionadas, inteligidas e compreendidas através destes. A ignorância será, portanto, sinônima tanto da ausência de saberes orientados em relação à verdades necessárias, assim como da violência cometida em relação à evidência da singularidade das relações existentes entre os seres. Na exata medida em que estas significações são empregues para preservação ou transformação dos meios e

dos fins do próprio mundo.

Longe de nos aproximarmos do demônio de *Laplace*¹⁴² este *presente* é acontecimento vivo – sobre cujas causas se elucubram razões singulares a configuração das relações de sentido aferidas sobre a unidade complexa de que o próprio universo é constituído.

9.5 A INVENÇÃO DO EMPÍRICO.

Quando referi à consideração de que a multiplicidade das singularidades pudesse vir a ser injustamente acusada de justificar e fundamentar a arbitrariedade dos signos como uma espécie de 'relativismo epistêmico' ou de um *solipsismo*, e, que estas preocupações seriam facilmente afastadas e compreendidas através do exame da própria “multiplicidade dos versos” ou da teoria dos conjuntos aplicada aos números naturais, estou inferindo e questionando a propriedade com que é possível determinar a identidade de uma unidade cuja qualidade é rigorosamente singular em experiência. (...) Sendo o intervalo entre 0 e 1 infinito (0,1; 0,01; 0,0001) ou mesmo sobre conjuntos múltiplos entre 1 e 2 {1,1; 1,2; 1,3} Como seria possível determinar um padrão real de identidade se as unidades nunca se encontram no espaço (?) há realmente algo igual à (...) ou que seja tal como 2 (?); pois que concebendo o intervalo que há entre 0 e 1, 1 e 2 ou entre 1,1..1,2...1,3 até poder vir a ser 2 não seja pois possível de vir a ser definido empiricamente, ou, em experiência, pois a fração também pode ser decomposta infinitamente: 1,1 (...) até 1,99 ou 1,999 e assim por diante. Ou seja, que a empiria matemática tende a definições arbitrárias da realidade, mas não a condição que permite que uma relação tal como empiria venha a ser dimensionada.

Que em verdade ao inteligirmos o signo matemático de '2' estamos referindo uma relação inteligível à própria diversidade do qual surgem às singularidades, enquanto configurações reais da estrutura do universo, não que exista materialmente algo

¹⁴² Referência ao físico-matemático do sec. XVIII, citado por Merleau-Ponty e por Illa Prigogine, acerca de um gênio ou inteligência que concebendo as leis da natureza, pudesse mensurar tanto o passado como o futuro: “Devemos, portanto, considerar o estado presente do universo como o efeito de seu estado anterior e como a causa daquele que se seguirá. Uma inteligência que, num instante dado, conhecesse todas as forças de que a Natureza está animada e a situação respectiva dos seres que a compõem, se por outro lado ela fosse suficientemente vasta para submeter todos esses dados à análise, englobaria na mesma fórmula os movimentos dos maiores corpos do universo e aqueles do mais leve átomo: nada seria incerto para tal inteligência, e o futuro, tanto quanto o passado, estaria presente a seus olhos.” (LAPLACE apud MERLEAU-PONTY, 2000, p. 142)

tal como 2, mas que a diversidade entre as singularidades refira necessariamente a dualidade pelo qual se garantirá a identidade dos seres enquanto entes rigorosamente dessemelhantes, ou, singulares, referidos por '1', '2', '3' (etc) cujos cálculos não constituem senão a reconfiguração aplicada de uma relação inteligida enquanto ato de conhecimento.

Inclino-me com tamanho ceticismo à empiria matemática que poderia conferir à humanidade o desafio de mostrar-me qualquer coisa que seja tal como 2. Digo explicitamente que isso violaria irreconciliavelmente o princípio de identidade dos seres, assim como o princípio de não contradição entre estes, e, que não haja nada até o dado momento que seja absolutamente idêntico dentro do sistema solar, pelo que consta na história da humanidade e na experiência em presente; ainda que hajam seres semelhantes, espacial e temporalmente 'estes' não são rigorosamente aqueles que referimos à um 'mesmo' ente, que portanto, as qualidades que inferimos como universais, em verdade são SEMPRE singulares.

Podemos compreender essa relação como sendo um acontecimento sempre novo, que pretende conferir determinada dimensão inteligível ao vir-à-ser. Mesmo que a técnica tenha-nos fornecido considerável proximidade entre os seres, em suas reproduções em série e em escalas industriais, estas ainda seguem rigorosamente, uma determinação espaço-tempo continua, onde o objeto x-1 de uma linha de produção, logicamente, não é aquele da posição x-2, corroborando as ilustrações de Zenão em relação a uma distinção quântica dos seguimentos no tempo. Que embora possam haver dois objetos 'semelhantíssimos', ainda assim, 'estes' não seriam os mesmos objetos. Geralmente este juízo é formulado quando os fins são tomados como equivalentes, e, portanto, conjurados em igualdade; mas cuja identidade é então aniquilada quando quantificada, assim como a singularidade em relação à generalização pelo qual se pretende 'determinar' um 'padrão' em relação a um 'universal'.

A razão de o ser é que, por mais perfeita que seja a enunciação de um padrão dito universal, ainda assim, este não permite esgotar a totalidade do universo, nem as singularidades que o integram, onde mesmo configurações estabelecidas como dados necessários, como as (3) partes '*retas*' de um triângulo, hão de corresponder somente a realidade da inteligibilidade de uma dimensão geométrica das formas, ou ainda ,que '*nenhum* casado seja solteiro' se estabeleça somente ante a configuração monogâmica dos matrimônios; enfim, que sem os signos que dimensionam suas referidas

relações estas sínteses não resultam na plena satisfação do entendimento, à que deveriam pertencer os juízos *a priori* admitidos como universais (...) a não ser que esta totalidade do universal incorpore, como propriedade, inclusive as singularidades que tornariam aquilo que se toma por Universal, ora como uma outra singularidade; nunca equivalente em absoluto a nenhum outro Ser, senão, à singularidade necessária a inteligibilidade do próprio 'acontecimento', isto é, a si mesmo (...) Mas então o entendimento seria tão imediato que a própria palavra não seria necessária à inteligibilidade dos seres, nem a reflexão ao Saber. Apenas 'compreenderíamos' em silêncio a própria manifestação do Universo.

Encontramos assim uma importante distinção entre *saberes* cuja ancestralidade remonta nós só ao oráculo de Delfos, mas igualmente aos *bhikus* (monges budistas) e aos *taitas* (anciões autóctones) para o qual há uma sabedoria adquirida pelo que é dito, lido, ou ouvido, em distinção a um saber que seja inteligido, fruto da reflexão, e de um saber de que se é testemunha.¹⁴³

Os nomes, estas palavras, conferem a dimensão de realidade necessária ao conceito ou a ideia referida pelo signo (como sinal); sendo a relação da dimensão da realidade de nosso pensamento acerca das coisas no mundo, o que ,quando enunciado, resulta no que chamamos de conhecimento. Esse 'conhecimento' sendo apenas a 'indicação', 'sinal' de um seguimento, de uma relação entre os seres, que pode vir-à-ser ilustrada através da palavra e justificada através de uma razão lógica, não nos confere, porém, 'Saber' sobre os seres; como diria Kant em relação ao *Nous*, sobre a essência mesma do Ser *em si*, apenas sobre o advento do parecer, de um *para si*, neste caso, para nós, de seu 'seguimento', ou movimento, entendido como conseqüente causa/efeito em relação as leis físicas e a razão lógica; mas, a experiência deste Ser permanece sendo um acontecimento rigorosamente Singular e Complexo, não podendo a própria singularidade de um movimento, abarcar a multiplicidade de relações ou seguimentos do qual ela mesmo faz parte; isto é, como parte constituinte do próprio universo que se projeta e é enunciado como evidente.

Sendo o acontecimento da experiência imediato aos sentidos, mas sempre parcial em relação à totalidade da experiência do qual faz parte, e, que permite o manifesto de sua própria existência, pertenceria o pensamento a uma esfera muito especial, mais sutil que a dimensão material da realidade, pois que a simples percepção

¹⁴³ N. S. Goenka. A *Importância de Vedanā e de Sapajannā*. Vipassana Research Institute. Igatpuri.1990. 2ªed. P. 68-

das coisas, como dados ou fenômenos de conhecimento para os sentidos, não nos diz o suficiente sobre as relações possíveis que envolvem o Ser enquanto Ser ou enquanto fenômeno originário da Razão de um acontecimento no universo – mas que, porém, ao se dar como inteligibilidade acerca dos fenômenos testemunhados pelos sentidos, pode através do desenho de um signo cristalizar à imagem de uma relação possível de ser inteligida e expressa (sinalizada) em palavra.

Veremos no capítulo seguinte como dado ocorre através de uma multiplicidade de eventos e sentidos que se voltam ao próprio universo do qual são oriundos – compreendo esta a relação referida ao pensamento cósmico dos *amaútas* e aqui ilustrada ante o evento de uma multiplicidade de versos.

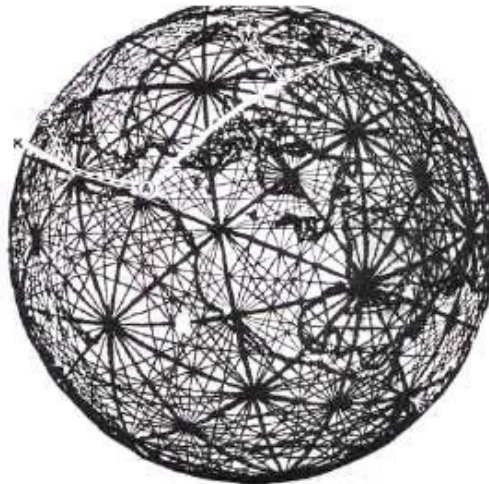


Figura 7 – Esfera celestial

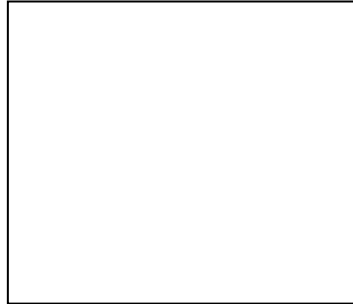
10. ACERCA DA MULTIPLICIDADE DOS VERSOS¹⁴⁴

Tentemos compreender o espaço em branco desta folha como uma extensão sem limites, que contém todas as extensões finitas de todos os corpos ou

69.

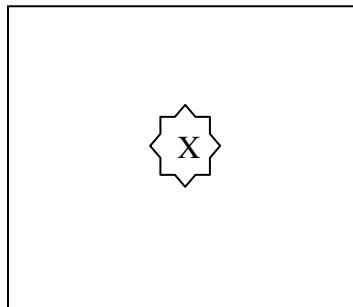
¹⁴⁴ *Verso* : “Ablativo do termo Latino “versus, a, um” que significa “voltado, virado”. A palavra “verso” designa o lado contrário, a página oposta à da frente ou a face interior das folhas e das plantas).” (<https://www.significados.com.br/verso/>) refere-se portanto a multiplicidade daquilo que não é evidente ante a aparência das superfícies.

objetos existentes e possíveis. Ou seja, como a totalidade do real, do verdadeiro e do existente.



Totalidade

Imaginemos por um instante que possamos definir 'algo' um objeto dentro desta totalidade (...). Que digamos que algo 'é'.



A ilustração deste evento pode ser definida como: 'X' representando 'Algo', seja um 'Ente'; uma 'Unidade'; uma 'Palavra'; um 'Signo', 'Sinal' ou 'Referência'.

Ignoramos, porém, em princípio, que 'isto', este 'algo' que tentamos definir ou projetar figurativamente, só o possa ser através de sua relação para com o Todo. Não seria preciso chegar ao crivo de uma experiência analítica para compreendermos que a inteligibilidade se dá imanentemente ao Ser quando este é dimensionado no espaço e no tempo.

Ao definirmos 'X' ignoramos ainda outro princípio (...) o de que não criamos ou inventamos 'X'; que 'X' é uma potencialidade efetiva da totalidade do qual faz parte; ou seja, que não surja *separado* ou à *parte* da totalidade como um *outro* ente distinto da 'totalidade' dos seres possíveis de virem à Ser(em) efetivados/manifestos no universo – 'X' é não só potencial, mas potencia efetiva em vir a ser 'X' - que todos os

universos possíveis estejam potencialmente contidos na ‘Totalidade’ hipoteticamente representada de ‘Todos os Universos possíveis de virem a Ser’ algo como ‘X’.

Ao ignorarmos a relação necessária da unidade que representamos na ‘Totalidade’ do Universo, perfazemos nesta particularidade a predicação de um Saber enquanto relação de conhecimento, propriamente, de sua identidade e de seu reconhecimento enquanto ‘ente’ da Totalidade.

Ao contemplar a ‘unidade’ de ‘X’ como distinta à ‘Totalidade’ do qual necessariamente faz parte, passamos a ignorar as relações imanentes à proposição e a preservação da identidade de ‘X’ – à primeira distinção necessária sendo para com o próprio todo, sem o qual não poderia vir-à-ser, não correspondendo a ‘X’ pois a representação da unidade da Totalidade mesma do qual necessariamente é apenas uma parte; a segunda, em respeito as leis lógicas, que não venha-à-ser qualquer outro ente possível dentro do campo da totalidade do qual é ele próprio um ente, que portanto não poderia vir à ser e não ser ao mesmo tempo sobre o mesmo aspecto, ele mesmo e um outro ente manifesto dentro do campo da totalidade, pela razão mesma da preservação de sua identidade enquanto tal e para que se preserve a razão de ‘algo’ poder vir a ser ‘X’.

A aparente contradição da ‘unidade’ de ‘X’ em relação à Totalidade, do qual deve distinguir-se para poder ser inteligida, e, que não poderia ser emancipada da totalidade do qual faz parte – é tal qual parece pois a unidade de ‘X’ não passa de uma virtualidade necessária a intelecção da relação sinalizada por ‘X’. ‘X’ em verdade é uma singularidade complementar para Totalidade, ou, para multiplicidade dos seres que podem ser inteligidos no universo, e do qual ‘X’ é um ente. O próprio exemplo aqui ilustrado por estas duas retas que se cruzam e que são reconhecidas por ‘X’, possui ‘aqui’ mesmo múltiplas significações efetivas (...) Seja a derivação da décima quinta letra do alfabeto proto-sinaítico, *Shamek* (*suporte*); representação em árabe da palavra *Sheen/Shei* (*coisa desconhecida ou singular*) e/ou posteriormente como Ξ em grego, provavelmente abreviado de $\Xi\acute{\epsilon}\eta\sigma$ (*coisa*); ou, como símbolo para representação de incógnitas em equações matemáticas; ou, como representação do decimal romano; ou ludicamente, como o local onde os piratas escondiam seus tesouros, (etc.); A elucubração de suas relações é tão efêmera quanto a prerrogativa da propriedade de sentido de qualquer uma dessas significações em relação à manifestação deste sinal. Sua legitimidade remontará necessariamente ao evento histórico de sua ilustração na experiência das existências, como herança preservada através de um sinal que possa indicar uma dada relação de

sentido ao ser entre os seres no universo.

Ora, não poderia a existência ser anterior, posterior ou destituída de sentido, nem tão pouco o sentido ao vir-à-ser, mas, necessariamente, a inteligibilidade é dado constituinte à existência; do que é e que são múltiplas e diversas em relação ao próprio universo e dos sentidos sobre o qual podem ser inteligidas suas relações entre os seres no universo.

O princípio mesmo pelo qual poderemos conferir sentido aos entes é necessariamente originário da relação entre os ‘próprios’ seres do/no mundo, possíveis de serem testemunhados, percebidos, conhecidos, *re*-conhecidos e identificados segundo a dimensão de sua inteligibilidade para que possam através da manifestação de um sinal, da indicação de um signo referente a inteligibilidade da qualidade de uma experiência singular em relação ao universo, preservar à memória desta relação pela ilustração deste sinal, (como pelos signos da linguagem, ou pelas palavras aqui manifestas), prefigurando, em última instância, à existência de uma dada relação entre os seres.; pelo qual podemos, por testemunho, pronunciar e referir, em palavra, por nós mesmos, o sentido da existência dos seres enquanto relações inteligíveis ao vir a ser da coisas no mundo.

Não podendo os sentidos serem manifestos separada ou independentemente de relações crivadas sobre os próprios seres do universo, o manifesto de tais sinais indicariam necessariamente a singularidade de uma relação existente; ante o qual prefigura-se que a arbitrariedade dos signos, ou mesmo das contingências, sejam, em verdade, razões necessárias de um vir-a-ser, que, minimamente, mascara(m) na realização voluntária de uma potência inteligível o manifesto da existência, ante a deflexão de uma relação necessária, dada em razão de seu próprio vir-a-ser.

Recordemos a Nagel em *“How is like to be a bat”*¹⁴⁵ – e compreenderemos que embora possamos distinguir e mensurar todas as ‘qualidades’ espaciais e comportamentais do que venha a ser um morcego, não temos as prerrogativas necessárias para saber o que é ‘ser’ um morcego, senão para nós, humanos (simplesmente por não termos a experiência próprio de SER um morcego) constituindo sua ‘existência’ uma singularidade efetivada no universo do qual nós mesmos somos parte; porém tanto os sinais quanto a percepção das coisas referidas à estes são dados comuns ao universo, podendo assim dentro do campo da experiência e através da

¹⁴⁵ Thomas Nagel: *“Como é ser um Morcego”*. Tradução Paulo Abrantes e Juliana Orione. Campinas. 2005. *Versão digitalizada*

capacidade de inteligência das relações testemunhadas, promover acesso a esta grande rede de conteúdos, de dados e de seres que se realizam como sentidos do próprio universo.

Tudo que testemunhamos, ora, surge no campo dimensionado entre espaço e tempo (campo da experiência) como a realidade de um conteúdo evidente para os sentidos, mas não para o intelecto; a inteligência, ou, identificação com o acontecimento dimensionado no campo, como a realidade testemunhada pelos sentidos, de uma relação evidente, de um conteúdo da experiência, ao dar-se, condiciona o próprio reconhecimento destas relações (através dos juízos da mente) como uma crença (verdadeira ou falsa) que é enunciada como um ‘conhecimento de...’; resultando praticamente na orientação de nossas próprias volições (...), ou seja, do emprego de nossas energias, mensurado necessariamente através da ação resultante entre a tensão determinada pelo princípio de preservação de sua identidade, inerente à própria existência dos seres e seu vir-à-ser no tempo.

O que aqui se enuncia como um ‘princípio de preservação’ constituir-se-á como um ‘princípio de identidade’ necessário à inteligência dos seres no campo da experiência; Tal como ‘A’ deve ser igual à ‘A’ e distinguir-se de ‘B’, nada se conhece dentro do campo da realidade que seja idêntico a outro Ser (nenhuma Iris, digital ou partícula no tempo), pois, violar-se-ia necessariamente o princípio lógico de não-contradição. A experiência dos sentidos compreendida como ‘consciência...’ ou ‘conhecimento de...’ através da percepção da realidade aferida pelo intelecto como a unidade sintética da multiplicidade do qual surge, não pode ‘ser por outro ser’, digo, que não poderia ser experienciada, conhecida, transferida ou representada por nenhum outro Ser senão por si mesmo – sendo a palavra o sinal pelo qual seja possível a ilustração da própria experiência de que somos testemunha.

Digo explicita e exemplarmente que sem a inteligência de sinais para orientação da volição através de crenças positivas em relação à verdade para realização das vontades humanas - nenhuma ação seria possível | não conseguiríamos estabelecer referências suficientes sequer para apertar o botão de um elevador ou de um interruptor de energia elétrica, não sabendo pois como algo tal como uma corrente elétrica poderia ser conduzida ou refreada através do ‘pressionamento’ de um botão (!) ou ainda, no caso de um simples aviso, de um “elevador quebrado” ou “em manutenção” poder orienta-nos a utilização das escadas ou de um outro ‘elevador’, pois o próprio estar ‘quebrado’ prefigura já um sentido no tempo; ou, no caso da ausência completa de sinais, ora as funções

sociais se tornariam impraticáveis; como no transito, há um ‘habito estabelecido’; num caso mais metódico, ao investigarmos a natureza percebemos que ela própria indica a madures de um fruto, a umidade ou aridez de um solo; um período germinativo latente, aspectos vegetativos e reprodutivos diversos, assim como o comportamento das marés em relação aos ciclos da lua e os calendários que puderam ser inteligidos através de sua relação; por todos sinais que se evidenciam na natureza e que podem ser orientadores das volições humanas ‘se’ o juízo de valor aferido acerca da relação inteligida for considerado não só possível de ser efetivado mas positivo à relação do emprego de sua energia - a cúspide para onde convergirá o resultado de toda ação humana no universo será propriamente o acontecimento gerado entre o que há de *possível* e o que há de *necessário* à existência.

Não havendo pois outra prerrogativa à experiência senão a própria realização dos seres pela existência – nem havendo razão outra na oração e na palavra se não pudermos expressar e pronunciar por nós mesmos a relação das coisas testemunhadas e inteligidas entre os seres no universo, pela experiência de nossa própria existência, projetamos assim a promoção de sentido e entendimento (analítico) entre a rigorosa dessemelhança pelo qual a própria singularidade do universo é possível de vir à ser manifesta.

Reinteramos assim à crítica de Kusch e aos próprios signos da herança filosófica ocidental, desde sua formação pré-clássica e de seu núcleo pré-ontológico, que a unidade sintética de uma totalidade transcendente e/ou imanente ao Ser e seus entes, sob o crivo de um signo *pétreo*, axiomático no tempo, ou, pretensamente originário, ao definir, perde seu sentido real¹⁴⁶, ou, reduz-se ante a singularidade necessária de um ‘estar’ pela razão de seu próprio vir-à-ser.

Dimensionando um ‘ser’ que é personificado como ‘universal’ através de um sinal, o discurso, sob a condição do parecer, nos diz antes como do que realmente o que é¹⁴⁷ o Ser. Inferiremos ainda que o próprio universo seja condição necessária e suficiente para reflexão e existência de qualquer sinal; que a experiência de Ser relatada pelos pensadores do século V a.c. ou do século XV d.c. são relatadas igualmente por sua cultura e que esta não poderia ser universalizada senão por uma colonização dos modos de saber e por uma orientação restritiva à *outras* experiência de Ser; que *esta* experiência de ser, em Abya Yala à conhecemos não como uma libertação pelo saber, mas como uma

¹⁴⁶Rodolfo Kusch. “*GeoCultura del Hombre Americano*”. Ed. Fernando Garcia Cambeiro. 1976. P.154. 4º§.

¹⁴⁷ Idem. P.153; 2º§

dominação pelo saber.

Orientando as volições humanas sobre crenças depositadas em princípios demonstrativos ‘irrefletidos’ acerca da verdade, pela incapacidade de discernimento objetivo da identidade dos objetos que se pretende refletir, pelo habito político representativo e restritivo do discurso, da palavra e dos argumentos que justificam o vir a ser sobre razões privilegiadas e hegemônicas, por valores ditos irrefutáveis, mas que sequer são materiais, tais como a consciência, a empiria matemática ou o estado, por toda autonomia inerte de um Ser separado da existência por uma transcendência *velada*, por toda *mimese* que não preserva nem representa, mas antes fossiliza a idealização de um Ser *atemporal*; pela subordinação das crenças à definição (...) quando tudo que nos resta é o testemunho e a elucubração dos sentidos ante a alteridade de nossa própria voz; ante o paradoxo técnico de um progresso que se fundamenta sobre um princípio imóvel de preservação e fixidez – declarando guerra ao contínuo e derradeiro devir, ora proclamando desde seu surgimento o efêmero destino de sua memória, enquanto para o próprio universo, todo vir a ser é dado em razão de seu próprio manifesto.

Nos adverte Krenak:

“Devíamos admitir a natureza como uma imensa multidão de formas, incluindo cada pedaço de nós, que somos parte de tudo. 70% de água e um monte de outros materiais que nos compõem. E nós criamos esta abstração de unidade, o homem como medida das coisas, e saímos por aí atropelando tudo, num convencimento geral até que todos aceitem que existe uma humanidade com o qual se identificam, agindo no mundo a nossa disposição, pegando o que a gente quiser”¹⁴⁸

- “Em que lugar poderíamos descobrir um contato entre nossas visões, que nos tirasse deste estado de não reconhecimento uns dos outros”, pergunta Krenak¹⁴⁹; (...) Ora senão no próprio mundo (...) cujos sentidos refletimos em existência (...)

O universo *perfeito* em si à inteligibilidade, revela-se como pura expressão de si às testemunhas cientes de seu manifesto vivo e presente.

Seu Destino, ser *em verdade* e *em liberdade*

Há de ser o que se é. O que se é há por ser.

(...) Essa é a Lei Amaúta.

Para o qual pensar é ato vivo

¹⁴⁸ Krenak, Ailton. *Ideias para adiar o fim do mundo*. São Paulo: Companhia das Letras. 2019. P.33.3º§

¹⁴⁹ Idem. P.25. 2º§.

Tal como energia feita Luz.¹⁵⁰

Conseqüentemente, a própria ilustração da ‘multiplicidade dos entes’ que se dizem, se dá enquanto manifestação efetiva de ‘um’ ato singular, como acontecimento fático de uma forma consciente de referir tal testemunho sobre o universo, não sendo, porém, uma forma unívoca ou restritiva ao conhecimento ou a expressão dos sentidos que podem ser estabelecidos no cosmos, ora preterindo o mesmo dogmatismo que aqui se denuncia em relação a uma *episteme* que se diz *absoluta* em relação à verdade, mas enquanto palavra que proclama a legitimidade de sua alteridade através dos sentidos enunciados em testemunho pela singularidade dos seres, do *saber* e do entendimento humano.

Entre a singularidade das formas de conhecimento e de ciência acerca do ser com que pude me haver, nenhuma me impressionou tanto como as práticas transmitidas e preservadas pelos povos ancestrais, através do exame profundo da raiz de nossas crenças e da expansão perceptiva de nossas capacidades cognitivas, sejam através de práticas de respiração ou através da relação com as *plantas de poder*.

11. AS PLANTAS DE PODER.

A multiplicidade das coisas que se dizem manifesta-se no campo da experiência. Digo, que em algum momento a relação de 2 (deste signo, ou mesmo da dualidade [pertencentes a multiplicidade das coisas que vem-a-ser ditas, dada a percepção de uma relação inteligível à própria diversidade de que é efeito a singularidade dos acontecimentos dimensionados em configuração à estrutura real do universo]) ao poder ser inteligida pela consciência, para subscrever-se à memória, enquanto manifesto de sua relação no tempo, houve de ser *pedagogicamente*¹⁵¹ ilustrada por um sinal (neste caso, referido em ‘2’) para poder ser inteligida por uma *outra* consciência, conferindo realidade a qualidade de uma relação poder vir a ser compreendida e aferida como um *Saber* ou, como algo de que se tem *ciência* – uma *episteme*, como viria a resaltar

¹⁵⁰ Reinaga, Fausto; “*El Hombre*”. 1ª.ed. Bolivia: Comunidad Amaúta Mundial, 1981. P 117-131.

¹⁵¹ Aqui encontramos novamente a importante distinção ressaltada por Carlos Bauer e empregue por Dussel, sobre a condição definidora da *Palavra*, referida ao *Logos* grego, como expressão de uma analogia *nomini*, em relação à palavra *Dabar* que em hebreu significa falar, dialogar, revelada ao humano como alteridade – compreendendo ao Ser o manifesto de sua diversidade alterativa; em dissonância a configuração da unicidade de um *saber* que se encerra sobre a *totalidade* de um sujeito hegemônico (Bauer, F. Carlos: *La Analéctica de Enrique Dussel*. Tomo I; Córdoba, 2008) P.66-68.

Aristóteles— mas em seu sentido ‘verdadeiro’, originário de *Alethos*¹⁵², que se *revela*, que se descobre como ‘evidente’, podemos compreender que ‘em verdade’ toda experiência tem de ser testemunhada por *si*, que sua enunciação projeta-se em poder ser apreendida *por outrem*, sendo desta apreensão donde gera-se a configuração sobre a potencial arbitrariedade de um SER de que resultaria um *dever ser*¹⁵³ - e que por fim tende a aniquilar à multiplicidade do qual é originária tal relação, através de sua sedimentação em um *padrão* de Saber. Se a melhor das hipóteses é a consolidação *pedagógica*, a pior seria a colonização *arbitraria* dos modos de saber pelo qual o discurso e a *práxis* se orientam¹⁵⁴ - sendo esta uma razão diametralmente distinta dos modos pelo qual se orientam os povos autóctones, pela distinção do valor atribuído a palavra, ao ensino e sobre a elucubração de saberes; sobre a própria forma pelo qual preservam a identidade de sua existência e estabelecem suas relações de sentido, pelo qual se fundamentam as críticas que declaram a *colonização epistemológica* como uma forma opressiva aos modos de conhecimento, à cultura, à dignidade, à liberdade, e à soberania dos povos originários sobre a orientação de suas vidas, em um processo de *colonização* que remonta historicamente a unificação bélica e pedagógica propiciada já desde o soerguimento das bibliotecas de Alexandre da Macedônia¹⁵⁵ e posteriormente consumada em Roma com a unificação das crenças religiosas, e, que virão a repercutir em conflitos político/religiosos sobre a própria Europa até o início da modernidade, principalmente, depois da ‘*conquista*’¹⁵⁶ desta terra plenamente madura e de coração silvestre; pelos argumentos que fundamentarão um potencial ‘*progresso*’ a partir da destruição do pensamento cósmico (Amauta), assim como de suas práticas e de sua organização enquanto povos livres e autônomos; pelo excedente dos recursos acumulados que daqui foram retirados, que corroborarão na fundamentação *positiva* de uma realidade mercantil e desenvolvimentista a partir de uma especialização sectária e segregacionista,

¹⁵² Α-λήθεια: dês-encobrimento (literalmente) em relação antinômica à ‘Λαθόν’: “que se oculta” e que posteriormente viria a contrapor ψεύδος: sinônimo do que é ‘falso’ em relação ao que referimos por ‘verdadeiro’. Martin Heidegger: *Parmenides*. Ed. Vozes. 2008.

¹⁵³ David Hume ‘*Tratado da Natureza Humana*’. Editora UNESP, 2000. Livro III, Parte I, Seção II. São Paulo. P. 509.

¹⁵⁴ Leopoldo Zea: “*La Filosofía Latino Americana como Filosofía Sin Más*”. Ed. SigloVeintiuno. 2010. P. 63; 2º §

¹⁵⁵ Leopoldo Zea: “*Discurso desde lamarginación y La Barbarie*”. Mexico. Fundo de Cultura Economica. 1990. P. 31. 3º §.

¹⁵⁶ Enrique Dussel: “1492 – *El encubrimiento Del outro hacia El origen Del ‘mito de La modernidad’*”. Ed. Antropos. 1992. 6º conferência: ‘*Amerindiaen una visión no-eurocéntrica de la Historia Mundial*’. Sobre o qual abordará importante análise entre o ‘*ego cogitans*’ cartesiano e o ‘*ego conquiro*’ colonial como subjetividades derivadas da emergência da modernidade.

configurada pela educação sobre uma autoridade do Saber e do agrilhoamento sobre uma política de dependência, convirá a promoção do controle das formas de trabalho, da administração de recursos humanos e materiais, dos produtos e do mercado¹⁵⁷ (além das inúmeras discussões surgidas após a conquista, em torno da ‘*possível*’ ‘*humanidade*’ dos povos ‘*gentis*’, que promoverão o desenvolvimento filosófico *humanista* a partir dos debates entre Las Casas e Sepulveda)¹⁵⁸ e que viriam a legitimar relações de dominação a partir de diferenças raciais, num processo de: “Colonización de las perspectivas cognitivas, de los modos de producir y otorgar sentido a lós resultados de La experiencia material o intersubjetiva, Del imaginário, Del universo de relaciones intersubjetivas Del mundo, de La cultura en suma ”¹⁵⁹ Das volições de uma ‘humanidade que desertifica a ancestralidade dos povos ante a homogeneização idealizada de uma civilização hegemônica e cujos temas foram amplamente desenvolvidos e ilustrados nas obras de *Dussel, de Quijano, Zea, Mignolo, Reinaga, Milla, Kusch, Guadarrama, O’Gorman, Bauer*, entre um numeroso acervo de pesquisas e pesquisadores *latino-americanos* que se levantarão para combater os discursos de domínio e destruição dos povos de Abya Yala e de suas formas de vir-à-ser (...) São razões suficientes para denuncia política de formas coercitivas que um ‘*colonialismo epistemológico*’ vem a repercutir sobre a sociedade humana (...) Porém, o que esta tese se propõe é legitimar uma *episteme outra* – não-condicionada pelas formas *ocidentais* do reconhecimento da realidade de Ser – e isso ante a elucubração de práticas e técnicas ancestrais de *ciência* acerca da natureza dos Seres.

Não haveria como iniciar esta fala sem evidenciar a profunda dissonância entre a relação de saberes pelo qual se configura a orientação dos povos autóctones, em distinção ao *Logos* especializado do culto ‘ocidental’, pela substancial alteridade de suas relações de conhecimento, sobre a *Palavra* e o *Saber* – geradas na profunda comunhão estabelecida com o reino da natureza através das plantas de poder.

Para o ‘Povo do Centro’ a *Palavra* é igualmente conjuração de vida e de saúde, motivo pelo qual o conhecimento que se transmite é materializado sobre o símbolo da origem da Vida e do Ser de se que formou: O Tabaco (como símbolo de seu pensamento) e a Coca (como símbolo de sua palavra)¹⁶⁰. O tabaco simboliza a sabedoria

¹⁵⁷ Anibal Quijano: “*La Colonialidad del Saber: Eurocentrismo y ciencias sociales*”. Clacso. 2000. P. 209. 3º§.

¹⁵⁸ Leopoldo Zea: “*La Filosofía Latino Americana como Filosofía Sin Más...*”. Ed. Siglo Veintiuno. 2010. P. 12. 2º§.

¹⁵⁹ Anibal Quijano: “*La Colonialidad del Saber: Eurocentrismo y ciencias sociales*”. Clacso. 2000. P. 210 1º§.

¹⁶⁰ Nejedeka Jifichú, “Imi Jooi” Célimo Ramón. *Cultivando La ciencia Del árbol De La salud: conocimiento tradicional para El buen vivir*. Bogotá, 2019. P. 27-106.

do entendimento, manifesta pela potência criativa de gerar vida.¹⁶¹ O alento da palavra é desenvolvido ante o alento da vida pela voz, através do qual pode expressar suas qualidades; pelo qual é considerada em si mesma como uma medicina.¹⁶² A promoção da saúde (palavra *doce*) é concebida como parte do conhecimento da saúde criado e desenvolvido pela sabedoria do *Avô Tabaco Centro de Vida*. Esta sabedoria fortalece os aspectos psicológicos do homem e permite dominar e controlar seu próprio comportamento.¹⁶³

Graças a esta formação, mediante o qual as palavras se transformam em coisas, como concebido pelos *Cananguchal*¹⁶⁴, encontramos através da experiência: palavras de Vida, Palavras com Poder, Palavras de Cura, *Palavras* que se realizam de forma tangível como coisas verdadeiras (como comida, caça ou cuidado) que buscam o crescimento da gente¹⁶⁵ logradas ante a acumulação de méritos de que resulta o conhecimento levado à prática, através do *pensamento* e da *palavra* correspondentes à *sabedoria*, o ser humano se transforma numa pessoa sensível, carismática, acolhedora e dinâmica, mediante o qual o homem prospera e é reconhecido ante o *poder* da *verdadeira sabedoria de criação e de vida*, permitindo atrair, unir, conscientizar ou conduzir uma pessoa, uma família, uma comunidade ou uma sociedade ao bom manejo da saúde, através da Palavra.¹⁶⁶

“Guiado por diferentes habilidades pedagógicas, fazendo uso de símbolos, exemplos, lendas, metáforas, artes ou dinâmicas, interpretando oportunamente fenômenos naturais ou sobrenaturais tais como sonhos, ou as mudanças das estações, etc., os sábios e as pessoas responsáveis pela saúde realizam atividades práticas de conscientização, para ensinar e ajudar as pessoas a reconhecerem por si mesmas as causas e os meios que permitem a geração e a propagação de diferentes males e enfermidades. (...) Seu trabalho principal consiste na transmissão do *Conhecimento de Vida*, com o fim de que este seja incorporado por cada individuo, como eixo central para guiar sua própria vida, como seu principal protetor.”¹⁶⁷

A palavra e o diálogo fazem parte da conjuração, e esta, por sua vez, faz

¹⁶¹ Idem. P. 88.

¹⁶² Idém. P. 87.

¹⁶³ Idem. P.;.103.

¹⁶⁴ Echeverri, Juan Álvaro. *Tabaco Frio, Coca Dulce: palabras del anciano Kinerai de La Tribu Canaguchal para sanar y alegrar el corazon de sus huérfanos*. Colômbia,1993. P. 28.

¹⁶⁵ Idem. P.29.

¹⁶⁶ Nejedeka Jifichú, “Imi Jooi” Célimo Ramón. *Cultivando La ciência Del árbol De La salud: conocimiento tradicional para El buen vivir*. Bogotá, 2019. P. 94-104.

¹⁶⁷ Idem. P. 104.

parte da educação, que pela transmissão do conhecimento, perfaz-se enquanto *saber*.¹⁶⁸ A educação vem a realizar-se então sobre a diversidade dos campos da existência assim como o trabalho infere a condução da educação à prática.¹⁶⁹

A razão de tais práticas poderem vir a ser corroboradas à proposição de uma *episteme* (como já ilustrado no Cap. 8.2) e não somente de uma mera 'Téchne', não se deve somente as prerrogativas teóricas vulgarmente elencadas acerca uma *filosofia*, mas antes, através da capacidade de exame da própria singularidade aferida, poder vir a testemunhar uma relação que se verifica como realidade efetiva no universo, daí de poder vir à elucubrar através desta inteligência seu sinal em palavra (numa *sofia*) e de poder condicionar os demais entes no espaço de forma a compreendermos uma técnica.

Muito poderia ser elencado acerca dos benefícios terapêuticos atribuídos as práticas de concentração e de purificação da mente como fatores positivos à saúde mental, ao bem-estar social e profissional, para o aumento da capacidade de concentração, da atenção e da observação, assim como para diminuição do 'stress', da ansiedade, da ira, pelo distanciamento objetivo de autoidentificações e automatismos mentais, comportamentais e discursivos (etc) – reconhecidos pela UNESCO, desde 2010, como sendo um patrimônio imemorial da humanidade; porém, depois de centenas de anos de *colonização epistemológica* a própria forma pelo qual reconheceríamos algo como 'verdadeiro' se vê comprometida por razões 'demonstrativas' atribuídas ao valor de um conhecimento *científico*, contudo, a propriedade do *Saber* relacionado às práticas de concentração e as plantas de poder são capazes inclusive de promover a desconstrução do condicionamento dos modos de conhecimento atribuídos a razões exteriores ou alheias ao próprio indivíduo:

“Conhece a ti mesmo.” – eis a máxima do filósofo por excelência.

Através do exame profundo das raízes de nossas próprias 'crenças' encontramos a chave para elucubração de muitas 'doenças' que através da *ciência ocidental* condicionou-se à erradicação pelo re-conhecimento de suas *consequências*, porém cujas causas não costumam ser rigorosamente examinadas (...) assim aplicamos a relação manifesta de uma *consequência* a razão final de seu vir a ser enquanto *causa* de um *mal*, pela orientação de nosso próprio parecer, retiramos cirurgicamente os tumores que re-conhecemos pelo corpo, mas não erradicamos a razão original do surgimento deste *câncer*, deste sinal emitido pelo próprio corpo como *doença* e *enfermidade*;

¹⁶⁸ Idem. P. 114.

¹⁶⁹ Idem. P. 107-108

retiramos apenas a evidência mais superficial pelo qual o próprio corpo se manifesta, sem tratarmos a raiz do qual tal manifesto é uma *consequência*. Distanciando-nos pois de compreendermos as causas das ‘perturbações’ manifestas sobre o campo da realidade, nos tornando incapazes de erradicar ‘positivamente’ as manifestações sobre o qual não podemos inteligir efetivas relações de conhecimento.

A geração destas ‘perturbações’ (‘manifestações’ tensionadas sobre o princípio de movimento ante a relação de preservação dos seres, entre o que seja possível e necessário à realização manifesta do vir-a-ser enquanto ato) são exemplarmente aferidas em relação ao ‘comportamento’ dos sujeitos como ‘distúrbios da mente’ - ao qual pertenceria uma dimensão tão ampla de relações ‘*psico-somáticas*’ que teríamos de incluir desde o *mal da gota* até casos relacionados à *esquizofrenia* ou mesmo à *psicopatia*; porém a crítica aqui é principalmente dirigida a uma epistemologia ‘superficial’ em relação à origem de um efeito que se compreende antes como a *causa* do que como a *consequência* de algo. Poderíamos exemplarmente ilustrar através do exame de relações cotidianas de combate à violência, que medidas coercitivas sejam a principal orientação pelo qual pretende-se a erradicação de tal *desordem* civil, *moral* e legal, porém não combatemos as causas que levam a existência de algo tal como a própria violência, sendo inferida fatidicamente aos sujeitos a carência da atribuição de valores às próprias práticas, ou seja, que resida sobre os sujeitos o papel determinante de tais volições.

Embora já nos alertasse Krenak, que os lugares de pobreza, violência e miséria, não tenham existência por si, que todas as guerras e violências sejam produzidas por nós mesmos – (Krenak – ***como adiar o fim do mundo. 1’01”***)

Tais relações, acerca dos modos pelo qual se concebe a existência dos seres ante o efeito de suas consequências, e sobre o qual reagimos, ainda poderia ser pertinentemente ilustrada em relação aos sucessivos fracassos da indústria farmacêutica na tentativa de estabilizar componentes químicos ou minerais cujos resultados eram tidos como positivos aos tratamentos realizados em seus pacientes e cujos laboratórios pretendiam continuar a disponibilizar no mercado – em pesquisa exemplarmente realizada por Rupert Shalldrake, publicada em seu livro “*Ciência sem Dogmas*”, a realização de tal pesquisa concluiu que tais dados se deviam principalmente à *ressonância mórfica* à que as partículas seriam afeitas mesmo depois de estabilizados os componentes que seriam ministrados aos pacientes que já estavam sendo tratados pelos medicamentos desenvolvidos. Ou seja, que tais partículas, assim como a mutação genética dos elementos a serem combatidos, continuavam desenvolvendo novas ligações estruturais

mesmo após os testes convergirem sobre sua *remota* estabilidade.

As sucessivas tentativas de estabilizar um reagente em ambiente inócuo, aferido pelo controle de relações determinadas, enquadram-se justamente na tentativa de configurar um ‘padrão universal’ estabelecido sobre um ambiente particular – à bem dizer, isolado das relações (ou ‘ressonâncias’) mais fundamentais a vida.

Já entre os povos autóctones aperceberam-se de que a causa da maioria dos males, impurezas e enfermidades, os indivíduos os traziam não só no corpo, mas igualmente em seu espírito, que era necessário expurgar, daí que seus xamãs, os curadores das florestas, gozassem de tamanho prestígio entre as comunidades autóctones – seu tratamento residia *em comum* sobre saber como ministrar *venenos*. Já em toxicologia assim como em botânica compreende-se que a sutileza do campo onde distingue-se a *cura* do *veneno* resida sobre o *equilíbrio* das soluções ministradas.

Uma importante medicina originada do saber do tabaco preserva-se sobre a utilização do *cohoba*, *paricá* ou rapé entre pelo menos 47 dos povos originários remanescentes de Abya Yala¹⁷⁰.

Considerada um instrumento sagrado, a medicina combinada em equilíbrio com as cinzas das partes de árvores ancestrais e de ervas específicas, é utilizada com fins diversos e distintos pelos povos ancestrais, seja para a inibição da fadiga, do frio, da fome, da dor e da sede, para o aumento da capacidade de concentração, de foco e da intuição, utilizado tanto nas caçadas como para limpeza dos canais de percepção, úteis à predição do bom tempo, da pesca e das colheitas, utilizado como anti-bactericida natural, estimulante, analgésico e antidepressivo, assim como em ritos de iniciação, nos festivais, nos ritos da puberdade, em ritos sociais e em cerimônias de cura.¹⁷¹

O Tabaco cultivado remotamente já o cinco milênios pelos povos *nativo-americanos*, em distinção a consagração produzida pelo fogo, é aqui conferida pelo sopro; sendo seu primeiro registro no ocidente conferido pelo monge franciscano Frei Ramón Pané em 1493 na segunda vigem de Colombo: “Cuando alguno está enfermo, le llevan el *buhuitihu*, que es el médico; éste es obligado a guardar dieta, lo mismo que el doliente, y a poner cara de enfermo, lo cual se hace así para lo que ahora sabréis. Es preciso que el

¹⁷⁰ Wassén, S Henry. “*Considerações sobre algumas drogas indígenas, em especial o rapé, e a parafernália pertinente*”. Pesquisa realizada pelo museu de etnologia de Gotemburgo. Suécia (1967), publicado na revista do museu de arqueologia e etnologia de São Paulo. 1993.

¹⁷¹ Jeez. *What is Rapé*. Artigo publicado em março de 2018. <http://www.ayahuasca.com/amazon/indigenous-worlds/what-is-rape/>

médico se purgue también como el enfermo, y para purgarse toma cierto polvo llamado cohoba, aspirándolo por la nariz, el cual les embriaga de tal modo que luego no se sabe lo que hacen, y así dicen muchas cosas fuera de juicio, afirmando que hablan con los cemíes, y que éstos les han dicho de dónde provino la enfermedad.”¹⁷²

É atribuído ao curandeiro, no melhor estilo de *Castanheda*, igualmente, a capacidade de através de visões oníricas poder ‘*mirar*’ as razões de determinada enfermidade, como a qualidade do espírito cuja semente deve expurgar – distinguindo-se aqui do efeito da auto-iluminação proposta por *Don Juan* através de sonhos visionários proporcionados pela ingestão de plantas enteógenas – embora estas sejam de fato consideradas como plantas *professoras* ou plantas *mestras*, *ensinadoras*, por permitirem a expansão dos sentidos e das relações aferidas à percepção, propiciada pela expansão da consciência, sendo inclusive referidas *a carne dos deuses*¹⁷³ em tese de Terence Mckenna como um dos catalisadores responsáveis pelo desenvolvimento da consciência humana e da articulação da linguagem – a visão onírica obtida pelo xamã poderia elucidar as razões de uma determinada enfermidade e as formas de expurga-la.

Os Matis são um exemplo de povo amazônico que têm registrado em seus mitos seus estudos e pesquisas com a fauna e a flora da floresta para cuidar de sua própria saúde. Por exemplo, Arisi (2011) registrou em sua tese o mito do Jaburu - animal que teria ensinado os indígenas Matis a utilizar as vacinas feitas com a substância "kampok" (na língua Matis, conhecido também como *kampô*) para realizar purga (vômito e diarreia).¹⁷⁴

O mito do Jaburu (ave grande e branca) é encenado na oca através do *tanek* (uma representação coletiva) apresentando um jovem *matis* que ao sair para caçar calangos, a pedido de seu pai, é raptado pelo Urubu (ave pequena e negra) que desejava se alimentar das larvas da carne apodrecida do veado; o urubu então alimenta o jovem

¹⁷² Pané, Ramón. *Relacion acerca de La antigüedad de los índios*. Cap. XV. Espanha (1932). Acervo Eletrônico de Textos Ibero-Americanos. 2001. <http://digiColl.library.wisc.edu/cgi-bin/IbrAmerTxt/IbrAmerTxt-idx?type=HTML&rgn=div1&byte=10488606&pview=hide>

¹⁷³ Mckenna, Terence: “*El manjar de los Dioses*”. Paidós. (1993) P. 21; 2º§. Em relevante consideração sobre as propriedades da inteligência vegetal, elencamos à ‘*theobroma cacao*’ (o manjar dos deuses), como nomeado pelo botânico Carolus Linneu (1707-1778), a importância econômica e ritual do ‘*cacahualt*’ - utilizado inclusive como moeda, como exposto por Peter Martir em 1530 na obra ‘*De Orbe Novo Petri Martyres Ab Algebia*’: “*Abençoado dinheiro que fornece uma bebida doce e é benefício para a humanidade, protegendo seus possuidores contra a infernal peste da cobiça, pois não pode ser acumulado muito tempo, nem escondido nos subterrâneos*”. Ver: *Cacao, História e Evolução*, em http://www.ceplac.gov.br/radar/radar_cacau.htm.

¹⁷⁴ ARISI, B M. A Dádiva, a Sovinice e a Beleza: economia da cultura Matis, Vale do Javari, Amazônia. Tese (doutorado) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Filosofia e Ciências Humanas. Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social. Disponível em <https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/94848>

matis com as larvas e sai deixando-o só – o jaburu ao ver o pequeno matis o convida a caçar calangos, o menino vem; quando o urubu volta, se enfurece, vai procurar o pequeno matis, encontra com o grande jaburu e foge; o jaburu aplica a vacina do sapo – Kampok, e faz o menino matis vomitar as larvas; o jaburu então leva o menino matis para comer peixe assado, primeiro é preciso pescar o peixe; o jaburu leva então o menino matis para o lago de *caíçuma* (bebida fermentada a base de mandioca) e ensina o matis a pescar com *timbó* (veneno utilizado para pescar traíras e poraquês ou peixes-elétricos, valorizados na cultura matis por sua relação particular com outra narrativa acerca de um homem que possuía o maior falo da aldeia e por ser considerado um animal de forte *Xô - fonte do poder de todos os seres*) o *timbó* precisava ser batido para se misturar a água, porém o jaburu apenas pousa com suas pernas no meio do lago, como se suas próprias pernas fossem feitas de veneno. Pescam os peixes e depois de alimentado retorna o menino matis para sua aldeia com uma promessa: Não pode *contar* a história sobre nós, o povo jaburu. O menino matis, para não quebrar a promessa feita ao Jaburu, encena através do *tanek* toda a história do Jaburu aqui narrada, legando ao povo Matis tanto a técnica do *kampô*, a vacina do sapo (*phyllomedusa bicolor*), que veio a salvar sua tribo de uma dizimação por hepatite, como a tecnologia do *timbó*, arte de pescar com veneno, importante recurso para economia alimentícia dos Matis.

O que trata-se de ilustrar aqui não é acerca do evidente valor do *mito* para preservação de saberes dos povos originários (amplamente explorada por Levi Strauss) mas sim a singularidade de um evento tal como uma enfermidade que deve ser tratada por um xamã, vir através de uma visão onírica, ou minimamente *mítica*, à poder ministrar um antídoto à enfermidade de forma efetiva a resolução de problemas reais da saúde e também da economia da aldeia, através da vacina do *Kampô*, e da própria subsistência do grupo, através da prática da pesca com veneno - técnicas que são ilustradas no próprio mito, mas cuja razão de conhecimento se dá de forma singular à produção de saberes acumulados nas bibliotecas do ‘ocidente’.

Embora tais dados nos pareçam surpreendentes, estes se dão através de uma lógica muito peculiar e profundamente eficiente – quando o enfermo se dirige à um curandeiro, quem é o curandeiro? Quem é que cuida (...) quem possui o poder da cura? No mesmo ensaio de Arisi encontramos o relato daqueles que estão *no caminho* da cura, os aprendizes de pajé. Diz-se que aqueles que “já sabem” são aqueles que viveram experiências de morte. Tidas como praticas iniciáticas do caminho espiritual, tanto como nos ritos de passagem da juventude para maturidade, em que estes devem provar seu

valor perante a aldeia e perante o *poder* cuja 'força' procuram obter merecimento; sejam estas as venturas positivas de uma grande caçada ou as experiências de 'provação' pelo qual devem passar por uma 'pequena morte' através da ingestão de venenos.

Mesmo hoje nos centros urbanos a Ayahuasca é também conhecida como sendo uma '*pequena morte*', como um ritual de cura e/ou como uma experiência de renascimento, sendo reconhecida como uma prática religiosa, isto é, de um *Religare*, pelo qual supera-se a dualidade da existência através da experiência de comunhão com o *cosmos* – sendo pela comunhão que experiência o xamã ao 'morrer' o meio pelo qual este obtém acesso ao mundo dos 'espíritos'. É exatamente por essa razão que o *saber* adquirido por estes não pode nem deve ser transmitido a outrem, mas antes, que deva ser *revelado* a si pela comunhão que o ser estabelecerá com a natureza criadora após sua própria morte e/ou dissolução do 'eu'. Razão pelo qual se concebe tal saber como uma revelação da natureza e não meramente como um conhecimento adquirido.

Mesmo após a articulação do conhecimento em técnica, esta não é ministrada por outrem, senão por aqueles a quem foi revelada, tendo sempre o xamã de vir a consultar seus guias, e/ou de incorrer em processos de introspecção para comunicar-se com os *tsussin* (espíritos ou forças animadas, para os Matis) para efetuar qualquer procedimento de cura. De certa forma ganha-se licença entre as dimensões do mundo para intermediar *outras* relações de *saber* sobre a existência. Daí, novamente, seu 'singular' valor para as comunidades autóctones.

Embora nos seja (...) para nós 'ocidentais colonizados em nossas formas de saber' (...) demasiado 'fantástica' toda narrativa, seria prudente aferir a este relato um distanciamento 'cauteloso'. Quando o xamã, ou neste caso, alguém que se coloca em frente a um problema salutar cuja resolução deve dar-se para que sua própria existência possa continuar vir a ser preservada em natureza, a única fonte donde lhe é possível estabelecer relações de sentido e entendimento, extinguindo e expandindo os raios em dimensão ao de-limite de seu *saber* (pois ao saber caberia a qualidade elucidadora que extinguiria a validade de um círculo de relações dado sobre *algo* que se ignora), em verdade, o inevitável lugar que este possui para recorrer é a própria natureza; independentemente do movimento catártico ou de minuciosa investigação do tipo *falhabilista* a que se proponha, a natureza seria o único recurso donde poderia prover algum conhecimento, e não surpreendentemente ele o encontrará, sendo que sua própria existência depende disso e que esta lhe seja revelada pela experiência e pelo testemunho; porém a existência daquele que depreendeu da própria experiência de *morte*

a oportunidade de continuar à viver, a sua existência, tanto como à de seu entorno, passam a revestir-se de um valor irrestituível, tanto por lhe prover a subsistência da vida, quanto pela fragilidade de sua existência perante as forças da natureza; o sujeito autóctone perante o ensino de *nuestras abuelas centenárias, as samaumas*, pode compreender-se como parte de um organismo, que lhe nutre com as forças necessárias para participação de sua própria existência no ciclo da vida – o sujeito se torna guerreiro, e o guerreiro, em comunhão com as *forças* que se fazem presentes, assim como o xamã com suas medicinas, encontra-se em presente integrado a uma grande família, ou, à uma grande rede de relações - como um irmão dos seres, ou como filho de uma natureza divina e criadora, verdadeira mãe de todos (...) nossa *parente*, donde provem todo o sustento, e que nos sustentará mesmo na morte, tantas vezes em mais vida transmutada, pelas provações, ou, pelo *apuro* necessário para o refinamento da qualidade de nosso próprio ser.

Estes valores orientam os sujeitos autóctones a necessária preservação dos seres que compoem em equilíbrio sua subsistência, pelo qual passam a configurar-se como guardiões da floresta e mensageiros dos saberes contidos nas plantas de poder. Muito disto foi perdido, aniquilado pela ignorância humana e por uma racionalidade que é a expressão mais evidente do que seja a ‘Barbárie de uma civilização fundamentada pelo repúdio ao *dês-conhecido* e pela preservação de seus modos *mercantis*, cega pela ideia de um *bem* configurado pela progressão tecnocrata, que cada vez mais se distancia de uma possível ‘autossuficiência’, convencionando o grande volume das volições cotidianas à dependência de relações especializadas, mas que *racionam* o valor aferido ao *Saber*, sedimentando tais relações a mera resolução de uma informação aplicada, de que resulta não só um empobrecimento ‘humano’ de nossas capacidades e realizações, mas igualmente a promoção do desrespeito à diversidade das relações de sentido que podem ser estabelecidas entre os seres no universo, e, pelo qual se perpetua a efemeridade do sentido conferido não só a existência, mas sobretudo, à palavra.

“Cantar, dançar e viver a experiência mágica de suspender o céu é comum em muitas tradições. Suspender o céu é ampliar o nosso horizonte; não o horizonte prospectivo, mas um existencial. É enriquecer as nossas subjetividades, que é a matéria que este tempo que nós vivemos quer consumir. Se existe uma ânsia por consumir a natureza, existe também uma por consumir subjetividades — as nossas subjetividades. Então vamos vivê-las com a liberdade que fomos capazes de inventar, não botar ela no mercado. Já que a natureza está sendo assaltada de uma maneira tão indefensável,

vamos, pelo menos, ser capazes de manter nossas subjetividades, nossas visões, nossas poéticas sobre a existência.” – A. Krenak. *Ideias para adiar o fim do mundo*. P. 15. 5º§.

Muitos dos saberes cultivados e apreendidos entre os autóctones (como citados ao fim do 1º capítulo) permanecem tão sólidos que frequentemente passam à ser mimetizados pelas sociedades coloniais, seja pela apropriação de sua cultura pela exploração mercadológica, como nos casos do cacau, da coca e do tabaco, seja em relação à propriedade das medicações que promoverão a elucubração de novas relações de saber; exemplarmente, nota-se a relevância de um *outro* veneno muito utilizado para caça entre os *Matis* chamado *pëxó* (*curare*); este veneno induz a asfixia do animal através da paralisação de seus órgãos, não sendo, porém, nocivo aos que o ingerem por não ser absorvido por via digestiva, mas por produzir seu efeito somente quando introduzido na circulação sanguínea. O *curare* é ainda hoje uma das diversas contribuições do saber autóctone para com o desenvolvimento da medicina ‘ocidental’, sendo a base para o desenvolvimento de diversos anestésicos, utilizados como bloqueadores neuromusculares, facilitando procedimentos de intubação traqueal e o controle da respiração permitido pela imobilização e pelo relaxamento do campo operatório (Morais Etalli 2005)

Ainda assim muitas outras medicações permanecem tão inóspitas ao feitio da ‘civilização ocidental’ tal como para sua racionalidade.



Aplicação de Rapé

12. CONSIDERAÇÕES FINAIS.

A metacrítica acerca das presentes epistemologias aqui enunciadas se faz necessária à razão do projeto de descolonização epistemológica poder vir a realizar-se enquanto uma fundamentação do *Saber* e do pensamento latino-americanos (e) para que não se incorra em contradições analíticas que desfigurariam o sentido do *logos* aqui apresentado e da inteligibilidade aqui pretendida; elucubrando a aferição da *multiplicidade dos versos* a proposição de uma razão inteligível pelo qual o Ser venha a Ser tal qual é manifesto em presente – por fim, observamos que também no ocidente produzamos semelhantes catarses intelectivas através do exercício reflexivo à que empreendemos nossa energia – que bastaria que fizéssemos o exame rigoroso acerca de nossas crenças para aferirmos sobre a dualidade estabelecida (não entre a realidade do corpo e da mente, mas sim sobre o evento de uma unidade-complexa) entre os sujeitos e o universo, para verificarmos sobre o campo da realidade, talvez de forma búdica (*sangs-rgyas-kyirigs*), que as volições geradas por reações à padrões da mente, surgem como projeções sobre o campo sensível *presente* (...) e, que embora estas se projetem como determinantes para si são em verdade *impermanentes* em relação à estrutura real do próprio universo – que de Kant à Hegel, se o ‘universal’ for compreendido através de uma razão material ‘determinada’ como permanente e aferida sobre a realidade, ainda nos debateremos infinitamente sobre a atualização de um entendimento *analítico* ante a *síntese* de um Saber universal, para o qual a própria palavra é efêmera em relação à determinação do campo disto que chamamos de *real* ou *verdadeiro*, e que isso já compreendia prontamente Heráclito de Efeso ou qualquer bom pajé *huasqueiro* – que *em verdade* ao poder consolidar ‘*uma única*’ relação de *Entendimento* isso seja o suficiente para começar a decifrar as próprias Leis do Universo.

Que o Ser realiza-se no acontecimento manifesto de seu vir a ser em ato

Que portanto algo é possível ser dito sobre o Ser:

Que tal como o *cosmos*:

O Ser é singular | (tal como) | A singularidade é Universal.

A guisa de uma conclusão do presente trabalho, estabelecido o profícuo diálogo entre a ‘tradição hegemônica do pensamento ocidental’, frente à consideração de uma orientação vegetalista autóctone, desde uma perspectiva Latino Americana e dê-colonial, logramos conceber sobre a concepção de *estar* em R. Kusch o crivo das relações de saber

estabelecidas através das plantas de poder como exemplos fáticos de uma epistemologia *outra* enquanto dimensão inteligível 'central' da orientação das volições dos povos originários, como expansores do campo perceptivo de relações sensíveis e objetivas da *consciência* do *estar*, pelo qual se motiva a orientação da realização e da preservação de dadas experiências através das relações de sentido inteligidas sobre o *Ser*, e, sobre os seres no universo, pela própria alteridade de sua voz-ética (de sua singularidade) enquanto leitura qualitativamente distinta de uma epistemologia determinada de forma unívoca e absoluta pela aquisição objetiva de um Saber especializado, soerguido sobre dogmas inquestionáveis e determinantes, como dados necessários a *racionalização* dos seres, em distinção a singularidade e da qualidade subjetiva da apreensão de um saber *revelado* em experiência pela natureza, dada a aferição de sua singularidade enquanto evento não só possível mas efetivo de vir a *ser* e de *dizer-se*, ao *pronunciar* o sentido de relações inteligidas por si, em testemunho, sobre os seres no mundo, e, pelo qual podem vir a ser manifestas por signos e palavras para *outrem*, realizando assim a elucubração de relações de sentido como pontes para promoção do entendimento e da harmonia, entre a profunda dessemelhança que *per-faz* a presente singularidade da multiplicidade constituinte do próprio universo à que pertencemos, e, pelo qual espero através da realização desta investigação *iniciática* poder vir à dedicar-me a futuras pesquisas e práticas de conhecimento.

R.J.

2020

EPILOGO:

Uma última palavra seria ainda necessária para elucubração do presente trabalho ante a dualidade prática e ética do discurso. Do universo não sendo senão seus agentes interlocutores: testemunhamos que não há nisto *persona* – mas força; motor propulsor de toda energia pelo qual as substâncias se conjuram, que pela antítese necessária a individuação das formas, gera-se tensão sobre o acontecimento de vir a ser. Este acontecimento é ser, para além do ser, somente a luz do *parecer* figura no tempo sua inteligibilidade; sem o qual a própria configuração de estruturas inteligíveis se veria comprometida. Compreender-se-ia então o fenômeno igualmente como acontecimento, como ciência perceptiva.

Não há dúvidas acerca da evolução humana propiciada pela capacidade de atenção e de concentração, ante o qual a dispersão e a ignorância figuram-se semelhantes ao caos e a contingência.

Ante a reflexibilidade dos atos do universo, serão os signos a forma mais *poiética* de se inteligir as relações de sentido inscritas na natureza como Leis; que, por natureza, todo vir à ser dimensiona-se pela existência revelada de si *como* inteligibilidade do próprio universo. Que, se há 'algo' de absoluto, necessário e permanente, este é o próprio universo. Que para natureza não há faltas, de perfeição, suficiência ou de potência. Enfim, para o qual nada falta. Razão pelo qual compreendemos a unidade complexa da multiplicidade dos eventos pelos sentidos revelados à existência do qual somos testemunha.

Orientássemos nossas volições em torno daquilo que figurasse *realmente* necessário, e, não somente para realização e satisfação da vicissitude de nossas vontades, e, reorientaríamos *verdadeiramente* a realidade de toda estrutura da organização humana em presente.

BIBLIOGRAFIA:

ARISI, BARBARA MAISONNAVE. **A DADIVA, A SOVINICE E A BELEZA. ECONOMIA DA CULTURA MATÍS, VALE DO JARAÍ, AMAZONIA.** 1ª ed. Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Filosofia e Ciências Humanas. Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, 2011.

ARISTÓTELES. **METAFÍSICA.** (tradução de Giovane Reale Vol. II). 5ª ed. São Paulo: Edições Loyola, 2002.

ARISTÓTELES. **ÉTICA À NICÔMACO.** (tradução de Gerd Bornhein). 1ª ed. São Paulo: Abril Cultural, 1984.

BAUER, CARLOS FRANCISCO. **ANAPOLIS, COMUNIDADE INCLUSIVA, ECOLOGIA, ECONOMIA, PLURICULTURAL: UN PROYECTO ÉTICO-POLITICO PARA LA CONSTRUCCION DE UNA INSTITUCIONALIDAD ANALÉTICA O UN MODELO FACTIBLE DE INTEGRACION SOCIAL Y PRESERVACION DE LA VIDA . TOMO II.** 1ª Ed. Cordoba: Inuversidad Nacional de Córdoba. 2016.

BAUER, CARLOS FRANCISCO. **LA ANALÉTICCA DE ENRIQUE DUSSEL: UM MÉTODO PARA LA CONSTRUCCIÓN DE UNA UTOPIA FACTIBLEOINSTITUÍCION FUTURA PARA EL TERCER MILENIO – TOMO I.** 1ª Ed. Argentina: Facultad de Filosofia y Humanidades. 2008

BAUER, CARLOS FRANCISCO. **PRISMA DES-EUROCENTRIZADOR DEL ESPECTRO EUROCENTRICO: DESTRUICCIÓN, DESCONSTRUCCIÓN DEL CONCEPTO DEL EUROCENTRISMO Y CONSTRUCCION DE ALTERNATIVAS CRÍTICAS.** 1ª ed. Cordoba: Universidad Nacional de Córdoba, 2015.

BAUER, CARLOS FRANCISCO. **FILOSOFIA AUSTRAL: EPISTEMOLOGIA AUSTRAL: ENTRE EL DISCURSO HEGEMONICO Y LAS COSMOVIVENCIAS.** 1ª ed. Goiania: Philos. 2017.

BEORLEGUI, CARLOS. **HISTORIA DEL PENSAMIENTO FILOSÓFICO LATINO-AMERICANO, UMA BÚSQUEDA INCESANTE DE LA IDENTIDAD.** 3ª ed. Bilbao: Universidade de Deusto, 2010.

BEORLEGUI, CARLOS. **LA SINGULARIDAD DE LA ESPÉCIE HUMANA, DE LA HOMINIZACIÓN A LA HUMANIZACION.** 1ª ed. Bilbao: Universidade de Deusto, 2011.

BLOOM, ALLAN. **THE REPUBLIC OF PLATO.** 2ª ed. United States: Basic Books, 1991.

BRANQUINHO, JOÃO. **ENCICLOPÉDIA DE TERMOS LÓGICO-FILOSÓFICOS.** 1ª ed. São Paulo: Loyola, 2005.

COE, MICHAEL. **THE MAYA.** 7th ed. London: Thames & Hudson, 2005.

DANIEL IBERÊ. **II CONFERENCIA MUNDIAL DA AYAHUSCA.** Acre. 2016. Gravação disponível em AYA2016 - Mundo indígena II: Ayahuasca, culturas, patrimônio indígena e modernidade, em: <https://www.youtube.com/watch?v=QIKmlcJGoZQ> a partir de 1:47'33".

DUSSEL, HENRIQUE. **1492 EL ENCUBRIMIENTO DEL OUTRO HACIA EL ORIGEM DEL “MITO DE LA MODERNIDAD”.** Version corregida y aumentada. Bolivia: Biblioteca indígena Colección Pensamiento Crítico, 2008.

DUSSEL, HENRIQUE. **EL HUMANISMO HELÉNICO.** 1ª Ed. Argentina: Editorial Universitária de

Buenos Aires, 1975.

DUSSEL, HENRIQUE. **OITO ENSAIOS SOBRE CULTURA LATINO-AMERICANO E LIBERTAÇÃO**. 1ª ed. São Paulo: Paulinas, 1997.

DUSSEL, HENRIQUE. **HISTÓRIA DE LA FILOSOFIA Y FILOSOFIA DE LA LIBERACIÓN**. 1ª Ed. Bogotá: Editorial Nueva América, 1994.

ECHEVERRY, JUAN ALVARO. **TABACO FRÍO, COCA DULCE: PALABRAS DE UM ANCIANO KINERAI DE LA TRIBU CANANGUCHAL PARA SANAR Y ALEGRAR EL CORAZÓN DE SUS HUÉRFANOS**. 2ª Ed. Colômbia: Colcultura. 2008. (Prêmio Nacional de Resgate a Tradição Oral)

FREGE, GOTTLIB. **LÓGICA E FILOSOFIA DA LINGUAGEM**. 2ª ed. São Paulo: Edusp, 2009.

GORGAS. **SOBRE O NÃO-ENTE, OU, SOBRE A NATUREZA, E, HELOGIO À HELENA**. (tradução de Maria Cecília de Miranda Coelho). 4ª ed. São Paulo: *Cadernos de Tradução*, USP, 1999.

HEIDDEGER, MARTIM. **PARMÊNIDES**. 2ª ed. Petrópolis, RJ: Editora Vozes, 2008.

JAEGER, WERNER. **PAIDÉIA A FORMAÇÃO DO HOMÉM GREGO**. 6ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 2013.

KAHN, CHARLES. **A ARTE E O PENSAMENTO DE HERÁCLITO**. 1ª ed. São Paulo: Paulus, 2009.

KRENAK, AILTON. **IDÉIAS PARA ADIAR O FIM DO MUNDO**. 1ª Ed. São Paulo: Companhia das letras, 2019.

KRENAK, AILTON. **O SONHO DA PEDRA**. Brasil, 2017.57 min. Documentário de Marco Alberg.

KRIPKE, SAUL. **EL NOMBRAR Y LA NECESIDAD**. 2ª ed. México: Universidad Nacional Autónoma de México, 2005.

KRIPKE, SAUL. **ESBOZO DE UNA TEORÍA DE LA VERDAD**. 1ª ed. México: Instituto de Investigaciones Filosóficas, 1984.

KOPENAWA, DAVID. **A QUEDA DO CÉU, PALAVRAS DE UM XAMÃ YANOMANI**. 1ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.

KUSH, RODOLFO. **AMÉRICA PROFUNDA**. 1ª ed. Lima: Bellido Ediciones, 2007.

KUSH, RODOLFO. **GEOCULTURA DEL HOMBRE AMERICANO**. 1ª Ed. Buenos Aires: Fernando Garcia Ribeiro, 1976.

LAJO, JAVIER. **QUAPAQ ÑAN, LA RUTA INKA DE SABIDURIA**. 1ª ed. Lima, Peru: Amaro Runa Ediciones – CENES, 2005.

LANDA, LADISLAO VASQUEZ. **LAS IDENTIDADES INDIGENAS SON MUI RELATIVAS**. 1ª ed. Peru: América Crítica, 2017.

LÓPEZ AUSTIN, ALFREDO Y LEONARDO LÓPEZ LUJAN. **EL PASADO INDÍGENA**. 2ª ed. México: FCE, 2001.

MCKENNA, TERENCE. **FOOD OF GODS: THE SEARCH FOR THE ORIGINAL TREE OF**

KNOWLEDGE. 1ª ed. NY: Batam, 1993.

MIGNOLO, WALTER. **DESOBEDIENCIA EPISTÉMICA: RETÓRICA DE LA MODERNIDAD, LÓGICA DE LA COLONIALIDAD Y GRAMÁTICA DE LA DESCOLONIALIDAD.** 1ª ed. Buenos Aires: Ediciones Del Signo, 2010..

MILLA, CARLOS VILLENA. **AYNI: INTRODUCCION A LA PALEOSEMIÓTICA.** 1ª ed. Cochabamba: Asociacion Cultural Amaru Wayra, 2002.

MURRA, JHON/ CONDARCO, RAMIRO. **LA TEORIA DE LA COMPLEMENTARIEDAD VERTICAL ECO-SIMBIÓTICA.** 1ª ed. Uuru: Hisbol, 1987.

NAGEL, THOMAS. **COMO É SER UM MORCEGO (?).** 1ª ed. Campinas: Cadernos de História e Filosofia da Ciência, 2014.

NEJEDEKA JIFICHÍU, CÉLIMO RAMÓN. **CULTIVANDO LA CIÊNCIA DEL ÁRBOL DE LA SALUD: CONOCIMIENTO TRADICIONAL PARA ELBUEN VIVIR.** 1ª ED. Bogotá. Pontificia Universidad Javeriana, 2019.

O'GORMAN, EDMUNDO. **LA INVENCION DE AMÉRICA, INVESTIGACION ACERCA DE LA ESTRUCTURA HISTÓRICA DEL NUEVO MUNDO Y DEL SENTIDO DE SU DEVENIR.** 4ª ed. México: FCE, 1995.

PARMENIDES. **DA NATUREZA.** (tradução de José Gabriel Trindade Santos). 1ª ed. São Paulo: Loyola. 2002.

PIERCE, CHARLES SANDERS. **SEMIÓTICA.** 3ª ed. São Paulo: Perspectiva. 2005

PIERCE, CHARLES SANDERS. **ILUSTRAÇÕES DA LÓGICA DAS CIÊNCIAS.** 1ª ed. Aparecida: Ideias e Letras, 2008.

PLACE, THOMAS ULLIN. **É A CONSCIÊNCIA UM PROCESSO CEREBRAL (?).** 1ª ed. São Paulo: FFFLCH-USP, 2011.

PLATÃO. **CRÁTILLO.** (tradução Claudia Mársico). 1ª ed. Buenos Aires (Versão digital): EX LIBRIS ARMAUIRUMQUE. 2006. <https://ru.b-ok2.org/book/3487547/3ddd8b>.

PLATÃO. **REPUBLICA.** (tradução Maria Helena da Rocha Pereira). 9ª ed. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1949.

PLATÃO. **PARMÊNIDES;** (tradução Fernando Rodrigues e Maura Iglesias). 1ª ed. Rio de Janeiro/ São Paulo (Puc-Rio): Edições Loyola, 2003.

PRIGOGINNE, ILLA. **AS LEIS DO CAOS.** 1ª Ed. São Paulo. Unesp, 2002.

PRIGOGINNE, ILLA. **O FIM DAS CERTEZAS.** 1ª Ed. São Paulo. Unesp, 1996.

QUIJANO, ANÍBAL. **LA COLONIALIDAD DEL SABER: EUROCENTRISMO Y CIENCIAS SOCIALES.** 1ª Ed. Buenos Aires: CLASCO, 2000.

QUINE, WILLARD VON. **DESDE UM PUNTO DE VISTA LÓGICO.** 2ª ed. Barcelona: Paídos Ibérica, 2002.

QUINE, WILLARD VON. **PALAVRA Y OBJETO.** 1ª Ed. Barcelona: Herder Editorial. 2001.

REINAGA, FAUSTO. **"EL HOMBRE"**. 1ª.ed. Barcelona: Comunidad Amaúta Mundial, 1981.

SAUSSURE, FERDINAND DE. **CURSO DE LINGUISTICA GERAL**. 1ª ed. São Paulo: Cultrix, 2006.

SCHELER, MAX. **IL FORMALISMO E L'ETICA MATERIALE DEI VALORE**. 1ª ed. Milani:Bompiani (2013).

SEARLE, ROGERS JHON. **MENTES, CÉREBROS E PROGRAMAS**. 1ª ed. São Carlos: Editora UFSCar, 1997.

SHELDRAKE, RUPERT. **CIÊNCIA SEM DOGMAS: UMA NOVA REVOLUÇÃO CIÊNTEFICA E O FIM DO PARADIGMA MATERIALISTA**. 1ª ed. São Paulo: Cultrix, 2014.

SPIVAK, GAYATRI CHAKRAVORY. **CAN THE SUBALTERN SPEAK (?)**. 1ª ed. NY: Columbia University Press, 1988.

TODOROV, TZVETAN. **A CONQUISTA DA AMÉRICA, A QUESTÃO DO OUTRO**. 2ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 1993.

ZEA, LEOPOLDO. **LA FILOSOFIA AMERICANA COMO FILOSOFIA SIN MÁS**. 9ª ed. México: Siglo XXI editores, 2010.

ZEA, LEOPOLDO. **DISCURSO DESDE LA MARGINACIÓN Y LA BARBARIE**. 1ª ed. México: FCE, 1990.



YANOMAMI – *fotografia de Claudia Andujar.*